



# CARTOGRAFIA DA SAUDADE

Eurico Alves e a invenção da Bahia sertaneja

Valter Guimarães Soares



Editora  
UFBA



# CARTOGRAFIA DA SAUDADE

Eurico Alves e a invenção da Bahia sertaneja



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DA BAHIA

Reitor

*Naomar Monteiro de Almeida-Filho*

Vice-Reitor

*Francisco José Gomes Mesquita*



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
FEIRA DE SANTANA

Reitor

*José Carlos Barreto de Santana*

Vice-reitor

*Washington Almeida Moura*



EDITORA DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA BAHIA

Diretora

*Flávia Goullart Mota Garcia Rosa*

Conselho Editorial

Titulares

*Ângelo Szaniecki Perret Serpa*

*Caiuby Alves da Costa*

*Charbel Ninõ El-Hani*

*Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti*

*José Teixeira Cavalcante Filho*

*Maria do Carmo Soares Freitas*

Suplentes

*Alberto Brum Novaes*

*Antônio Fernando Guerreiro de Freitas*

*Armando Jorge de Carvalho Bião*

*Evelina de Carvalho Sá Hoisel*

*Cleise Furtado Mendes*

*Maria Vidal de Negreiros Camargo*



EDITORA DA UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Diretor

*Evandro do Nascimento Silva*

Editor

*Francisco Ferreira de Lima*

Conselho Editorial

*Antonio Delson Conceição de Jesus*

*Daniel Gouveia Costa*

*Eduardo Chagas Oliveira*

*Eraldo Medeiros Costa Neto*

*Francisco Ferreira de Lima*

*Jackson Bonfim A. de Cerqueira*

*Jean Fernandes Barros*

*Maria Ângela Alves do Nascimento*

*Wilson Pereira de Jesus*

Valter Guimarães Soares

# CARTOGRAFIA DA SAUDADE

Eurico Alves e a invenção da Bahia sertaneja

EDUFBA - Salvador | UEFS - Feira de Santana  
2009

©2009, By Valter Guimarães Soares.  
Direitos de edição cedidos à  
Editora da Universidade Federal da Bahia - EDUFBA  
Feito o depósito legal.

Revisão e normalização  
*Rita de Cássia Aragão Matos*

Editoração Eletrônica e Capa  
*Rodrigo Oyarzábal Schlabitz*

Foto da capa  
*Hugo Navarro - Arquivo*

Sistema de Bibliotecas - UFBA

S676

Soares, Valter Guimarães.

Cartografia da saudade : Eurico Alves e a invenção da  
Bahia sertaneja / Valter Guimarães Soares. - Salvador :  
EDUFBA ; Feira de Santana : UEFS Editora, 2009.  
158 p. ; 21 cm.

ISBN 978-85-232-0577-5

1. Boaventura, Eurico Alves, 1909-1974 - Crítica e  
interpretação. 2. Literatura brasileira - História e crítica.  
3. Feira de Santana (BA) - História. 4. Regionalismo na  
literatura. 5. Sertanejos - Bahia. I. Título.

CDD - 869.09



Asociación de Editoriales Universitarias  
de América Latina y el Caribe



Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias



Câmara Bahiana do Livro



Fundação de Amparo  
à Pesquisa do Estado da Bahia

EDUFBA  
Rua Barão de Jeremoabo, s/n - *Campus*  
de Ondina, 40170-115 Salvador-BA  
Tel/fax: (71) 3283-6164  
[www.edufba.ufba.br](http://www.edufba.ufba.br)  
[edufba@ufba.br](mailto:edufba@ufba.br)

UEFS Editora  
BR 116 Km 03 Campus Universitário  
Feira de Santana, BA CEP 44031-470  
Tel/fax: (75) 3224-8001  
[www.uefs.br/editora](http://www.uefs.br/editora)  
[editora@uefs.br](mailto:editora@uefs.br)

Programa de Pós-Graduação em Literatura e Diversidade Cultural - UEFS

## AGRADECIMENTOS

Rita, companheira de travessia por entre (e para além de) “sertões” e “recôncavos”;

Rubens Alves Pereira, Francisco Lima, Isaias Carvalho e Eurelino Coelho pelas ricas sugestões, o rigor e agudeza das leituras, que influíram de forma decisiva na qualidade deste texto; os escorregões, que certamente persistiram, ficam por minha conta;

Clovis Ramaiana, sertanejo dos brabos, companheiro-irmão de arquivos e botecos, foi meu consultor para “assuntos feirenses” e também um incentivador deste trabalho; as idéias que desenvolvo nesse texto, mesmo aquelas que acredito minhas, nasceram das nossas conversas sobre as veredas da vida e da morte;

Aos professores, colegas e servidores do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Diversidade Cultural: a receptividade, o convívio harmonioso, a sensibilidade, seriedade e competência acadêmicas, tornaram inesquecível este percurso da história pelos territórios da Literatura;

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), cujo apoio foi decisivo para a publicação deste trabalho.

Aos meus pais, João Soares e Maria da Glória, que, em nome dos filhos, deram início à difícil diáspora.



# SUMÁRIO

09| **Introdução**

## **Capítulo I – (Ser)tão imaginado: um mundo dentro do Brasil**

20| Eurico Alves e o sertão

23| Pelas veredas da Bahia

41| Onde, o sertão?: Veredas

47| (Es)quadros do sertão: a Bahia sertaneja

## **Capítulo II – (Ser)tão nacional: itinerários identitários**

60| Em busca de uma outra história

66| Um olhar de fronteira: entre o histórico e o literário

72| Narrativas da nacionalidade: o lugar do sertão

81| O sertão visto de dentro: a (in)versão euriquiana

## **Capítulo III – De sombras, ruínas e saudade: a Bahia sertaneja**

102| De lembrar e esquecer

106| O que era sólido desmancha-se no ar: uma *região* em ruínas

117| Descargas de eletricidade: uma cidade em mutação

127| História e memória: um lugar de encruzilhada

139| **Considerações finais**

145| **Referências**



## INTRODUÇÃO

A transnordestina, e por último, a Bahia-Rio, foram como que o gláudio rasgando o amículo da ignorância, em parte. E o rumor das máquinas, que as desenharam, o toque da alvorada do sertão. Já se sente o prenúncio da realidade que há-de- vir. E que está chegando a contra gosto de certas cidades indiferentes do litoral, alimentadas pelo trabalho oculto do sertão. (...)

*Porque, o Nordeste e o sertão todo, que eram distantes, já vão surgindo.* (BOAVENTURA, 1989, p. 90)

A citação em epígrafe lança luz sobre o terreno onde se situa a nascente desta pesquisa, veio d'água que se vai transformando em córrego e deslizando na direção ao mar do sem-fim. O “toque da alvorada do sertão” ou, dito de outro modo, a sua emergência na imaginação social baiana, é o pano de fundo desta investigação. Ela inscreve-se, portanto, em uma problemática mais ampla: a irrupção de formulações “sertão” pelas bandas da Bahia. Emergência que guarda singularidades, pois se é possível perceber as décadas de 1920 e 1930 como marcantes no que toca ao surgimento de discursos “nordeste” e “sertão” no campo das artes e da ciência, podendo-se destacar os trabalhos de Gilberto Freyre e dos romancistas de 30, no caso baiano somente a partir da década de 1940

ocorre, com maior força, a presença do sertão e do sertanejo como produção discursiva<sup>1</sup>.

A intenção deste escrito é estranhar este aparecimento, tomando como objeto de análise parcela do arquivo do poeta, cronista e ensaísta feirense Eurico Alves Boaventura, opção motivada por quatro razões centrais. A primeira delas por ali se encontrar elementos que configuram uma inusitada narrativa da nação e da identidade nacional, instigante sob muitos aspectos, principalmente por insinuar Feira de Santana – antiga São José das Itaporocas – como lugar de origem da brasilidade autêntica; a segunda, porque o discurso de Eurico Alves, se colocando como de dentro do sertão, como uma fala sertaneja, expressa formas de resistência à incorporação do sertão à nação brasileira, prescritas pelos discursos civilizatórios emanados do “litoral”; depois, por que também ali se registra, muitas vezes com hostilidade e ressentimento, a tentativa de afirmar uma outra dimensão do espectro sociocultural baiano, a busca de inscrição no mapa simbólico de uma outra Bahia: a sertaneja. Por fim, na confluência das primeiras três dimensões, por ali se inscrever a disputa em torno da memória de uma região, ou lugar-sertão da Bahia, e de uma cidade, Feira de Santana, tomada como emblema daquela espacialidade.

---

<sup>1</sup>A título de ilustração, segue um elenco de obras que, embora incompleto, atestam esta afirmação. Enfocando o “sertão” das Lavras, Herberto Sales publica *Cascalho* (1944), *Garimpos da Bahia* (1955) e *Além dos Marimbus* (1961). Em 1946 Jorge Amado traz a público *Seara vermelha*. Em 1952, Wilson Lins lança *O médio São Francisco: uma sociedade de guerreiros e pastores*, que focaliza a formação histórica daquela zona sertaneja; anos mais tarde também publica uma trilogia de narrativa literária: *Os cabras do coronel* (1964), *O reduto* (1965) e *Remanso da valentia* (1967). Também ao longo da década de 1940 e seguintes, Eurico Alves Boaventura, produz uma série de ensaios que apresentam como temática o sertão e o sertanejo, retomando em forma de prosa o que já havia desenvolvido pela via da poesia, especialmente ao longo dos anos 30. Provavelmente no ano de 1953, embora somente publicado décadas mais tarde, produziu a obra *Fidalgos e vaqueiros*, ensaio socio-histórico acerca da aristocracia do pastoreio na região de Feira de Santana. Em 1956, Olympio Barbosa publica *Horácio de Matos: sua vida e suas lutas*. No ano de 1961, são editados *O sertão que eu conheci*, de Caludinor Queiroz e *O coronel Horácio de Matos*, de Américo Chagas, e em 1963 *Jagunços e heróis*, de Walfrido Moraes, versões do coronelismo na Chapada Diamantina.

O objeto de exame deste texto, portanto, são os significados desse discurso. O propósito central é demarcar e problematizar as representações de sertão, enquanto cartografia e paisagem social, no discurso de Eurico Alves. A partir do diálogo que o autor estabelece com o repertório-sertão pré-construído, atentando para as ênfases e omissões, reiterações e deslocamentos que ali são postos, como também para as formas como ele recorta, localiza, aprisiona, classifica, hierarquiza, define, enquadra e exclui/inclui o sertão na história (RAGO, 1996), procuro flagrar os mitos e estereótipos, estigmas e imagens que vão emergindo na configuração, tencionando perceber que filiações políticas elas insinuam, os mecanismos de poder que se apresentam, que projetos são ali anunciados.

Utilizo como material de análise poemas, crônicas e ensaios, embora sempre privilegiando as narrativas. No que toca à produção ensaística, a atenção especial recaiu sobre a sociografia-literária *Fidalgos e vaqueiros*, já que matriz a partir da qual são tecidos outros ensaios. A poesia, melhor dizendo, parte da produção poética, em geral é aqui utilizada para especular sobre a permanência de temas, conceitos e ideias no discurso euriquiano, entendendo dessa forma que as percepções capturadas e antecipadas pela sensibilidade poética do escritor, como também as marcas de estilo, migram para a prosa, especialmente aquela de acento mais socio-histórico. Dois critérios foram utilizados para a seleção dos poemas: primeiro, recortei aqueles que implícita ou explicitamente tematizam o sertão ou ainda a relação sertão-cidade; em seguida, priorizei aqueles que se referenciam ou se reportam às cidades de Salvador e Feira de Santana. Eurico Alves constrói a sua mito-lógica sertaneja tendo como referência a Fazenda Fonte Nova, propriedade de seu pai, onde, segundo ele próprio, passava as férias e fins de semana, inclusive auxiliando nos trabalhos do curral. Eurico tinha o “pé na roça”, mas transitava também pelo “urbano”. É desse lugar fronteiroço, na qualidade de representante ilustrado das elites do pastoreio, que ele enuncia o seu discurso.

Como os discursos são afetados pela história, procuro sondar as circunstâncias que possibilitaram esta aparição problematizadora. Isso significa um mergulho nesta zona turbulenta onde se entrelaçam processos

sociais e processamentos simbólicos. Considerando a não neutralidade das percepções do social, busco estabelecer nexos entre os textos de Eurico e seu tempo. Procuo então reler as maneiras de ver e dizer o sertão, articulando-as com a historicidade que as envolvem, sejam elas econômicas, políticas, estéticas, etc. Como as formulações euriquianas, situadas entre o inventário e a invenção<sup>2</sup> de um lugar-sertão, aparecem ancoradas na tradição e na nostalgia em relação ao passado, podendo-se notar também formas de reação às estratégias de nacionalização, incorporo como ferramenta de análise a ideia de reterritorialização tradicionalista, proposta por Durval Albuquerque Jr (1999). Tal qual os *inventores* do Nordeste tradicionalista, de certo modo participando dessa instituição, o discurso de Eurico resulta da sensação de perda de espaços, tanto afetivo-existenciais quanto econômicos e políticos.

A partir de questões suscitadas pelas leituras dos textos de Eurico Alves (identidade, nação, região, sertão, história, memória), e com vistas à construção do enredo, lanço mão de alguns apoios metodológicos e conceituais, que por sua vez remetem para certos autores e obras. Como está presente no arquivo euriquiano uma invenção discursiva da nação e da identidade nacional, que se entrelaçam com as representações de sertão que são ali tecidas, procuro estabelecer um diálogo com autores que abordam a questão, a exemplo dos já clássicos Benedict Anderson, Eric Hobsbawm e Stuart Hall. Os supostos da nação e da identidade nacional como ideias históricas, sistemas de representação cultural, metáforas de comunidades imaginadas, são incorporados como ferramentas para elaboração da análise. Entendendo o discurso do poeta e ensaísta feirense como de fronteira, sendo um exemplo disso a oscilação entre história e memória, recorro a alguns especialistas nessa área, destacando entre eles o historiador francês Pierre Nora. Conceitos desenvolvidos por este autor – história-memória, homem-memória e lugar de memória – foram incluídos nesse exercício interpretativo, em especial no capítulo terceiro do trabalho.

---

<sup>2</sup> Esta imagem foi apropriada de Francisco Ferreira Lima, na obra *Do inventário à invenção; Redol e o neo-realismo* (Feira de Santana, UEFS, 2002).

Considerando a natureza temática do trabalho e também a diversidade do material tomado para análise, recorro à noção de representação como elemento conceitual que permite articular o entrecruzamento entre o literário e o histórico (PESAVENTO, 1998). Na trilha aberta pelas novas abordagens dos estudos da cultura, considero literatura e história como representações, como versões da realidade, sistemas de significação e invenção de sentido para o mundo, colocando sob suspeita certos fechamentos, nos quais se desenham pólos: o realista para a história; o imaginário, para a ficção. Nos tempos atuais parece fora de dúvida que a questão da linguagem é um denominador comum entre a história e a ficção. Ambas são discursos, construções humanas, sistemas de significação pelos quais damos sentido ao passado a partir desta “ficção” a que chamamos presente (CERTEAU, 1992; HUTCHEON, 1991; WHITE, 1995). Na medida em que retoma o passado como se realmente tivesse acontecido, a narrativa ficcional é quase história, tanto quanto a história é quase fictícia, nos diz Ricouer (1997). Em outros termos, guardadas certas especificidades, considero a literatura e a história como leituras possíveis da recriação do “real”, uma vez que os discursos não apenas representam, mas também instituem a realidade, instauram imaginários e práticas sociais. Assim sendo, consideramos que tanto a história quanto a literatura são fatos culturais substantivos, na medida em que fornecem um sem-número de ideias e imagens que instituem mitos de origem e identidades, sejam elas nacionais, regionais, étnicas ou de grupos sociais. Tanto as obras de arte quanto as de cunho historiográfico podem ter, em grau variado, ressonância social; elas produzem sentidos e significados, “funcionam proliferando o real, ultrapassando a sua naturalização. São produtoras de uma dada sensibilidade e instauradoras de uma dada forma de ver e dizer a realidade” (ALBUQUERQUE JR., 1999, p. 30).

Entendo ainda que as representações expressam relações de força em uma dada estrutura social, remetendo para os diferentes modos como os sujeitos sociais percebem a si próprios, a sua época e o mundo em que vivem, construindo a partir destas percepções sistemas de identidade, de crenças e de conhecimento. Nesse sentido, percorrendo as veredas da

história cultural, em especial aquela aberta por Roger Chartier, busco compreender como, no discurso euriquiano, a realidade social sertão é “construída, pensada, dada a ler” (1992, p. 17). Assim sendo, a busca de compreensão de como foi tematizado o sertão por parte de Eurico Alves implica uma inscrição nos processos de “luta de representações” que caracterizam o universo cultural baiano da época recortada para análise, como também requer atenção o caráter estratégico da memória nesse processo de luta.

Ao procurar vislumbrar o cenário, os eventos, os enredos, os personagens, figuras e imagens agenciados por Eurico para construir representações de sertão (e de sertanejo) considero como ele dialoga com o já-dito-sertão. Contrariando o signo do minguado que simboliza a sua face mais conhecida, a “nordestina”, sertão é suporte de uma abundante memória discursiva. A construção euriquiana da sertanidade passa pelo diálogo com este repertório de textos e imagens. Posto que presença marcante na cultura brasileira, fazendo-se também presente no pensamento do poeta feirense, atenção especial foi dada à prefiguração litoral-sertão como constitutiva da idéia de Brasil. Para tanto, lancei mão de apoio bibliográfico, com destaque para Amado (1995b), Lima (1999) e Souza (1997).

Atento ao fato de que Eurico se contrapõe ao lugar reservado ao sertão nessa prefiguração do Brasil como um país cindido tanto geográfica quanto culturalmente, como também às prescrições para sua incorporação ao banquete civilizatório da comunhão nacional, vislumbrei ser produtivo problematizar as representações do espaço. Daí a necessidade de estranhar o significativo sertão, entendendo-o como um lugar onde “o geográfico, o linguístico e o histórico se encontram”, posto que são diversas linguagens que, ao longo do processo histórico, foram tecendo uma geografia, uma distribuição espacial de sentidos (ALBUQUERQUE JR., 1999, p. 23). Assim sendo, questiono no trabalho a transparência dos espaços, tomando a geografia como uma prática social. Isto significa que o espaço geográfico sertão é aqui tomado também como efeito discursivo, enquanto construção histórica e não como uma realidade natural, dada desde sempre.



Esquadrinho o trabalho em três capítulos. No primeiro, *(Ser)tão imaginado: um mundo dentro do Brasil*, percorro algumas ruas e veredas da Bahia, com o intuito de sondar as condições socio-históricas do discurso de Eurico Alves, ao mesmo tempo em que procuro assinalar a presença do sertão no seu fazer literário, presença que se intensifica a partir dos anos de 1930. Em seguida, faço um voo panorâmico sobre o lugar do sertão no pensamento social brasileiro, intentando preparar o terreno para demonstrar a filiação de Eurico ao conjunto de interpretações que imaginam o Brasil como constituído de litoral e sertão. Finalizo o capítulo tratando dessa questão, isto é, propondo uma leitura da ideia de sertão euriquiana, ao mesmo tempo em que procuro visualizar como ele projeta no mapa-sertão uma outra Bahia: a sertaneja.

No segundo, *(Ser)tão nacional: itinerários identitários*, acompanhamos Eurico dialogando com alguns canônicos do pensamento social brasileiro, destacando nesse percurso leitor um caráter antropofágico, já que marcado por rasuras e deslocamentos. Visualizo nesse itinerário um esforço no sentido de instituir histórica e sociologicamente um lugar-sertão baiano, ao mesmo tempo em que procura inscrevê-lo no mapa simbólico da Bahia. Procuro demonstrar que, a partir de um local-sertão da Nação, Eurico (re)escreve outros sentidos para a história da Bahia e do Brasil, opondo às narrativas do “litoral” uma história do interior, uma versão bandeirante baiana. Na mesma direção, argumento que no arquivo de textos euriquiano configura-se uma reação à posição reservada ao sertão nas formulações sobre nacionalidade, na medida em que ali se rabisca uma invenção discursiva da nação e da identidade nacional, pincelando com tintas “sertanejas” a nossa cartografia identitária. Na última seção detenho-me na invenção euriquiana do sertão, flagrando algumas estereotípias e apontando alguns sítios de silêncio presentes na construção.

No terceiro e último capítulo, intitulado *De sombras, ruínas e saudade: a Bahia sertaneja*, procuro analisar as circunstâncias de tempo e lugar que perpassam o discurso euriquiano, tomando como parâmetro o presente da narrativa. Presente incômodo, pois mais acentuada a transi-

ção de uma sociedade agrária e pré-capitalista para outra marcadamente urbana e industrial. Argumento que a escritura euriquiana, enquanto esforço de reterritorialização, nasce como reação às transformações históricas que fizeram trepidar o mundo patriarcal, colocando em ruínas uma geografia de poder e lançando para os subterrâneos do esquecimento antigas tradições. Procuo demonstrar isso acompanhando os embates de Eurico Alves em torno da memória de uma região e, no interior dela, uma cidade, Feira de Santana. Destaco nessa luta de representações os usos da história e da memória como estratégias de combate, perfilando Eurico como um homem-memória.

xxx

Um esclarecimento final: os poemas utilizados nesse trabalho, com exceção de *Sertanejo*, foram consultados em Boaventura (1990), coletânea organizada por Maria Eugênia Boaventura com o título *Poesia*. As crônicas e ensaios, excetuando *Fidalgos e vaqueiros* e *Esquecidas linhagens tabaroas*, encontram-se em Boaventura (2006). Como é muito utilizado ao longo do trabalho, o ensaio *Fidalgos e vaqueiros* aparece também de forma abreviada (FV).

# CAPÍTULO I



## (SER)TÃO IMAGINADO: UM MUNDO DENTRO DO BRASIL

[...] pelo sertão nos pareceu [a terra encontrada], vista do mar, muito grande, porque a estender d'olhos não podíamos senão ver terra com arvoredos, que nos parecia muito longa.  
(Pero Vaz de Caminha, *Carta*).

As planícies mais altas são despidas de toda vegetação ou cobertas de alguns pés de cactos e ervas, de uma densa capoeira, ou de arvores baixas. Todas essa plantas pertencem à formação da catinga, pois durante a sêcca perdem as folhas, que de novo as revestem por ocasião da entrada da estação chuvosa.  
(Spix & Martius, *Através da Bahia*).

Ao passo que a caatinga o afoga; abrevia-lhe o olhar; agride-o e estonteia-o; enlaça-o na trama espinescente e não o atrai; repulsa-o com as folhas urticantes, com o espinho, com os gravetos estalados em lanças.  
(Euclides da Cunha, *Os sertões*).

Na origem da civilização do pastoreio, era o sertão – a nossa zona, o nordeste, o vale do Rio de Contas e o amplíssimo Vale do São Francisco – uma como página arrancada de humilde livro de penitente asceta.  
(Eurico Alves, *Fidalgos e vaqueiros*).

Sertão é isso, o senhor sabe: tudo incerto, tudo certo.  
[...] O sertão é onde menos se espera.  
(Guimarães Rosa, *Grande sertão: veredas*).

## EURICO ALVES E O SERTÃO

Uma mirada nos escritos euriquianos (poemas, crônicas, contos, ensaios), mesmo que de forma rápida e superficial, desfaz qualquer dúvida quanto ao fato de que os temas matriciais do seu discurso são o sertão, o sertanejo e a fazenda de pecuária. O sertão constitui-se tema e problema para Eurico Alves. Faz-se presente na sua escritura um objeto de pensamento, um jogo de perguntas acerca do que define e delimita aquele espaço, sobre sua identidade, sobre seu lugar no concerto da brasilidade. Mesmo na fase de deslumbramento juvenil com a experiência urbana, ocasião em que realizava estudos em Salvador, e da atenção aos ventos da renovação estética que sopravam no país a partir da década de 1920, os escritos de Eurico são marcados pelo enraizamento telúrico. Com razão, Rubens Alves Pereira realça a predominância dessa face literária na obra do autor, assinalando que mesmo nos poemas de inspiração futurista, cuja tônica é a exaltação das máquinas e da civilização urbana, ainda comparece ali uma ligação com a terra, na medida em que agencia figuras cuja referência é o campo/sertão: “carros de boi, plantações, arados, vaqueiros sertanejos, homens simples, tabaréus de força máscula, e de pureza quase divina”. (PEREIRA, 1999, p. 85-6)

Essa presença do sertão também é destacada por outros intérpretes da obra do poeta e ensaísta feirense. Rita Olivieri-Godet (1999) vislumbra no seu percurso poético uma oscilação “entre a representação idílica do sertão e a experiência das cidades grandes”, experiência que revela mais uma viagem imaginária pelos sedutores labirintos da literatura do que uma vivência real. Juraci Dórea (1978; 1999), primeiro a traçar alguns fios biográficos de Eurico Alves, eleva o escritor à condição de grande cronista de Feira de Santana, cidade para a qual se reivindica a condição de portal de entrada para o território sertanejo da Bahia, quiçá do Brasil, se se considerar certa maneira de forjar a história nacional. (afinal de contas, “o Brasil nasceu aqui”!<sup>3</sup>) Eurico Alves também é perfilado como

---

<sup>3</sup> A ideia da Bahia como terra-origem do Brasil é permanente na imaginação social baiana. Para uma perspectiva mais recente, veja-se as campanhas publicitárias de governos baianos em torno das comemorações dos 500 anos do “descobrimento do Brasil”. (BAHIA, 2000)

cantor idílico daquela paisagem, um pesquisador interessado, desvelador e defensor das suas autênticas raízes culturais, cuja poética seria marcada por uma sensibilidade comovida pela “terra”. Em suma, nesse jogo de atribuição de sentidos, institui-se uma marca distintiva: a de um autor exemplar na busca de tradução do sertão e sua gente; traceja-se uma biografia que sinaliza para a luta incansável pelo resgate dos valores culturais sertanejos.

Tais leituras não deixam de fazer sentido. Com efeito, evidencia-se na escritura euriquiana o desejo de conhecer e expressar o sertão “tal qual ele é”. Ali se pleiteia uma “verdade” para o sertão, vai se gestando uma visibilidade e uma maneira de dizer, pensar e sentir esta paisagem física e social. Neste percurso, que perfaz quase uma existência inteira, é digno de nota a preocupação com a pesquisa, com o levantamento e análise de dados caracterizadores daquele universo geo-sócio-cultural. Trajetória perpassada pela fúria colecionadora e taxionomia afetiva, pela observação atenta das coisas e fatos do lugar. Eurico Alves torna-se um pesquisador atento, um estudioso interessado. E isso desde jovem. Ainda como estudante em Salvador, segundo ele mesmo conta, foi convidado para participar do grupo que mais tarde editaria a revista modernista *Arco&Flexa* em razão das suas pesquisas sobre índios e arqueologia<sup>4</sup>.

Um passeio pela sua produção ensaística, em especial da narrativa de maior relevo, *Fidalgos e vaqueiros*, sugere que por onde passava Eurico não apenas exercitava a poesia, mas fazia do próprio trabalho como magistrado um campo de observações e pesquisas. Andava a revisitar livros de escrituras, inventários, testamentos, olhos e ouvidos atentos para ques-

---

<sup>4</sup> Em entrevista concedida a Ivya Alves, em 1973, perguntado se já conhecia os participantes do grupo antes da revista *Arco&Flexa*, Eurico afirma: “Naturalmente. Nós nos conhecíamos na rua. Uma vez eu estava fazendo no ginásio um exame e deixei na carteira um caderno onde tinha apontamentos sobre índios e arqueologia. Carvalho [Filho] começou a ler e, talvez aí, ele tivesse identificado o nome e falou para eu não deixar de comparecer ao encontro [do grupo]”. (OLIVIERI-GODET, 1999a, p. 103) De acordo com Dórea (1978, p. 52), essas e outras investigações arqueológicas resultaram em três ensaios, ao que tudo indica ainda inéditos: *A pedra de imbuira* (1950), *Monumentos de pedra* (1952) e *Biblioteca de granito* (1953).

tões étnico-linguísticas. Além das pesquisas etnográficas, Eurico também é um leitor voraz sobre o tema. De forma quase compulsiva, passa em revista materiais os mais diversos, coligindo vasta bibliografia que abrange diversos campos do saber humano – história, sociologia, antropologia, filosofia, memórias, biologia, literatura –, com vistas a dar o seu testemunho sobre o sertão, ao mesmo tempo em que pretende corrigir erros dos estudiosos sobre sua história.

Assim sendo, é restrita a margem de dúvida quanto ao fato de que o discurso de Eurico Alves configura-se como um dizer “sertanejador”, uma vez que elabora uma representação acerca do sertão, ao mesmo tempo em que o institui, pela linguagem, no próprio movimento de representar. Elaboração que guarda um registro significativo, pois um dizer que, reivindicando para si a condição de fala autorizada, já que de lá, do sertão (por ter visto e experimentado), intenta fazer vir à tona a história verdadeira de um lugar e de uma gente definidos como sertanejos. O objetivo maior deste trabalho é acompanhar este percurso de constituição de sentidos e significados, procurando sondar as circunstâncias históricas que possibilitaram esta aparição problematizadora e, seguindo o movimento e desdobrando a representação elaborada, espreitar algumas intencionalidades, já que as percepções do social não são neutras, tampouco inocentes os discursos que delas resultam.

Mas, afinal, onde o sertão? Nesse Brasil de tantos sertões, a partir de quais veredas é alinhavada a representação euriquiana? É o que procuro responder nesse primeiro capítulo do trabalho. Essa incursão pela geografia decorre da compreensão de que, embora tomando como referência espacial um recorte “sertão-baiano”, particularmente a zona “sertaneja” de (e circunvizinha a) Feira de Santana, Eurico Alves opera como uma concepção bem mais alargada, simbólica e geograficamente, do que vem a ser sertão. Concepção que aparece filiada a uma longa memória discursiva na qual o Brasil é imaginado como composto de litoral e sertão. Na primeira seção procuro contextualizar a emergência do sertão no pensar/sentir de Eurico Alves, destacando um certo pioneirismo da sua escritura no que toca à instituição e visibilidade de um lugar-sertão baiano. Nas



seguintes, lanço um voo panorâmico sobre o estoque de imagens e enunciados que constituem o arquivo-sertão, ao mesmo tempo em que busco delinear o mapa-sertão elaborado pelo poeta e ensaísta feirense, e, dentro dele, os limites ou coordenadas do que seria uma outra Bahia, a sertaneja.

## PELAS VEREDAS DA BAHIA

O sertão representado por Eurico Alves, construção subjetiva e subjetivada, remete para a encenação de uma região de sensibilidade, para um lugar de ressonâncias afetivas que conformam um mapeamento de sentidos. Configura-se ali um desenho cartográfico onde se entrelaçam territórios existenciais e de poder. Aprisionados no tempo e nos emaranhados dos calumbis da caatinga, estes sinais são de difícil tradução. Impossível, talvez, se se busca uma certeza positiva. Resta, então, a leitura das pegadas deixadas no solo pedregoso das palavras, versos e parágrafos. A partir desses indícios, recriar, o que é próprio do ato de ler.

Em carta de Jorge de Lima para Eurico Alves, datada de 6 de junho de 1929, chama a atenção um curioso cumprimento: nela o poeta alagoano finaliza o escrito mandando “abraços nordestinos” (BOAVENTURA, 1990, p. 191) para o feirense. Naquele mesmo ano, apenas poucos meses depois, também através de correspondência, o pernambucano Coelho de Almeida saúda o escritor com um “abraço batido nas costas, bem brasileiro”, agradecendo a Eurico sua colaboração na revista *A Pilhéria*, onde se pode ler no cabeçalho o qualitativo de revista de artes e letras “mais antiga do norte do Brasil”<sup>5</sup> (1990, p. 190). Nessa mesma direção, pode-se flagrar também referências espaciais na própria produção poética euriquiana: no poema *Cantiga simples* (1990, p. 53), datado de 1930 e dedicado aos pernambucanos Samuel Campelo e Ascenso Ferreira, Reci-

---

<sup>5</sup> Não deixa de ser sugestivo enquanto índice espacial o título do principal jornal feirense da época: *A Folha do Norte*. Também recorrente, a partir das décadas iniciais do século XX, é a imagem de Feira de Santana como a “Princesa do Norte”, presente, por exemplo, na letra do hino da cidade, composto por Georgina Erisman.

fe é ali representada como “a morena do norte”. Deixando de lado o marcador étnico e sexualizante, a ser tratado mais adiante, esta distinção nas denominações geográficas, antes de indicar um equívoco, expressa uma espacialidade ainda em trânsito ou em vias de cristalização. Elas (as denominações) se inscrevem no processo de surgimento do recorte espacial Nordeste enquanto lugar imaginário e real no mapa do Brasil; são indiciárias da emergência de um novo desenho cartográfico, que vai resultando da ruptura com uma maneira de ver e pensar o Brasil que vem do século XIX, marcada pela dualidade entre Norte e Sul.

A ideia de sertão euriquiana vai sendo inferida e costurada a partir desse lugar movediço, dessa nova redistribuição das espacialidades do país, que, por sua vez, traduz a redefinição de forças sociais no âmbito nacional. A espacialidade Nordeste, segundo nos informa Albuquerque Jr. (1999), é constituída a partir dos escombros dessa antiga segmentação geográfica do país. Trata este autor da história da invenção dessa nova região, da sua “emergência enquanto objeto de saber e espaço de poder” (1999, p. 22), da sua produção no âmbito da cultura brasileira. Procura levantar as condições históricas de possibilidade dos vários discursos e práticas que, agrupando e articulando a dispersão de experiências, instituem sob o signo do homogêneo um recorte espacial e uma identidade regional. Assinala ainda que o Nordeste, enquanto espaço-região, paisagem imaginária, é resultado de uma nova sensibilidade, trazida pela modernidade, diante do espaço e em relação à nação:

A invenção do Nordeste, a partir da reelaboração das imagens e enunciados do antigo Norte, feita por um novo discurso regionalista, e como resultado de uma série de práticas regionalistas, só foi possível com a crise do paradigma naturalista e dos padrões tradicionais de sociabilidade que possibilitaram a emergência de um novo olhar em relação ao espaço, uma nova sensibilidade social em relação à nação, trazendo a necessidade de se pensar em questões como a da identidade nacional, da raça nacional, do caráter nacional, trazendo, ainda, a necessidade de se pensar uma cultura nacional, capaz de incorporar os diferentes espaços do país. (ALBUQUERQUE JR., 1999, p. 40)

A escritura euriquiana inscreve-se nesse contexto de transformações históricas que redimensionam a sociedade brasileira entre o final do século XIX e as décadas iniciais do século XX. Respeitando-se certas particularidades, já que vinculado a um tempo-lugar específico, seu discurso pode ser lido como desdobramento desse processo de emergência de uma nova maneira de ver, dizer, pensar e sentir o local/regional e o nacional. Seus escritos aparecem povoados de novas imagens, conceitos, temas que rasuram o antes estabelecido, configurando-se no interior de uma nova formação discursiva, a nacional popular, cuja expressão mais acabada é a emergência do modernismo nos seus mais diversos matizes.

Ao se mergulhar nesta zona turbulenta onde se entrelaçam processos sociais e processos simbólicos é preciso estar atento para o fato de que se mudanças acometem o país, elas se dão de forma diferenciada. Uma rápida mirada no panorama socioeconômico do Brasil indica o desenho de uma nova geopolítica, onde se estabelece a demarcação de novos territórios de poder e construção de hegemonia sociocultural. Enquanto assistimos nas primeiras décadas da República à ascensão urbano-industrial do centro-sul, notadamente no Rio de Janeiro e em São Paulo, na Bahia, como de resto em todo o antigo Norte, constata-se um período de acentuada crise da economia agromercantil e o aprofundamento da dependência e submissão política em relação àquela área do país.

O movimento regionalista nordestino, e da mesma forma o regionalismo baiano, aparecem como reação à nova hegemonia em relação aos espaços do país, e também ao lugar periférico a que foram submetidos os grupos sociais dominantes nessa nova constelação de poder. Na sua vertente tradicionalista, a memória espacial que se tece expressa a própria memória de uma dominação em crise, e pode ser tomada como sinalização das formas como grupos tradicionais de poder reagem à sensação de perda de espaços econômicos e políticos. Pode-se notar inclusive que nos dois principais centros de irradiação de formulações regionalistas, isto é, Recife e Salvador, as tentativas de reterritorialização

são ancoradas na defesa da tradição e na nostalgia em relação ao passado<sup>6</sup>.

Embora em molde distinto do paisagismo romântico que caracterizou parte do século XIX, no qual se destaca o narrador oligárquico, conforme observado por Candido (2000) e Sússekind (1990), esses novos embates regionalistas também condicionam em grande medida as produções artístico-culturais. Sua compreensão, desta forma, requer uma inscrição que incorpore elementos para além do estético. Isso não significa descartar esta dimensão, ela própria um campo de luta e de enfrentamento, nem tampouco instaurar uma dicotomia estéril entre forma e conteúdo, ou entre ficção e realidade, mas entender tais produções também como monumentos que são colocados na arena da disputa e intervenção política (entendendo-se aqui o político numa perspectiva expandida). Ainda de acordo com Albuquerque Jr.:

O final da década de vinte e, principalmente, a década de trinta, marcam a transformação da literatura regional em literatura nacional. A emergência da análise sociológica do homem brasileiro, como uma necessidade urgente, colocada pela formação discursiva nacional popular, dá ao romance nordestino o estatuto de uma literatura preocupada com a nação e com seu povo, mestiço, pobre, inculto e primitivo em suas manifestações sociais. A literatura passa a ser vista como destinada a oferecer sentido às várias realidades do país; a desvendar o Brasil real. (1999, p. 107)

---

<sup>6</sup> Para situar as estratégias de reterritorialização tradicionalista “nordestina”, ver Albuquerque Jr. (1999) e D’ Andréa (1992). O apego à tradição e a defesa do passado glorioso da Bahia, sentimento disseminado entre as elites baianas, aparece, por exemplo, na produção do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (ALBUQUERQUE, 1999) e da revista *Bahia Ilustrada* (LEITE, 2002), como também no ensaio-manifesto, intitulado “Tradicionalismo dinâmico”, publicado no primeiro número da revista *Arco&Flexa* (1928), que traz a assinatura de Carlos Chiacchio. Para as vinculações entre o movimento de luta política pela (re)inserção da Bahia no cenário nacional após a “revolução de 1930”, cujo slogan era “a Bahia ainda é a Bahia”, e a construção do conhecimento histórico, ver Silva, (2000 a).

Residindo em Salvador desde os 14 anos, onde realiza parte da sua formação intelectual, vindo a se formar em Direito em 1933<sup>7</sup>, Eurico Alves respira e está sintonizado com a atmosfera de mudanças que envolve o país. Integrante do grupo da revista *Arco&Flexa*, vertente do modernismo na Bahia, participa do movimento que pretende colocar o estado no circuito da renovação estético-literária que se processava no centro-sul do país. A inserção da “velha Bahia” na modernidade da nova ordem republicana é uma questão que freqüenta os círculos intelectuais e políticos durante pelo menos as cinco primeiras décadas do século XX.

Contrastando com os avanços industriais e urbanísticos que ocorriam no centro-sul, notadamente em São Paulo, a Bahia permanecia basicamente agromercantil. O isolamento secular e o longo processo de decadência econômica relegaram a Bahia a um plano inferior no âmbito nacional, ao mesmo tempo em que impossibilitaram a implantação de projetos de remodelação urbana, que anunciavam a chegada dos tempos burgueses que irrompiam de forma mais acelerada em outras áreas do país, e com eles os ideais de modernidade, civilização e progresso. É nesse contexto de perda de prestígio econômico, político e cultural, de persistência de traços arquitetônicos e sociabilidades que estavam mais próximos de um passado colonial do que da modernidade anunciada pelos tempos republicanos, que as elites letradas, em especial aquelas mais sintonizadas com os novos tempos, a exemplo dos médicos e bacharéis, se movimentam objetivando o renascimento da Bahia e a sua inserção na nova ordem naci-

---

<sup>7</sup> Segundo Paulo Santos Silva (2000a, p. 130-4), a Faculdade Livre de Direito da Bahia desempenha, desde a sua fundação em 1891, um papel decisivo na vida política e intelectual baiana, sendo responsável não apenas pela formação de quadros destinados à ocupação de cargos públicos, mas também de líderes políticos da Bahia. Os bacharéis transitavam também pela seara da literatura e da produção do conhecimento histórico, muitas vezes como membros da Academia de Letras e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. O próprio grupo da revista *Arco&Flexa* era formado por futuros bacharéis e médicos, outra categoria profissional de destaque na Bahia do período. (ALVES, 1978)

onal<sup>8</sup>. Como isso se fará não é uma questão pacífica. Há diversos modelos, mas uma certeza: caberia ao homem letrado a incumbência da tarefa (ALBUQUERQUE, 1999, p. 28).

A posição marginal da Bahia na ordem republicana, diz Rinaldo Leite, impulsionou as elites à formulação de discursos que buscavam instituir uma representação e uma identidade para a Bahia e os baianos, costurando sentidos com os fios de uma história de glória e opulência:

Regressar às glórias do passado de modo a acentuar o papel sempre determinante que a Bahia possuía ao longo da história brasileira tornou-se uma estratégia fundamental para chamar a atenção dos novos grupos no poder sobre a imprescindibilidade da contribuição mais efetiva dos baianos no concerto político nacional. Significou clamar por respeito e reconhecimento a uma história de valiosas contribuições – que não foram somente na política e nos negócios do Estado, mas, também, econômicas, militares, artísticas e intelectuais, bem como em idéias, valores e crenças. Essa recuperação da história representou, em certos momentos, muito mais o resgate da memória acerca de um tempo relativamente recente, mais precisamente o Segundo Reinado, onde referenciais e personagens baianos teriam avultado. (LEITE, 2002, p. 3)

É nesse ambiente que a literatura ou o campo literário assume um caráter missionário. Em *Escritores novos da Bahia (Arco&Flexa, 2/3, p. 1-6)*, Carlos Chiacchio, apresentando a “vanguarda moça das nossas letras, os rebentos da inteligência bahiana”, destaca nos mesmos o “desenganado culto à terra do berço e sua feição genuinamente bahiana” (p. 1). No papel de líder intelectual da nova geração, pede para que a mesma não seja hostilizada ou relegada à indiferença, pois proceder dessa forma seria “indigno da nossa hora alta de ação e reação em bem de tudo que envolva e signifique o nome da Bahia”. Explicita-se aí o desejo de elevar o nome da Bahia, ao mesmo tempo em que se vai desenhando a função do fazer literário. A cultura das letras, diz ele, não é “passatempo”,

---

<sup>8</sup> Para a rápida contextualização do momento conjuntural baiano (ou, como diria Eurico, da *Bahia de baixo*, isto é, Salvador e seu recôncavo) das primeiras décadas do século XX, utilizei alguns trabalhos, a exemplo de Risério (1988), Albuquerque (1999), Leite (1996; 2002).

[...] a literatura, a arte, a sciencia, a critica, se não querem passar por méras excentricidades decorativas de privilegiados, têm que concorrer para a enfiatura do caracter do cidadão [...] senão para a graça depuradora das paixões e dos sentimentos colectivos. (p. 2)

Anunciar, contudo, o tempo da modernidade na Bahia, ou mais particularmente na ainda colonial cidade do Salvador, requer um exercício imaginativo que se aproxima da fábula, distanciando-se, portanto, da realidade. A também chamada cidade da Bahia vivenciava a modernidade que lhe era possível. A própria linha da revista *Arco&Flexa* (doravante *A&F*), supondo ser a mesma expressa no ensaio-manifesto assinado por Chiacchio, revela esta carência. O “Tradicionalismo dinâmico”, como foi denominado o programa, expressa uma estratégia de territorialização que implica em trilhar pelos caminhos dos novos tempos sem esquecer o “passado glorioso” da Bahia. Criticando o que considera o “delírio da imitação” dos europeus e o repúdio às tradições (p. 4), Chiacchio propõe um meio termo entre os passadistas e os futuristas: tradições dinâmicas ou dinamizadas. Fica clara a reação ao modernismo paulista: “Nunca primitivismos antropofágicos, nem dinamismos desembestados. Flexa nelles. Não queremos correr cruamente com o passado” (p. 7). Prevalece assim o jogo oscilante entre tradição e modernidade, entre o culto do passado e a crença no futuro. Podemos perceber então nessa ambivalência a aproximação com as ideias e propostas do movimento regionalista nordestino gestado principalmente em torno da figura de Gilberto Freyre, uma vez que se procura tecer uma dizi-visibilidade centrada na memória, na reação ao que se apresenta como modernismo paulista e na busca pelo passado como dimensão temporal a ser privilegiada.

Inserida nessa dimensão de temporalidade, a produção poética do jovem Eurico Alves aparece embebida pelo dilema posto pelas novas encenações da nacionalidade brasileira, perpassando questões sobre a identidade baiana e também sobre o lugar da Bahia nesses novos enquadramentos. Cultuando a “terra do berço”, mas oscilando entre a abundância da cor local e o flerte com as novas tendências da modernidade que ressoam do centro-sul e de fora do país, produz uma série de poemas

que trazem a marca da experiência urbana e o canto da urbe futurista. Talvez em razão disso decorra a imputação de “colaborador rebelde” que resvalava da cartilha moderada propugnada por Carlos Chiacchio (ALVES, 1999, p. 60). O próprio líder do grupo, ao apresentar a nova safra de escritores baianos, destaca em Eurico uma “mescla de sentimentalidade cabocla com humorismo irreverente”, cujas frases trazem “um gosto acridôce de nostalgia e revolta”. Este amálgama, acentua o crítico, não sem uma pontada de ironia, “resulta de um bem característico jeito de poeta modernista à moda do sul. Irá agradar imenso aos modernistas lá de baixo”. (*A&F*, 2/3, p. 5)

Outros autores, não sem razão, têm destacado um viés urbano e futurista na poética de Eurico Alves. Juraci Dórea segmenta em dois momentos a sua produção, destacando no início o predomínio do canto da experiência urbana. Para este autor, embora seja possível perceber já aí “um confessado envolvimento de Eurico com o sertão”, a temática sertaneja, predominante num momento seguinte, ainda aparece como um aspecto de certo modo marginal da sua obra:

[...] mesmo porque, afastado de sua terra, ele parecia muito mais ansioso por percorrer os caminhos de uma Bahia plena de beleza e magia e por saudar os nascentes mitos da nossa civilização: a máquina, os arranha-céus, o cinema, o petróleo, etc. (DÓREA, 1978, p. 34)

Seguindo por essa mesma trilha, Rita Olivieri-Godet propõe um percurso poético marcado pela “ambivalência do eu lírico, dividido entre o canto de um mundo novo, da tecnologia e do progresso – o canto da urbe ‘desvairada’ – e evocação nostálgica de um mundo arcaico – o canto idílico do sertão”. Ao mesmo tempo em que busca traços comuns entre a produção poética de Eurico e o movimento de renovação modernista paulista, evidenciando “os desdobramentos desse desejo de renovação no Nordeste, com a formação do grupo de Recife, sob a influência marcante de Gilberto Freyre”, identifica a autora, agenciando circunstâncias biográficas e literárias, três eixos temáticos que comporiam o itinerário poético do autor:



[...] o poeta do mundo moderno (1926-1932), o cantor do sertão (canto que se inicia no início dos anos 30 e se afirma plenamente a partir de 1934 até o final da década) e a angústia do homem moderno. (poemas tardios, em torno de 1950) (OLIVIERI-GODET, 1999b, p. 20)

Sem dúvida, a cidade é uma face marcante da composição poética de Eurico Alves<sup>9</sup>. Exemplo disso são os chamados poemas da Bahia, onde o poeta elabora representações da cidade de Salvador e cujos trechos transcrevemos abaixo:

Gestos orgulhosos em ânsia de mãos metálicas para o céu,  
Afastando sóis, para a escalada da altura.  
Dança alucinada de fumo, no ar, sobre a larga  
paisagem cúbica dos arranha-céus.

E a pulsação das fábricas cantando;  
e a gritaria ensurdecadora de lanchas e transatlânticos no porto,  
guindastes rilhando, arquejando,  
Buzinas, apitos, sirenas, guinchos.  
E o céu cinzento das massas enormes de cimento armado....  
(*Bahia*. In: Boaventura, 1990, p. 18)

Todo o mundo faz noturno,  
todo mundo é Chopin,  
compondo noturno de São Paulo e Belo Horizonte.

Eu não sou Chopin, nem Tárrega, nem musicista, ao menos.  
Mas a minha Bahia também tem um bonito noturno,  
um noturno simbólico de capital que se moderniza  
[...]

---

<sup>9</sup> Até então, o estudo mais completo sobre a poesia de Eurico Alves foi feito por Rita Olivieri-Godet (1999b). Por outro lado, para surpreender representações de sertão e de sertanejo no discurso de Eurico Alves procuramos percorrer caminhos não apenas estéticos, inclusive por uma questão de formação. Nesse sentido, para a compreensão das marcas de elaboração e das singularidades da linguagem poética de Eurico a autora supracitada foi uma interlocutora privilegiada, como também Pereira (1999) e Alves (1999).

E o noturno continua pela voz rouca e jazzbandina dos automóveis.  
Que se espreguiçam até a Vitória e pelo silvo acoiporado das usinas  
que cantam epinícios a Luiz Tarquínio.

(*Noturno baiano*. In: Boaventura, 1990, p. 94)

Canto, minha Bahia, essa cidade nova e esplendorosa do futuro  
que serás,  
a maravilhosa cidade aturdida e vibrante de vida,  
A cidade de luz que não verei.  
A minha voz é uma grinalda de lâmpadas e cores,  
para dançar a glória jovem da cidade alucinada.  
Bendito aquele que terá a alegria de fruir a glória do fogo da cidade  
encantada!

(*Canto final*. In: Boaventura, 1990: 54)

Evidente que quando se trata de experiência urbana no Brasil, há que se observar certos hiatos entre o imaginário dos poetas e a realidade projetada. As transformações do espaço urbano ocorrem, como já salientado, com mais intensidade, no Sul, novo pólo de poder do país. Especialmente em São Paulo, cidade que estava se constituindo como a principal metrópole e base da modernização do país, cantada por Mário de Andrade em *Paulicéia desvairada*. (OLIVIERI-GODET, 1999; FONSECA, 1997) A modernidade e a modernização se concretizaram em ritmo diferenciado em outras áreas do país, em especial no antigo Norte, embora já se possa perceber o desenvolvimento de códigos burgueses, notadamente nas capitais, que colocam em xeque as sociabilidades pré-capitalistas.

Em se tratando de Eurico Alves, e levando em consideração a sua ambiência na velha cidade de São Salvador, tem-se destacado um deslumbramento de sentidos com o novo que se aproxima mais do estético-literário do que do real. Decerto, os poemas que exaltam a “cidade da Bahia” parecem expressar mais um “imaginário tomado de assalto pela cidade” (OLIVIERI-GODET, 1999b, p. 18), do que exatidão sociológica com a realidade encenada. Mesmo considerando os primeiros ensaios de reformulação urbana implementados pelo governador J. J. Seabra (LEITE, 1996), há uma distância enorme entre a encenação poética e a realidade da urbe soteropolitana. Antonio Risério afirma que é no contexto da

“euforia política do seabrismo (...), mas mais no plano ideológico do que no terreno das realizações concretas”, que devem ser lidas as crônicas com traços futuristas de Pedro Kilkerry, o mesmo acontecendo com “um poema como ‘Noturno Baiano’, de Eurico Alves, [...] onde o ‘silvo acaiporado das usinas’ canta ‘epicínios a Luiz Tarquínio’, o pioneiro ‘socialista’ da indústria têxtil entre nós”. (RISÉRIO, 1988, p. 149) Da mesma forma, Olivieri-Godet atribui um caráter ilusório e de fantasia às encenações da cidade no discurso poético euriquiano:

Cidade ilusória que não corresponde à realidade urbana de Salvador em 1930, cidade invisível e alucinada, tecida nas malhas do discurso poético. A descritividade do poema confere-lhe verossimilhança, embora a realidade recriada se distancie do referente. (1999b, p. 25)

Pode-se, sem dúvida, argumentar, como faz a autora, a não identidade entre o fazer poético e a experiência real, ou ainda a possibilidade de vivência, pela via da literatura, da experiência das metrópoles, mas também não soa absurdo supor uma dimensão estratégica no discurso poético. Diante da impossibilidade de cantar a Salvador moderna, consequência de um descompasso histórico em relação a outras áreas do país, Eurico encena uma cidade do desejo, individual mas também coletivo, projetando-a no horizonte da espera. A inserção da Bahia no circuito da modernidade é algo que se coloca na dimensão do porvir. No ufanismo e entusiasmo do anunciar a nova e esplendorosa cidade do futuro configura-se uma equação simbólica compensatória, já que envolta em uma atmosfera política de afirmação de uma identidade social em crise.

Não se trata nesse trabalho de desconsiderar essa face urbana e futurista da produção poética do jovem Eurico Alves. Apenas gostaria de acentuar o trânsito entre o rural e o urbano, cujo sintoma mais nítido é a presença do tema sertão como uma constante nas suas representações poéticas acerca da Bahia e do Brasil. Acompanho aqui algumas inspirações de Rubens Alves Pereira, para quem a poesia euriquiana dessa primeira fase é tecida no jogo oscilante:

entre o campo e a cidade, máquina e tradição, velocidade urbana e lento ritmo interiorano. Enfim sua poesia futurista é duplamente nostálgica: seja pelo que o poeta não viveu em termos de “progresso” (o qual é mais uma experiência estética que experiência real), seja pelo insidioso imaginário telúrico sempre presente. (1999, p. 87)

Ou seja, entendo que a temática sertaneja já está insinuada mesmo na fase experimentalista do autor da década de vinte, sendo possível, portanto, perceber traços de continuidade entre o Eurico das experiências vanguardistas e aquele que retorna com mais intensidade ao tema sertão a partir dos anos 30 do século passado. Sua dicção poética enforma um lugar fronteiro, entre o torrão natal, a terra dos vaqueiros, referência sem dúvida à zona de Feira de Santana, e a experiência dos tempos modernos. Um “pé na roça”, outro na “cidade”, entre a tradição e a vivência das mudanças, ou, como diz Olivieri-Godet, circunscrevendo um contexto mais amplo, na fronteira entre “a desagregação do Brasil agrário e pré-capitalista, e a ascensão de uma sociedade urbana e tecnológica”. (1999b, p. 19)

No acompanhar desse itinerário marcadamente lírico é preciso ver que, mesmo na fase jovem, o poeta oscila entre o mundo rural e o mundo urbano. Também é possível perceber que ali já se encontram elementos de composição que indicam ou apontam para uma ideia de Bahia ampliada, como também, de forma embrionária, das ideias, imagens, teses ou pressupostos centrais a respeito do universo sertanejo que serão desenvolvidos e aprofundados posteriormente, especialmente nas crônicas e ensaios. Como pode ser observado nos poemas da Bahia, Eurico Alves não fere de todo a representação de Salvador como metonímia do estado da Bahia. Muitos de seus poemas de cunho futurista e de exaltação da cidade do São Salvador ainda trazem esse registro. Tal representação remonta a uma memória discursiva de longo curso, cujos ecos parecem trazer a marca fundacional do discurso poético de Gregório de Matos. Os conhecidos versos satíricos do poeta (“Triste Bahia, Oh quão dessemelhante!”) evidenciam, já lá pelo século XVII, esta operação metonímica. Indicam, por outro lado, que vem de longe e que ainda encontramos resquícios de permanência desse percurso de identificação da Bahia como sinônimo da

sua capital, Salvador. A historiadora Kátia Mattoso salienta o caráter de ambigüidade que o termo Bahia sugere:

Bahia? A cidade ou a Província? É impossível escapar dessa ambigüidade. Com efeito, quando Américo Vespúcio deu o nome de São Salvador da Bahia de Todos os Santos à baía que acabara de descobrir, tinha simplesmente a intenção de homenagear o dia de Todos os Santos de 1503 e de agradecer a Cristo a feliz travessia e a descoberta de um porto magnífico onde poderia, ao abrigo dos ventos e das vagas, descansar e reabastecer-se de água.

Desde então a Capitania – que se tornou Província com a primeira Constituição brasileira (1824) e depois estado com a República (1889) – sempre se chamou Bahia. Mas, até o fim do século passado, sua capital teve, simultaneamente, sete denominações, resultantes de combinações das oito palavras contidas em seu nome de batismo: São Salvador, Salvador, Salvador da Bahia, Bahia, Bahia de Todos os Santos e, enfim, São Salvador da Bahia de Todos os Santos. Hoje as administrações simplificadoras decidiram que a cidade se chama Salvador. Mas seus habitantes nunca deixaram de chamá-la Bahia. (MATTOSO, 1992, p. 41)

A sétima denominação, anunciada, mas não exposta pela autora, talvez seja cidade da Bahia, fazendo uso de um lembrete de Antonio Risério em sua interpretação do que vem a ser “cultura baiana”. Para o antropólogo e estudioso da “baianidade”:

quando um baiano diz ‘Bahia’ está muitas vezes pensando apenas na cidade da Bahia. É um costume de séculos. ‘Esta é a cidade da Bahia. Assim a trata o povo das suas ruas desde a sua fundação’, enfatiza Jorge Amado. Assim, quando falo em cultura baiana, não tenho em mente fronteiras políticas, mas a cultura daquele ‘recôncavo afamado da capital brasílica potente’, de que falava Santa Rita Durão no seu poema ‘épico’ [Caramuru] sobre o descobrimento português do Brasil. É Salvador e sua hirterlândia: uma região geográfica principalmente costeira, que, em cerca de dez mil km<sup>2</sup> de alcance, exhibe um alto grau de homogeneidade cultural e ecológica (nada a ver, igualmente, com a estupidez tecnocrática encarnada no conceito de ‘Região Metropolitana de Salvador’). Mais exatamente, trata-se de uma

cultura predominantemente litorânea do recôncavo agrário e mercantil da Bahia, que tem como principal núcleo urbano e tradicional Cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos. (1999, p. 146)

Mesmo afastados no tempo, é possível supor que a definição de Risério soaria estranha aos ouvidos de Eurico Alves. Certamente não pelo que ela traz de delimitação de uma região geográfica vista como homogênea cultural e ecologicamente, mas pelo que ela comporta de generalização, silenciando outras “ecologias” e restringindo a diversidade que comportaria o rótulo de baiano. É possível flagrar na tessitura poética elementos indicadores de uma percepção de Bahia para além dos contornos da sua capital, Salvador, sendo Feira de Santana uma referência sempre posta em relevo. Na sua poética são figurados tipos representativos do que seria uma outra paisagem física e social, ou de uma região “cultural e ecológica”: o sertão-pastoril. Um poema que emblematiza bem esta percepção de uma Bahia sertaneja é *Minha terra*, publicado na revista *Arco&Flexa* em 1928<sup>10</sup>, justamente no momento de acentuada euforia futurista:

Minha terra não é a morena de Caio de Freitas,  
que só anda  
    a sambar  
    a sambar...  
Minha terra é um garoto mulato  
[...]  
É um menino medroso  
    que não anda de noite,  
    por causa das almas que penam na mata.

Mas ele só tem medo das almas do outro mundo.

O menino só anda com patuá no pescoço  
pra tirar o azar.

---

<sup>10</sup> Outros poemas apontam nessa mesma direção, como é o caso de *Sertanejo*, *Elegia para Manoel Bandeira* e toda a série que tem como tema as vilzinhas sertanejas.

Ele também tem medo da comadre caipora  
que mora na grotta e era casada co judas.

[...]

Minha terra não é moça,  
minha terra é menino,  
    que atira bodoque  
    que mata mocó  
    que arma arapuça  
    e sabe aboiar  
    e nada nos rios em tempo de cheia  
    e come umbu e não apanha malina.

Minha terra é menino,  
é um vaqueirinho  
vestido de couro.

As calças de couro  
cobrindo as listradas,  
o parapeito e o jaleco  
o chapéu enfeitado de linha vermelha...

[...]

Minha terra não é a morena de Caio de Freitas.

    Minha terra é menino,  
    que planta feijão  
    e fuma cachimbo  
    e toma torrado  
    e bebe cachaça  
    e masca fumo de Inhambupe

O menino já anda com uma faca na cinta

    Tem boa pistola,  
    porque tange comboio

(*Minha terra*. In: Boaventura, 1990, p. 89-90)

Na poética oscilante entre o rural e o urbano, já se vai esboçando um projeto do escritor. O desejo de dar visibilidade a outra região da Bahia, a “sertaneja”, perpassa toda a sua produção discursiva, e, no decorrer do tempo, vai ganhando acentos de radicalidade. Além de demarcar um território, nele procurando esculpir um perfil identitário, os versos trafegam

pela intenção de visualizar distintas formas de organização social. Eurico, desde esse começo, manifesta o desejo de incorporar o sertão na geografia imaginária da Bahia. Na afirmação de outras ecologias sociais, no registro das diferenças culturais, de outros modos de ser baiano (e brasileiro), nota-se uma busca de pertencimento, a tentativa de inclusão da cultura sertaneja no repertório da baianidade.

Nesse momento, a perspectiva ainda é conciliadora, sinalizando para a busca de equilíbrio entre tradição e modernidade, rural e urbano, sertão e litoral. Mas seu discurso evolui para uma percepção de antagonismo entre sertão e litoral/cidade, culminando, em escritos posteriores à década de trinta, com a ruptura cada vez mais radical, e não menos ressentida, com a simbologia que representa o urbano e o moderno. A expressão mais acabada ou a síntese mais elaborada desse trajeto literário-intelectual é o ensaio *Fidalgos e vaqueiros*, onde o sertão passa a ser construído principalmente contra um espaço outro (e dos outros): a Bahia de baixo, o Recôncavo.

Essa inversão se inicia e vai se intensificando a partir da década de 1930, quando um já embrionário Eurico da década de 20 reafirma com mais força os valores sertanejos e nacionalistas. Para Olivieri-Godet, o enraizamento na realidade local, marca do segundo canto de Eurico, fundado “no ambiente rural, o campo, a fazenda, a vilazinha do interior, centrado na representação da sua região de origem, o sertão baiano” (1999b, p. 35), deve ser explicado não apenas pelo retorno do poeta à sua terra de origem, em 1933, sendo:

[...] preciso levar em conta o amadurecimento literário do poeta que não hesitou em percorrer o caminho do experimentalismo formal para descobrir uma linguagem própria. Por outro lado, a freqüentação da poesia regionalista nordestina, principalmente a de Jorge de Lima dos *Poemas* e dos *Novos Poemas*, interferiu sensivelmente na [sua] produção poética [...]. Esta produção foi ainda estimulada pela convergência entre regionalistas e modernistas, no que diz respeito ao questionamento da identidade brasileira, à valorização da tradição popular e à fixação da paisagem física e social do interior do Brasil. (1999b, p. 36)



O certo é que no itinerário poético de Eurico, o campo, e os signos que ele representa, paulatinamente vão sendo postos como superiores aos códigos citadinos. Imprime-se com tintas mais fortes o colorido do enraizamento telúrico. Sertão e litoral/cidade assumem no discurso estatus opostos: o primeiro, como lugar da plenitude da vida e da brasilidade autêntica; o segundo, como espaço artificial e descaracterizador do ser nacional. Nota-se um movimento de ruptura marcado pela crítica cada vez mais ácida às sociabilidades citadinas, pela desqualificação do culto ao novo, do mundo urbano, com suas máquinas e tecnologias. Vai ganhando acento a recusa da modernidade, amplificando-se o refúgio na tradição.

Essa mudança de rumo se inscreve, como bem percebe Olivieri-Godet, no contexto de decadência histórica e social do antigo Norte brasileiro, e o conseqüente desmoronamento das velhas estruturas patriarcais que sustentavam a dominação oligarca-coronelística do sertão-pastoril baiano. Para a autora:

A poesia de Eurico Alves registra os elementos que testemunham o desmoronamento de uma estrutura colonial, opondo nostalgicamente o passado opulento da aristocracia do pastoreio, através de evocações da infância, à desolação do presente. (1999b, p. 36)

Mais preocupada em percorrer os caminhos estéticos, Olivieri-Godet aponta, mas não desenvolve, esses condicionantes que frequentam a poesia de matiz “sertaneja” de Eurico Alves. Nesse trabalho procuro fazer essa travessia de leitura, pois considero, concordando com Durval Albuquerque Jr. (1999, p. 67), que é justamente dessa sensação de perda de espaços econômicos, políticos e, sobretudo, simbólico-existenciais decorrentes da crise (e como reação a ela), que brota a necessidade de reterritorialização, necessidade que impulsiona Eurico a fazer, agora principalmente pela via do ensaio e da crônica, o inventário da história econômica e social da área mapeada como *Bahia sertaneja*, ao lado de um esforço para instituir e preservar uma memória social em torno do pastoreio. Mapa que, como veremos, as mais das vezes, apresenta como abrangência espacial a zona de Feira de Santana.

Um aspecto importante são as particularidades desse esforço de reterritorialização. Uma delas é a busca de inscrição do sertão no mapa simbólico da Bahia. É preciso notar que embora Gilberto Freyre, na obra *Nordeste* (1937), no que toca ao ambiente açucareiro, e Djacir Menezes, em *O outro nordeste* (1937), com referência ao sertão, risquem um mapa regional que rompem fronteiras estaduais, incorporando inclusive a Bahia, a recíproca não é verdadeira. Durante muito tempo, a Bahia foi posta à margem dessa região, como um lugar e uma identidade à parte. Do ponto de vista político-administrativo a Bahia passou a pertencer à região Nordeste com a criação da Sudene no final dos anos de 1950, mas não deixa de ser esclarecedora uma provocação de Gilberto Freyre no último prefácio da obra citada, datado de 1985. Reavivando a velha polêmica com os modernistas da Semana de 22, Freyre reclama da relutância de brasileiros não-nordestinos em reconhecer as “antecipações nordestinas em setores culturais”. Elenca então uma série de autores e suas contribuições nas artes e nas ciências, citando, entre eles, o educador baiano Anísio Teixeira como um grande renovador do ensino no Brasil, mas com um aposto provocativo: “a Bahia não é um tanto Nordeste?”. Para o sociólogo pernambucano, Anísio “viria a ser um brasileiro do Nordeste e não apenas da Bahia” (FREYRE, 1989, p. 11). Antes incorporada à região Leste, juntamente com os estados de Sergipe e do Espírito Santo (depois também Minas Gerais), geralmente associada a Salvador e seu recôncavo, a Bahia resistiu até mesmo à identificação do sertão como parte do seu território, se não no sentido geográfico, pelo menos no aspecto simbólico. Ainda hoje, como demonstra a leitura de Antonio Risério, o conceito de “cultura baiana” remete a modos de vida relacionados àquele recorte espacial.

Porém, a singularidade que considero mais importante no empenho reterritorializador de Eurico Alves é a disputa pela memória da sua região e da sua cidade, Feira de Santana, eleita como portal de entrada para o sertão. Vincadamente localista, a narrativa euriquiana se inscreve como reação às mudanças civilizatórias que acometem o seu sertão, as quais colocaram em risco ou fizeram sucumbir códigos culturais ligados ao pastoreio e à dominação patriarcal<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Retorno com mais profundidade a esta questão no capítulo 3 deste trabalho.

## ONDE, O SERTÃO?: VEREDAS

O sertão, como já disse Guimarães Rosa, é “real” que vai se dispondo no meio das travessias do homem-humano (1994, p. 46)<sup>12</sup>. A paráfrase traduz o percurso que ora intentamos. Não se trata, pois, seja por via etimológica, seja pelo rastreamento dos usos da palavra, de procurar encontrar o seu sentido primeiro ou original. Entendemos as fronteiras e territórios como criações históricas. As relações com os espaços, as inscrições geográficas, são, elas próprias, relações políticas que se projetam no palco das representações. Sertão é coisa que se inventa: significações que brotam de fora, de dentro, de entremeio; delineamentos difusos, fronteiras que vão se colocando nos mapeamentos de papel e do desejo. Limito-me a perceber certos começos e percorrer em seus mais largos traços a memória discursiva que vai se tecendo, procurando situar como Eurico Alves (re)trabalha tal repertório de imagens e textos que configuram este denso arquivo imaginário.

Sertão: também emaranhado de recorrências de longa duração. Palavra que traz a marca do controverso, ela atravessa o Atlântico nas caravelas portuguesas e desembarca no Brasil já em 1500. É um significante que permanece como repetição possivelmente em todos os relatos de viajantes e cronistas que por aqui passaram, marcando de forma profunda a imaginação social sobre o Brasil. Talvez caiba destacar, a título de ilustração, o registro inaugural do escrivão-navegador Caminha, para quem as terras encontradas, e que posteriormente vieram a ser (re)nomeadas como Brasil, eram toda ela sertão (In: CASTRO, 1996, p. 92)<sup>13</sup>, visão que persistiu durante muito tempo no foco luso-lisboeta. Anota ainda o escrivão que “pelo sertão nos pareceu [a terra encontrada], vista do mar, muito grande, porque a estender d’olhos não podíamos senão ver terra com arvoredos, que nos parecia muito longa” (1996, p. 97). Esse olhar

---

<sup>12</sup> Sobre o sentido alegórico da cartografia sertaneja roseana, ver Soares (2002).

<sup>13</sup> Utilizo aqui a transcrição atualizada da carta por Silvio Castro: “[...] como os arvoredos são muito numerosos e grandes – e de infinitas espécies – não duvido que por *esse sertão* haja muitas aves!” (grifo meu)

delimitador do viajante-escrivão e o ato de nomear, que se reveste de posse, são indiciários de um intertexto cultural que se desdobra no processo de constituição de sentidos que nos condena a ser “mundo novo”<sup>14</sup>. Instaure-se desde este começo um jogo prefigurativo, através do qual procura-se tornar familiar um mundo até então obscuro e desconhecido.

Já se pode ler na famosa carta a oposição litoral e sertão, como também a proeminência do litoral como lugar de observação (e qualificação) de um outro: o sertão. Ao que tudo indica, já disseminada no velho mundo português<sup>15</sup>, a figura litoral-sertão, aqui aportando, sobrevive durante longo tempo, uma vez que a metáfora sertão se prestou, desde o processo colonizador, para designar o incerto, o longínquo, o interior, o despovoado, bárbaro e desconhecido, espaço-outro tomado como imagem e contraposição ao litoral, lugar do civilizado e da civilização<sup>16</sup>. Traçando um rápido percurso da presença do sertão na poesia brasileira, Gilberto Mendonça Telles nos informa que:

[...] a palavra sertão tem servido, em Portugal e no Brasil, para designar o ‘incerto’, o ‘desconhecido’, o ‘longínquo’, o

---

<sup>14</sup>Acompanho aqui uma inspiração de Otávio Paz, adaptando-a ao contexto específico desta reflexão. Segundo o escritor mexicano, “Na Europa a realidade precedeu o nome. A América, pelo contrário, começou por ser uma idéia. Vitória do nominalismo: o nome engendrou a realidade. [...] O nome que nos deram nos condenou a ser um mundo novo. [...] Nosso nome nos condenava a ser projeto histórico de uma consciência alheia: a européia”. (Paz, 1990, p. 127)

<sup>15</sup> Diz Amado (1995, p. 148): “Talvez desde o século XII, com certeza desde o XIV, os portugueses empregavam a palavra, grafando-a ‘sertão’ ou ‘certão’, para referir-se a áreas situadas dentro de Portugal, porém distantes de Lisboa. A partir do século XIV, usaram-na para nomear espaços vastos, interiores, situados das possessões recém-conquistadas ou contíguos a elas, sobre os quais pouco ou nada sabiam”.

<sup>16</sup> Algumas dessas associações ainda permanecem, como se pode notar nas acepções da palavra sertão em “estado de dicionário”: 1. Região agreste, distante das povoações ou das terras cultivadas.; 2. Terreno coberto de mato, longe do litoral; 3. Interior pouco povoado; 4. Bras. Zona pouco povoada do interior do Brasil, em especial do interior semi-árido da parte norte-ocidental, mais seca do que a caatinga, onde a criação de gado prevalece sobre a agricultura, e onde perduram tradições e costumes antigos. (Dicionário Aurélio, Século XXI)

‘interior’, o ‘inculto’ (terras não cultivadas e de gente grosseira), numa perspectiva de oposição ao ponto de vista do observador, que se vê sempre no ‘certo’, no ‘conhecido’, no ‘próximo’, no ‘litoral’, isto é, num lugar privilegiado – na civilização. É uma dessas palavras que traz em si, por dentro e por fora, as marcas do processo colonizador. Ela provém de um tipo de linguagem em que símbolo comandava a significação (re)produzindo-a de cima para baixo, verticalmente, sem levar em conta a linguagem do outro, do que estava sendo colonizado. Refletia na América o ponto de vista do europeu: era o seu dito (ou o seu ditado), enquanto nas florestas, nos descampados, nas regiões tidas por inóspitas, de vegetação difícil, se ia criando a subversão de um não-dito nativista e sertanista que se tornou um dos mais importantes signos da cultura brasileira. (TELLES, 1996, p. 127)

Durante o período colonial a noção de sertão aparece associada à ideia de grandes vazios incultos e desabitados (de brancos e civilizados). Maria Elisa S. Mader, a partir da análise do imaginário sobre o sertão elaborado por cronistas, missionários e viajantes, destaca a sua imprecisão espacial. Imaginado por contraste às áreas já colonizadas, onde se faz presente o poder, seja do Estado, seja da Igreja, sertão seria o “território do vazio, o domínio do desconhecido, o espaço ainda não preenchido pela colonização. É, por isso, o mundo da desordem, domínio da barbárie, da selvageria, do diabo”. (*apud* LIMA, 1999, p. 58)

Trafegando nessa mesma direção, Janaína Amado salienta que a categoria sertão, construída “desde o litoral” pelos colonizadores portugueses, portanto, carregada de sentidos negativos, foi difundida denotando terras onde se faziam ausentes a religião e o controle colonial, espaços isolados e desconhecidos, ainda não bafejados pelas benesses da igreja, da civilização e da cultura. De modo geral, diz ela,

[...] denotava ‘terras sem fé, lei ou rei’, áreas extensas afastadas do litoral, de natureza ainda indomada, habitadas por índios ‘selvagens’ e animais bravios, sobre as quais as autoridades portuguesas, legais ou religiosas, detinham pouca informação e controle insuficiente. (AMADO, 1995b, p. 150)

Assinala ainda a autora que no transcurso do século XIX ocorre um deslizamento de sentidos acerca do sertão, tanto na antiga metrópole quanto na ex-colônia: em Portugal a palavra sertão vai esvaziando-se de significados, tornando-se apenas sinônimo de “interior”, enquanto que no Brasil ocorria um processo inverso, pois:

[...] os brasileiros não apenas absorveram todos os significados construídos pelos portugueses a respeito de ‘sertão’, antes e durante a colonização, como a partir da Independência, em especial a partir do último quartel do século XIX, acrescentaram-lhes outros, transformando ‘sertão’ numa categoria essencial para o entendimento da ‘nação’. (1995, p. 153)

A relevância do signo sertão para pensar o Brasil ganha acento entre o final do século XIX e as primeiras décadas republicanas, em especial quando o sertanejo assume, em substituição ao indígena, a primazia enquanto perfil histórico do nacional autêntico. Freqüentando a poesia e a prosa românticas, a literatura realista (CANDIDO, 1964; TELLES, 1996), como também o pensamento dos intelectuais-cientistas de viés naturalista, a exemplo de Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu, Oliveira Viana, ou dentro de marcos modernistas, como foi o caso de Cassiano Ricardo, Nelson Werneck Sodré, Sergio Buarque de Holanda, sertão transforma-se em categoria essencial a partir da qual se imagina o espaço, a cultura e a nação brasileiras. Desse modo, no desenrolar do processo histórico do que viria a ser o Brasil, a ideia de sertão ocupa um lugar central na imaginação social brasileira, seja enquanto elemento definidor de uma semântica dos espaços ou regiões, seja como suporte de memórias e identidades. Questão recorrente na nossa formação sociocultural, o Brasil é algo que se pensa como constituído de litoral e sertão.

Janaína Amado destaca a força do significante sertão enquanto categoria do pensamento social e cultural, bem como a sua essencialidade nas construções que tematizam a nação brasileira. Assinala ainda a autora a permanência do sertão como uma das categorias mais relevantes para pensar o espaço brasileiro, para designar uma ou mais regiões que configuram o território nacional. Mesmo quando a referência remete para o tempo atual:

[...] entre os nordestinos, é tão crucial, tão prenhe de significados, que, sem ele, a própria noção de ‘Nordeste’ se esvazia, carente de um dos seus referenciais essenciais. Que seriam de Minas Gerais, Goiás ou do Mato Grosso sem os seus sertões, como pensá-los? Em Santa Catarina, ainda hoje se emprega a expressão ‘sertão’ para referir-se ao extremo oeste do Estado. Em partes do Paraná, a mesma expressão identifica uma área do interior de um outro estado, - São Paulo, próxima a Sorocaba (provavelmente, uma reminiscência dos antigos caminhos das tropas). No Amazonas, ‘sertão de dentro’ refere-se à fronteira do estado com a Venezuela, enquanto no interior do Rio Grande do Sul, ‘sertão de fora’ também nomeia área de fronteira, porém situada... no Uruguai! (AMADO, 1995b, p. 145)

A impressão que fica é da atualidade da famosa definição de Guimarães Rosa que na voz do jagunço Riobaldo anunciava que o sertão é “lugar que não se divulga, sem tamanho”, que “está em toda parte” (1994, p. 11) e “aceita todos os nomes: aqui é o Gerais, lá é o Chapadão, lá acolá é a caatinga” (1994, p. 312). Porém, embora continuemos a encontrar “sertões” em diversas partes do Brasil, importa considerar que esta noção vai se constituindo historicamente numa diversidade de sentidos e significados. O processo de urbanização, especialmente a partir do século XX, vai alterar as representações culturais do Brasil como composto de litoral e grandes sertões. Na medida em que a (re)ocupação do interior do país vai se intensificando e as paisagens vão sendo modificadas, ocorrem mudanças na imaginação social, originando outros modos de representação do espaço brasileiro. Um desses modos de representar articula-se em torno da dicotomia cidades e sertões, segundo a proposição do historiador Gilmar Arruda (2000), para quem os sertões deixaram de existir em regiões como o Oeste de São Paulo e o Norte do Paraná. O Nordeste como região, e dentro dele a espacialidade sertão, que passam a ocupar uma posição singular no mapa geográfico e simbólico do Brasil, são representações culturais do século XX, conforme propõe Durval Albuquerque Jr. (1999). Contudo, é interessante pontuar que no repertório de formulações que fizeram emergir a região Nordeste, o sertão, antes representado como fronteira da civilização, passa a ser o coração da nova região, operação que

traz um elemento inédito no tocante às representações sertão-cidade. Antes tomado em uma perspectiva dicotômica, o recorte sertão-baiano-nordestino passa a englobar o campo e a cidade, o rural e o urbano.

É certo, portanto, que, no desenrolar do processo histórico brasileiro, sertão foi deixando de ser um lugar que expressava algo homogêneo, um signo do mesmo, um todo não-litorâneo, e passou a ocupar lugares com fronteiras geográficas e perfil social mais ou menos definidos<sup>17</sup>. Atualmente parece fora de dúvida que sua dimensão mais visível (pela sua propagação via cinema, literatura, ciência, música, teatro, tv, etc.) tem como cenário o recorte Polígono das Secas, que compreende a região Nordeste e o norte do estado de Minas Gerais, ao qual associamos imagens como a festa junina, o clientelismo político, a vegetação ríspida e garranchenta, o solo pedregoso, o chão gretado pela seca, a desoladora paisagem de miséria protagonizada por retirantes vidas secas e gordos latifúndios, ou por imagens que remetem para uma produtiva memória estereotipada na qual aparecem em relevo figuras de coronéis e jagunços, cangaceiros e beatos, fabianos e severinos.

Para além do signo do minguado que tem caracterizado esta face mais visível, sertão é um longo e caudaloso rio de memória e de exercício imaginativo. Eurico mergulha nessas águas em correnteza. Na sua montagem ou configuração do “espaço sertanejo” pode-se perceber ressonâncias destas imagens e enunciados anteriores. Evidencia-se no seu percurso intelectual-literário um jogo de percepções marcado pela procura de uma identidade: a sertaneja. Identidade que, por sua vez, reclama por fronteiras, demanda um assentamento territorial para (re)inscrição de sentidos que conformem uma memória e uma topografia coletiva. Nesse sentido, é notável seu impulso pela tessitura de coordenadas, a partir das quais se pode circunscrever e alinhar nexos para a história de uma região da

---

<sup>17</sup> É preciso considerar ainda que existem outras referências para se delimitar e definir o que vem a ser sertão que não levam em conta fronteiras espaciais. Para o discurso higienista do final do século XIX e início do século XX, por exemplo, o sertão começa onde tem início a doença e a ignorância. Assim, sertão pode ter início em uma rua dos subúrbios da cidade do Rio de Janeiro. (Lima, 1999, p. 60)



Bahia, de uma cidade (Feira de Santana), de um grupo social ou de uma comunidade.

## (ES)QUADROS DO SERTÃO: A BAHIA SERTANEJA

O sertão apresentado por Eurico Alves aparece filiado à tradição de pensamento que prefigura o Brasil como constituído como litoral e sertão, remetendo sempre para um outro par de opostos: o urbano e o rural, ou uma variação deste: cidade e campo. Tanto na produção poética quanto na ensaística, a ideia de sertão que vai sendo inferida sugere algo que oscila entre um espaço genérico, de pouca nitidez geográfica ou pelo menos de difícil delimitação, e um recorte espacial mais definido em seus contornos ou fronteiras, o sertão-pastoril baiano, mais particularmente aquele circunscrito à área de Feira de Santana.

Nos versos é possível flagrar elementos dispersos de uma cartografia poética, na qual o sertão ainda aparece como sinônimo de interior, de horizonte escancelado, terra longínqua, lugar outro, distante do litoral. Emoldura-se ali um cenário de amplitude e, não raro, de uniformidade. No poema *Destino*, por exemplo, pintando um quadro em que a cidade se alimenta do trabalho do campo (idéia forte no pensar/sentir de Eurico e onde se percebe ressonâncias do poeta belga Emile Verhaeren<sup>18</sup>), sertão aparece associado ao que é longe, lonjura referenciada em um espaço outro, a costa/cidade, como se pode ver no fragmento transcrito abaixo:

Depois, os carros velozes levarão, para o bojo das cidades  
aniquiladoras,  
a messe maravilhosa que a terra produziu;  
depois, os guindastes arrancarão, para a boca metálica dos  
cargueiros,  
a fartura que a terra ignorada na sua bondade lhes deu;  
levarão para o congestionamento dos armazéns de luxo,

---

<sup>18</sup> Sobre o poeta belga, sua influência no Brasil e particularmente na poética de Eurico Alves, ver Olivieri-Godet (1999b).

para a bolsa das mercadorias,  
apregoado pela voz silenciosa dos cobiçados algarismos de cotação,  
o trabalho anônimo do homem rude da *minha terra longínqua*....

(*Destino*. In: BOAVENTURA, 1990, p. 23; grifo nosso)

Sertão sem limites, infindo, “sem fecho e sem tamanho”, como diria mais tarde Guimarães Rosa na sua cartografia alegórica das grandes veredas. Vasto interior do Brasil, de pequenas vilas e cidadezinhas perdidas no mar do sertão e esquecidas pelo Litoral. Irmã de tantas outras por este Brasil adentro, “ressonância do aboiado, página do romance da tropa, da crônica das boiadas” (FV, p. 39), conforme definiria Eurico mais tarde, Capivari (atual Macajuba), situada na Chapada Diamantina da Bahia, é a referência do poema (escrito em 1935 e cujo trecho reproduzimos abaixo), embora simbolize toda uma família:

Cidadezinha esquecida nesse longínquo sertão silencioso,  
não te conheço, mas, certamente, o meu nome sem ruído  
já te apareceu por aí, numa nova notícia.

[...]

Cidadezinha distante perdida neste sertão sem fim...

[...]

(*Canção para a cidadezinha desconhecida*. In: BOAVENTURA, 1990, p. 127)

Na poética euriquiiana, sertão também aparece associado à atividade da pecuária e ao modo de vida dela decorrente, remetendo para enormes distâncias, para o desconhecido, para o vasto território brasileiro descoberto, ocupado e conquistado pela ação heróica do vaqueiro bandeirante. Na acentuação épica do gesto viril e audacioso dos vaqueiros engolidores de distâncias e disvirginizadores de brasis ignorados, esboça-se a idealização de uma terra de gigantes. O poema *Sertanejo* é emblemático nesse sentido, inclusive pela demarcação de outras fronteiras entre sertão e cidade, na medida em que encena dois modos de vida, privilegiando claramente o viver campesino. Sertão representa a felicidade do pleno convívio com a natureza, um laboratório para a formação de homens bravos, viris, orgulhosos:

Sentir toda a volúpia bruta dos horizontes no pensamento!  
Beber toda alegria febril das distâncias insondáveis, pelos sentidos  
Ser terra morena! e o céu! e os longos caminhos abruptos, rudos  
e infinitos!

os rugosos caminhos virgens, rumorosos...

escutar na carreira o coração do chão e a alma das alturas...

[...]

Citadino, não conheces esta alegria que embriaga a alma no campo.  
Entre danças de poeira de oiro, pelas estradas sinuosas que a  
coragem, a audácia e a arrogância do sertanejo desvirginaram,  
Voam ansiosos cavaleiros e fogem em barulho desenfreadas reses  
bravias atordoadas.

[...]

Citadino, vem ver a glória viril da carreira entre as touceiras  
emaranhadas

de calumbis, na batida

e o rápido salto veloz sobre troncos de mandacarus e juremas  
aduncas [...]

Vem experimentar o sabor de distâncias que há no canto do  
vaqueiro,

Tirando e tangendo a boiada impaciente pelos chapadões

e apicuns [...]

(*Sertanejo*, In: OLIVIERI-GODET, 1999, p. 171)

Não é difícil perceber que estas imagens utilizadas na composição poética de sertão migram para o ensaio e para a crônica, onde são reiteradas ou ressignificadas. Mas há indícios que permitem afirmar que, no seu conjunto, a cartografia euriquiana revela dois elementos básicos do que configura o espaço sertão: *ser interior e ser pastoril*. No ensaio *Fidalgos e vaqueiros*, por exemplo, repete-se a prefiguração litoral-sertão, a tonalidade heróica do vaqueiro e a noção de um lugar sem limites, apartado e distante da Costa: “sertão pastoral, expressão de um mundo, um mundo dentro do Brasil” (FV, p. 16). Sertão que às vezes vai deslizando para além do *mundo* brasileiro:

Sertões distantes e ermos, exilados do mundo agitado,  
distanciados da censura, pelos longos parênteses afogueados dos  
horizontes vazios e silenciosos. Formou-se, então, o boiadeiro,  
ágil vaqueiro que Walt Whitman saudaria no seu canto mágico.  
(FV, p. 76)

No empenho em instituir e dar visibilidade a uma *região* da Bahia, Eurico promove um intenso diálogo com o repertório-sertão já constituído<sup>19</sup>, formulando uma geografia que vai sendo tecida no acompanhar do rastro das boiadas e na escuta da cantilena dos vaqueiros devoradores de horizontes. Na vereda aberta por Euclides da Cunha, propõe uma história da Bahia e do Brasil contada a partir do interior, do sertão. História épica e heróica, pois permeada por “abismos de distâncias e desconhecidos duendes” (FV, p. 43), assinalada pela expansão territorial do Brasil e também pela formação do brasileiro mais genuíno<sup>20</sup>. História que, segundo Alves, não pode ser olvidada, pois foi o vaqueiro bandeirante o responsável pela conquista do colosso geográfico brasileiro, o principal personagem pela “vitória sobre o mundo vazio do sertão primitivo e criando uma fisionomia própria para a sua paisagem. É preciso não se anular o papel do vaqueiro, para apenas se contar a ação do homem do litoral” (FV, p. 202), pois foram o pastor e o pastoreio que fizeram o Brasil.

A despeito do tom de generalização, é justamente no ensaio *Fidalgos e vaqueiros* que se vai rabiscando com certa nitidez algumas fronteiras, se não do grande sertão, pelo menos daquilo que seria a Bahia sertaneja. Já é possível notar aí o interesse em demarcar os limites no mapa, delineando-se vestígios indicadores das estratégias de construção de identidade. Na produção de novas metáforas espaciais, Eurico Alves redesenha o espaço geográfico brasileiro, reconfigurando os limites do território nacional e rompendo com a representação do Brasil enquanto Norte e Sul<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup> Além dos cronistas e viajantes, Eurico lança mão de uma extensa bibliografia. Seleciono alguns autores que considero os mais significativos, considerando a repercussão de suas obras: José de Alencar, Bernardo Guimarães, Afonso Arinos, Coelho Neto, Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu, Oliveira Viana, Cassiano Ricardo, Nelson Werneck Sodré.

<sup>20</sup> Retomo e aprofundo esta questão no capítulo dois.

<sup>21</sup> A diferenciação entre Norte e Sul vem desde o final do século XIX, distanciamento geralmente explicado por questões de raça e meio. Os trabalhos de Nina Rodrigues e Oliveira Viana são exemplo disso. (ALBUQUERQUE JR., 1999, p. 57) Embora ocupado em visualizar a área da Zona da Mata, Freyre já chamava a atenção para a existência de vários nordestes, ao mesmo tempo em que criticava a visão estereotipada e o exagero de simplificação por parte do Sul, que via o Norte como “maciço e único”. (FREYRE, 1989, p. 42)

Embora o sertão pastoral expresse um mundo dentro do Brasil, não deve, segundo ele, ser confundido com a expressão Brasil Norte. Eurico propõe uma nova cartografia e nela inscreve quatro Brasis:

E é preciso não se confundir sertão com a expressão Brasil Norte. Há que diferenciar-se que o Norte não é só representado por engenhos e canaviais. Não é só de engenhos e canaviais composto, como muitos fazem crer. Distingue-se ligeiramente um Brasil do Norte e um Brasil do Sul. Até mesmo o consciencioso Roger Bastide vê somente estes dois tipos de Brasil: ‘O Brasil do Norte, com engenhos de cana-de-açúcar, canaviais como oceanos verdejantes, negros importados da África, senhores brancos, ricos e voluptuosos – e, o Brasil do Sul, de população mais pobre, mais mesclada de índios, composta de pioneiros, de desbravadores de terras virgens, de conquistadores do sertão’. Apesar da autoridade desenganada do sociólogo, não é real esta divisão. Ingrata. Imprecisa. Incompleta, arremate-se. Ter-se-ia de dizer com justeza: Brasil do Litoral, com canaviais e casas-grandes açucareiras; Brasil do Sertão, com pastos, malhadas, currais e casas-de-fazendas; e o Brasil do Sul. E ainda o Brasil das Minas, que de certo modo, se assemelha ao pastoril, quando se associa aos latifúndios agropastoris. (FV, p. 16)

A imagem espacial *sertão* traz a marca do genérico, pois brota vinculada ao pastoreio, com seus pastos, currais e malhadas. Em *Fidalgos*, Eurico faz referência a diversos “sertões” existentes pelo Brasil adentro: sertão da Paraíba (p. 22), sertões pastoris de Alagoas (p. 39), sertão do Mato Grosso (p. 82), sertão do Amazonas (p. 82), sertão de Pernambuco (p. 108), alto sertão de Minas Gerais (p. 149), sertão de Goiás (p. 140); sertões do sul (p. 202) e, principalmente, a sertões específicos, “os nossos”, reportando-se ao sertão pastoril baiano. Nesse sentido, o sertão parece estar em todo lugar, suas veredas se entrelaçam por todo território nacional.

Área vasta e indefinida no interior do Brasil, o sertão passa a ser unificado pela atividade da pecuária e pela cultura a ela coligada, a vaqueira. É o emaranhado de veredas de um recorte que se pretende uno na sua multiplicidade: grande sertão. Decorre dessa abrangência espacial algu-

mas marcas de ambiguidade que habitam o discurso euriquiano: nas oscilações entre o geral e específico, ora referindo-se ao todo, o Brasil sertão, ora reportando-se ao sertão pastoril baiano; no hesitar entre o homogêneo e o plural (ou multifacetado), ora suprimindo as diferenças ora colocando-as em relevo; nas vacilações entre o natural e o histórico, entre a rejeição e a aceitação de fronteiras e temporalidades fixas. Às vezes, o sertão é representado como algo a-histórico, como recorte natural, dado desde sempre:

Foi o boi que provocou *a descoberta do sertão*, assinalando os pontos cardeais da província com rastro do seu passo vagaroso e constante. (FV, p. 22; grifo nosso)

Foi o pastoreio a razão maior da penetração da terra sertaneja. Deu-lhe o gado a garatuja longa e farta das estradas reais, tecendo fortemente a unidade nacional. (...) *Despertou o sertão ao rumor das boiadas*. (FV, p. 45, grifo nosso)

Foi o vaqueiro, tangendo a boiada, procurando pasto, que *descobriu as terras ignoradas do sertão*. (FV, p. 49; grifo nosso)

Eram resolutos os homens que *entraram no sertão*. (BOAVENTURA, 1955, p. 7; grifo nosso)

Em outros momentos escapa dessa ilusão referencial, percebendo o sertão como construção histórica, resultado da ação dos vaqueiros bandeirantes no tanger das boiadas e assentamento de fazendas. Teria sido o vaqueiro, como que “plagiando Deus”, que criou o sertão. Imagina-se um espaço que vai sendo desvendado, apossado e ampliado pela expansão da atividade do pastoreio:

*E estende-se o sertão e amplia-se*, povoado por mestiços destes intrépidos vaqueiros, que o entraram tangendo boiadas. (BOAVENTURA, 1955, p. 3; grifo nosso)

*Foram as boiadas que rasgaram os primeiros caminhos, à procura de pastagens*, os mesmos caminhos que entreteceram o contato do sertão com o mar, até que o uivo estrídulo das estradas de

ferro, no sorrir do século XIX, viesse ferir o silêncio da terra, já desperta pelo grito dos vaqueiros de Garcia d'Ávila. (FV, p. 44-5; grifo nosso)

Porque, no mapa cru e bruto do sertão olvidado, o púlpito, muita vez, se transmutou em arruado, aldeia, vila grande e cidade. [...] O gesto do primitivo braço, abençoando no final da Missa, rasgava uma estrada, cindia o desconhecido caminho, *dilatava o sertão*. (BOAVENTURA, 2006, p. 113; grifo nosso)

Embora compreendendo o sertão como todo o mar de terras do interior do Brasil, Eurico tem como referência um espaço específico e delimitado, no caso, a área de (e circunvizinha a) Feira de Santana. A despeito dos vãos panorâmicos pelos sertões nacionais, o recorte espaço-temporal dos estudos empreendidos por ele é bem definido:

Fugindo a cana, acentuou-se a alegoria dos pastos das fazendas de criar na dobra do Recôncavo, no início do sertão e veio a variedade de culturas. Novos pastos, porque aqui, anteriormente já se derramavam outras fazendas maiores, os mesmos abandonados posteriormente. Várias famílias se radicam, no século XVII e XVIII, na área que vai formar o centro principal das nossas pesquisas, e, depois, no chão que vai surgir o município de Feira de Santana. (FV, p. 21)

Eurico, portanto, fala de (e a partir de) um lugar do sertão. Seu dizer situa-se na dobra do Recôncavo, no que seria o início do sertão na Bahia, ou mais precisamente nas paisagens feirenses. É desse ponto de localização, embora viajando nas asas de uma vasta bibliografia, que ele tece a sertanidade, projetando o lugar de onde fala para outros espaços, seja aquele compreendido como sertão-pastoril baiano, seja para todo o nacional. Lugar-sertão que, além de ser interior e pastoril, guarda uma especificidade, que é dada pelo tipo de vegetação, a caatinga. Ao longo dos textos é recorrente a associação entre sertão e esse tipo de flora:

Assim, num amplo domingo desfeito em festas de sol, de quentíssimo setembro, montei o meu alazão e varei a catinga. Sinto sempre na angustiosa paisagem da catinga um gesto humano

a implorar piedade. Um gesto de mulher a suplicar uma palavra de ternura, E, assim, fui embrenhando-me pelo intrincado ríspido das estradas, que ardem como boca de fornalhas. (BOAVENTURA, 2006, p. 92)

As minhas pesquisas tiveram início no Nordeste [área de Tucano, município baiano] propriamente. Depois, em Riachão do Jacuípe. Chegando ao sudoeste, tive que comprovar os mesmos episódios na miscigenação da sua gente, desta massa sertaneja distanciada na amplidão dolorosa e amiga da catinga nordestina. (FV, p. 81)

Na origem da civilização do pastoreio, era o sertão – a nossa zona, o nordeste, o vale do Rio de Contas e o amplíssimo Vale do São Francisco – uma como página arrancada de humilde livro de penitente asceta. [...] Já por aqui, na zona de Feira de Santana, a vida se havia transmudado totalmente. Mas o tempo soprou e atirou mais longe sobre as distantes curvas cor de crepúsculos da catinga o pólen de outra vida, embora de estréia sem muito reflexo além dos horizontes moribundos das estradas solteiras. Já se extingue a fase do couro na nossa paisagem. Outra vida se prenuncia. (FV, p. 95)

O ensaio *Fidalgos e vaqueiros* desponta como o ponto mais alto no longo itinerário de busca de inscrição do sertão na geografia imaginária da Bahia. O desenho espacial sertão toma como ponto de partida a zona Feira de Santana, antiga São José das Itapororocas, e áreas circunvizinhas, embora muitas vezes o autor teça considerações gerais acerca da ocupação do território brasileiro e do sertão nordestino em particular. No cenário baiano, é um dizer que pretende operar a fundação de outra Bahia, para além da capital e seu entorno. No próprio movimento de descortinar a paisagem sertaneja, seu discurso procura legitimar um modo de ser, fundar uma identidade, elegendo uma alteridade, um Outro contra o qual se constrói, no caso, o litoral/Recôncavo. Daí porque o desejo de um contorno preciso para o sertão baiano, no qual deve constar a zona de Feira de Santana. Para tanto, recua no passado para evidenciar que isso já estava dado desde o começo, no período colonial. Se o sertão não tem fim, ele tem um princípio, e se inicia quando termina a Bahia litoral, o Recôncavo:



Morre o Recôncavo, quando as espátulas do canavial cedem lugar ao flácido flabelar festivo do capinzal, das capineiras. Além do horizonte descrito, já não se ouvem gritos histéricos de feitores sádicos, mas sim a melopéia do aboiado, conduzindo a vida e o rebanho para alegria do sertão imenso. Imenso como um coração. (FV, p. 17)

No esquadrinhamento de rara beleza e acentuado lirismo, o que sugere um profundo envolvimento afetivo com o ambiente representado, vai-se compondo a metáfora espacial sertão. Eurico Alves contesta o alargamento geográfico do Recôncavo até os campos das Itapororocas. Já não se vê por estes campos, diz ele, a terra pegajenta, o massapê acomodatório a que se referia Gilberto Freyre, tampouco a tristeza da escravidão, mas a vegetação de caatingas e a “amplidão própria para o eco triunfal e forte da voz do vaqueiro” (FV, p. 17). Nas imagens antitéticas, delineiam-se duas regiões, ecológica e culturalmente distintas.

Sertão: espaço outro, em tudo diferente do Recôncavo: no seu modo de vida, na sua economia, nos seus códigos culturais. Sertão bruto, despojado, sem os estardalhaços do litoral; lugar de nobreza verdadeira, de homens ásperos e rudes como a própria vegetação. A própria imagem do sertão como coração, lugar amoroso, maternal e de pulsação da vida, indica uma forma de representar com sinal positivo, destoando assim das recorrentes associações de sertão com seca, miséria, cangaço, messianismo. Esquivando-se de fórmulas deterministas (embora às vezes escorregando nelas, pois é uma obra de transição), tensionando a relação homem-natureza, faz um lugar-sertão emergir como região humana, como espaço de relações bio-psicossociais, território de práticas e representações da vida e da realidade do mundo. O sertão é assim exibido como lugar de cultura e sabedoria, o que traduz um deslocamento de certas associações entre miséria material e pobreza cultural, muito comum no imaginário euclidiano e posteriormente no “romance de 30”.

Vão se configurando assim as coordenadas que definem o lugar-sertão: geografia que vai se tecendo no rastro da boiada, no gesto audacioso dos vaqueiros bandeirantes engolidores dos horizontes sem fim do sertão. É esse movimento, na visão de Eurico, que assinala os pontos cardeais da

província baiana, riscando no mapa a Bahia sertaneja, domínio integral da civilização do pastoreio:

Já se extingue a fase do couro na nossa paisagem. Outra vida se prenuncia. [...] Vida sem realce lá embaixo, embora. Mas autônoma, mormente nos seus costumes uniformizados para todo o sertão, estratificando uma cultura independente. Todo o sertão rasgado depois das raias do recôncavo e indo riscar a preguiça melancólica das planuras além do Itapicuru, das garatujas molhadas que o Rio Real rabisca nas areias quentes do nordeste em companhia do Vasa-Baris e desdobra-se para além do vale luciluzente do Rio de Contas e dos barrancos do São Francisco, é uma redoma segregando o grande mundo que formou isolado, numa independente saturação de costumes próprios. Côncava auréola de sol e luz protegendo e projetando depois a sombra dos pastores. (FV, p. 95-6)

Em largos traços, o mapeamento nativista do “mundo” sertanejo baiano. Mapa indiciário do desejo de registrar o sertão na paisagem imaginária da Bahia, gesto visibilizador semelhante (e Eurico tinha consciência disso) ao que Jorge Amado e Herbet Sales imprimiram para duas outras “ecologias” baianas: as áreas do cacau e das lavras diamantinas. No percurso de inscrição do sertão no mapa físico e simbólico da Bahia, ao mesmo tempo em que vai inventando a si próprio como sertanejo, o dizer euriquiano vai configurando uma geografia espacial de sentidos: enreda mitos de origem, eventos históricos, modos de vida, códigos de valores e de comportamento, esboços de identidade. Resta sondar mais de perto o que se coloca dentro do mapa, e também o que vai sendo ocultado nesse esforço de visibilidade.

## CAPÍTULO II



## SER(TÃO) NACIONAL: ITINERÁRIOS IDENTITÁRIOS

Nascia ao toque das boiadas a vida da pátria.

(Eurico A. Boaventura, *Fidalgos e vaqueiros*)

Sempre o errôneo ponto de vista do litorâneo sobre o sertão. Ou mesmo do homem ligado intensamente à vida do recôncavo.

(Eurico A. Boaventura, *Fidalgos e vaqueiros*)

Desmente-se a parlenda construída por parcialíssimos cronistas da formação da sociedade brasileira, aos poucos. [...] E engana-se completamente muito turuna com esta loa anacrônica.

(Eurico A. Boaventura, *Entre alecrins e candeiais floridos*)

É bem possível que estas páginas desagradem a meio mundo, aos que têm interesse em que a história do Brasil se mantenha escrevinhada como está.

(Eurico A. Boaventura, *Esquecidas Linhagens Tabaroas*)

O passado é, também, uma ficção do presente.

(Michel de Certeau, *A escrita da história*)

O segredo da verdade é o seguinte, não existem fatos, só histórias.

(João Ubaldo Ribeiro, *Viva o povo brasileiro*)

## EM BUSCA DE UMA OUTRA HISTÓRIA

Abrindo a introdução do seu trabalho de maior fôlego, o ensaio *Fidalgos e vaqueiros*<sup>22</sup>, um retrato do surgimento e declínio do que ele denomina civilização do pastoreio, Eurico Alves sugere uma comunidade de possíveis leitores da sua escritura. A significação da obra é de antemão condicionada à experiência vivida, aos reflexos da poesia pastoril sentida na alma pelo leitor:

Este livro possivelmente não terá significação alguma para alguns que o lerem. Sobretudo para os que não tiveram o sono de menino ao acalanto das cantigas-de-ninar em que figuram 'bois da cara preta' e 'vaquinhas de tetas cheias'. Para os que se criaram sujando os pés nos estrumes dos currais, montando em cavalo-de-campo, tomando trompaços em galhos de candeia ou de umburana, ou arranhado a pele em galho de jurema ou pau-de-fuso, para os que se cortaram nas espátulas do milharal ou compreenderam as glosas das casas-de-farinha, ou educaram o ouvido ao aboio, que parece canto de cantochão no altar do sertão, pode este trabalho despertar uma lembrança velha, a saudade dos serenos bois de ossos, ou o papuco de milho seco. Quem fez na malhada um curral de graveto e nele prendeu a sua boiada toda de ossos ou de sabugos de milho isentos de saruga, ou a sinhazinha que bateu-bateu os bilros da almofada de renda na sala-em-frente, no velho solar da fazenda, possivelmente sentirá uma saudade ao ler estas páginas. (FV, p. 11)

---

<sup>22</sup> A introdução de Fidalgos é datada de 1953, mas no final da obra consta a seguinte inscrição: "Fazenda Fonte Nova, janeiro de 1952/janeiro de 1964". Sugere Maria Eugênia Boaventura que 1953 tenha sido efetivamente o ano de finalização da "vasta pesquisa sobre a vida do sertão baiano". Para ela, os doze anos restantes foram utilizados para a refeitura e atualização do texto, sendo "a pesquisa sistemática fuga da aridez do dia a dia dos trabalhos forenses e a atividade predileta do autor nos períodos de férias..." na Fazenda Fonte Nova (Boaventura, 1989). Essa hipótese é bastante razoável, pois observando-se as notas de cada capítulo pode-se perceber a inclusão de bibliografia posterior àquela data, mas sempre de forma complementar e marginal. Nossa suposição é ainda reforçada pelo dado biográfico de Juraci Dórea (1978, p. 53), que registra no ano de 1954 a produção de ilustrações do pintor feirense Raimundo Oliveira para o referido ensaio, e ainda pela leitura da produção de crônicas e pequenos ensaios que se seguiram àquele, podendo-se notar a migração de temas e ideias ali desenvolvidas.

Ao filiar o significado de sua obra a uma ligação sentimental com a paisagem e o seu passado, o escritor parece restringir o público a quem ela se destina<sup>23</sup>. *Fidalgos* seria um escrito destinado aos tabaréus sertanejos, “os únicos que poderão gostar destas páginas” (FV, p. 11). O próprio autor assume esta identificação, enfatizando a ligação afetiva, “de coração”, com um passado, e, em razão disso, a possibilidade de que se considere apaixonado o seu dizer e parcial o seu julgamento. Mas não é só isso. O volumoso ensaio, resultado de muitos anos de leituras e pesquisa sobre o assunto, aparece endereçado também a uma audiência mais seleta e restrita:

Somente para mim valerá este livro alguma coisa. Não é um livro de história porque não quis sê-lo. Não quis tornar-se em interpretação sociológica da nossa vida, desde que não tive esta preocupação. É apenas meu testemunho. É a minha história do sertão e dos seus tabaréus, que quis contar para meus filhos, nos serões aqui, neste velho casarão da nossa pequena e modesta fazenda, para lhes esclarecer o engano de alguns estudiosos do nosso passado. Pretendi evocar modestamente a paisagem do nosso sertão. (FV, p. 11; grifos nossos)

Evidencia-se, no entanto, ao longo do ensaio, e também das crônicas e de outros textos que se seguiram àquele, no mais das vezes como desdobramento dele, que as intenções do escritor estão para além disso. Por

---

<sup>23</sup> Para Eurico, o entendimento do significado de ser sertanejo passa pelo telúrico. A ligação com a paisagem e a experiência vivida são condições necessárias. Talvez por isso, no poema *Sertanejo* (1932) ele lança um convite ao “cidadino” para ver e conhecer o esplendor integral da vida no sertão. As imagens são fortemente idealizadas: o orgulho que aspira em tudo e de ser forte como potro bravo, a coragem, audácia e arrogância do vaqueiro disvirginador de horizontes, a glória viril da vaquejada, a vida fremindo nos sentidos dão colorido ao perfil do sertanejo. Anos depois, em 1956, no escrito intitulado *Entre alecrins e candeais em flor*, onde já se percebe um tom bem menos conciliador, mas em que persiste a utopia, Eurico Alves diz: “Um dia, quando os olhares dos estudiosos se voltarem para nossas malhadas, quando os moços da cidade se dispuserem a calçar botas e enfiar esporas nos pés e a sentir o gosto de poeira de tropel de boiada solta, a correr na vaquejada, vibrar, ouvindo o trope de fugitivo garrote à frente de destemida corte de vaqueiros felizes, raspando na galopada doída, hão de sentir a vida real do nosso pastoreio”. (BOAVENTURA, 2006, p. 192)

trás da capa de modéstia se esconde uma grande ambição. Ao procurar contar a **sua** história do sertão, esclarecendo enganos acerca da história do passado pastoril, Eurico promove um intenso diálogo com estudiosos do porte de Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré, Capistrano de Abreu, Cassiano Ricardo, Euclides da Cunha, Oliveira Viana, Nina Rodrigues, autores que puseram em funcionamento poderosas máquinas imagético-discursivas (de)formadoras das identidades do Brasil. Contemporânea e no mesmo diapasão daquelas, *Fidalgos e vaqueiros* é uma obra que pode inscrever Eurico Alves entre os inventores discursivos da Nação.

E não é necessário avançar muito no texto introdutório para se perceber pretensões mais ambiciosas, já que no parágrafo seguinte Eurico, paradoxalmente, tropeça nas próprias palavras e enuncia o que teria motivado a obra, ao mesmo tempo em que vai deixando à mostra intencionalidades outras, que extrapolam um reduzido circuito familiar ou mesmo uma rede de sociabilidade comunitária ou uma coletividade imaginada (a tabaroa):

Certa feita, no Nordeste<sup>24</sup>, quando por lá judicava, ao pesquisar liricamente pelos cartórios, escrevi umas cinco folhas sobre a civilização do pastoreio. Larguei-as na gaveta. Não se me havia acordado a idéia de escrever este trabalho. Somente depois da morte de meu Pai [1948], quando me tornei senhor da nossa fazendola, foi que senti esta *necessidade de mostrar a muita gente a vida prístina das nossas fazendas*. (FV, p. 11; grifos nossos)

Seguindo ainda um pouco mais na Introdução, nota-se que um outro objetivo vai se explicitando, talvez o de maior amplitude de todos: a esperança e o desejo do escritor de que seu estudo seja “secundado por outras pesquisas”, produzindo-se desta forma uma “biografia exata da gente

---

<sup>24</sup> Convém destacar que esta referência ao Nordeste, aqui e em outros escritos, não diz respeito à conhecida região brasileira, mas ao espaço sertão baiano. Eurico provavelmente está se reportando à cidade de Tucano, onde exerceu a magistratura na qualidade de pretor. (Dórea, 1978, p. 41)



sertaneja” (FV, p. 12). Pretensão que exorbita o perímetro limitado dos serões de casa, pois reveladora do desejo de transformar o sertão pastoril em um campo de pesquisa e saber, campo que deve ser perpassado pela ótica do tabaréu sertanejo.

Pouco tempo depois, em 1955, em palestra proferida no Rotary Club de Feira de Santana, que recebeu o título de *Respeitosas ruínas do passado pastoril*, vindo a ser publicada no final daquela década, Eurico Alves volta a criticar a parcialidade e o esquecimento que os estudiosos lançam sobre a realidade do pastoreio, condenando inclusive o silêncio e a convivência dos próprios “sertanejos” diante da situação:

Somos já coniventes no silêncio que os representantes parciais das outras áreas culturais atiraram sobre o pastoreio. É preciso não recrudescer a pena que merecemos por esta atitude de passividade criminosa. Despersonalizaram-se os nossos maiores ante o espalhafato de certa propaganda parcialíssima. Fizeram certos estudiosos acreditar-se em que somente na cana e na garimpagem ou no café se registrou civilização de prol. Miopia. Pelo nosso silêncio complacente somos passíveis de pena, de excomunhão das gerações vindouras. (BOAVENTURA, 2006, p. 177)

No tom de veredicto, decorrente talvez menos da força do hábito de magistrado que era do que por um modo de perceber a história e as mudanças do seu tempo, vão aparecendo com mais nitidez os contornos de um projeto do poeta-ensaísta, tarefa que movimenta o escritor até o fim dos seus dias: fazer vir à tona o sertão pastoril, rompendo com o silêncio acerca da sua realidade, revelando o que seria a sua verdade e sua importância no concerto civilizatório baiano e brasileiro. Projeto cujos sinais, vale repetir, podem ser observados já na juventude, por volta das décadas de vinte e trinta do século passado, e que se intensifica a partir da década de quarenta, quando ocorre a migração da poesia para a produção ensaística de viés histórico e sociológico, sem contudo deixar de lado a coloração literária.

Seu percurso intelectual deixa à mostra linhas de continuidade, permanecendo a coerência na defesa de posições e de idéias. A busca de

visibilidade da terra e da gente sertaneja, ou mais precisamente da “civilização do pastoreio”, já se faz presente, por exemplo, em poemas como *Minha terra* (1928), no qual Eurico imprime uma outra paisagem da Bahia, ligada à cultura vaqueira, e também em *Sertanejo* (1932), que, a despeito da acentuada idealização, já deixa registros de muitas posições que seriam encampadas mais tarde, em especial a ideia da ação heróica do vaqueiro bandeirante baiano no alargamento e conquista do território brasileiro e a visão da cidade alimentando-se do campo<sup>25</sup>, como podemos perceber no trecho descrito abaixo:

E, ouvindo teu canto,  
vaqueiro destemido do meu sertão,  
penso o Brasil vivendo!  
penso nos dias maravilhosos que hão de chegar,  
[...]  
Ouvindo o teu canto rude como a terra virgem,  
saudável como um grito forte de sol,  
ouvindo teu canto, sertanejo, meu irmão,  
ouço o Brasil,  
ouço o canto polifônico das cidades extraordinárias,  
o canto multiforme das roldanas e dos dínamos das usinas,  
o canto dos guindastes atletas e possantes, sertanejo irmão,  
levando teu esforço, o teu trabalho, o teu ritmo jovem,  
para o ritmo cansado das cidades legendárias que não conheces.  
Porque todo o Brasil nasce do teu gesto edificador.

(OLIVIERI-GODET, 1999a, p. 173)

*Sertanejo* é uma espécie de poema-tese, que vai ser retomado e desenvolvido nos ensaios, sendo exemplar nesse sentido *Fidalgos e vaqueiros*, no qual Eurico procura contrapor à história da costa/litoral uma história na perspectiva do interior, uma visão bandeirante, portanto.

Nessa grande operação de, simultaneamente, tornar visível e construir outra visibilidade a respeito do sertão e sua gente está posta a necessidade de revisão dos estudos acerca da formação social brasileira. É per-

---

<sup>25</sup> A relação campo-cidade também é trabalhada nesse mesmo sentido no poema *Destino*, conforme já destacado no primeiro capítulo deste trabalho.

ceptível a proposição de outra mirada para o passado, ou, dito de outro modo, de uma reescrita da história. A produção discursiva de Eurico Alves esclarece esse esforço militante, traduz um compromisso que se apresenta em pelo menos duas dimensões interligadas entre si. A primeira delas remete para uma releitura das versões históricas acerca do pastoreio, num jogo de apropriações que oscila entre a rasura e a permanência, ora reafirmando um já dito, dialogando assim com um saber anterior, ora resignificando, organizando outras sequências e outros sentidos para o sertão pastoril. Manobra em que se impõe um diálogo com a memória histórica e com a produção historiográfica e sociológica, haja vista o desejo manifesto de corrigir enganos e de romper com o silêncio e o esquecimento que foi imposto ao mundo do pastoreio. Um segundo aspecto indica uma outra arena de luta, uma frente de batalha agora travada com os próprios “tabaréus sertanejos”, em especial “os seus maiores despersonalizados”, que aparecem como que acometidos de uma espécie de “amnésia social” com relação à sua história e às suas tradições, que parecem ter perdido a consciência do passado, de si mesmos.

Ao procurar combater a (des)memória que se abateu sobre o tabaréu pastoril, Eurico assinala a necessidade deste sertanejo **dar conta de si**, da sua história, do seu pertencimento e mérito no conjunto da formação da sociedade brasileira. Sua escritura se situa nessa posição de iniciação do conhecimento da realidade sertaneja, e pode ser tomada como um roteiro de orientação, uma intervenção sábia no traçado de caminhos para o autoconhecimento desejado.

“O sertão necessita de dar cor de si mesmo e exigir o culto da sua gente, [da] história do seu passado”, continua fustigando Eurico em uma das suas *Cartas da Serra* (BOAVENTURA, 2006, p. 108), crônica publicada no jornal feirense *Folha do Norte* no ano de 1960. Esta provocação emblematiza a orientação da sua obra, dada a sua recorrência nesse percurso de defesa de uma tradição que acredita ser representativa da gente sertaneja e do espaço sertão pastoril. Discurso que sinaliza descontentamento com o lugar reservado à sua região no contexto da imaginação social sobre o Brasil, e, de forma mais incisiva, como procuraremos de-

monstrar, com sua não inscrição no memorial da história baiana, sua posição à margem das encenações da “baianidade”. A seu modo, Eurico produz uma contranarrativa a partir deste local periférico chamado sertão. Na qualidade de representante ilustrado das elites do pastoreio, irradia seu discurso das caatingas marginais, formulando outros mapeamentos históricos para as culturas baiana e brasileira.

Doutor saído da fazenda, Eurico não rompeu vínculos com o lugar de origem<sup>26</sup>, embora em razão das suas atividades como juiz tenha vivido efetivamente pouco tempo na sua terra. Segundo ele, se antes queria bem e mantinha uma relação afetiva com a paisagem (“Que poeta nada! Sou vaqueiro”, já assinalava ele na sua *Elegia para Manoel Bandeira*), onde passava férias e finais de semana, a condição de fazendeiro proprietário, por ocasião da morte do pai, teria nele despertado “o verdadeiro amor pelo campo”, “coisa que nem de leve o curso jurídico aflorou”. (FV, p. 12)

Diante do exposto, interessa acompanhar, com mais vagar e cuidado, esta fala que se pretende sertaneja, esse grito de insurreição, procurando perceber como Eurico Alves inscreve o sertão na história, perscrutando nos coletivos gente sertaneja, passado, história, tradição, o que é dado a ver e o que, no próprio gesto de dizer, vai sendo silenciado na sua representação do passado pastoril.

## UM OLHAR DE FRONTEIRA: ENTRE O HISTÓRICO E O LITERÁRIO

Embora advogue para *Fidalgos* não ser “livro de história”, tampouco “interpretação sociológica”, prescrição que pode ser estendida para ou-

---

<sup>26</sup> Eurico Alves, contrariando o diagnóstico de Gilberto Freyre (em *Sobrados e Mocambos*), segundo o qual um dos fatores da decadência da aristocracia teria sido o envio de filhos para desenvolver estudos acadêmicos na cidade, afirma que, diferente de outras áreas culturais, no pastoreio muitos ilustrados, e ele é um exemplo disso, não se divorciaram da casa-de-fazenda (FV, p. 416). De qualquer modo, é certo que a convergência dos filhos das elites dominantes do “sertão” para a capital Salvador vai dar origem aos intelectuais que procuram “dar voz” ao mundo sertanejo. Eurico, assim como Wilson Lins, é um exemplo disso.

tros ensaios e crônicas, já que profundamente imbricados no que toca aos temas, aparato conceitual, enredos, personagens, periodizações e seqüências históricas, Eurico novamente coloca-se à contramão do dito. A sua produção discursiva vai além do simples testemunho, pois ali se revela um esforço no sentido da instituição sociológica e histórica do sertão pastoril, cujo recorte central é a região de Feira de Santana.

Nesse ato de criação coexistem preocupação estética e propósito político-social. Combinam-se arquivo e poesia, imaginação e observação, ciência e arte, num gênero de ensaísmo livre que, tomando de empréstimo a análise de Antonio Candido, é “construído na confluência da história com a economia, a filosofia ou a arte, que é uma forma bem brasileira de investigação e descoberta do Brasil”. O autor de *Literatura e sociedade*, ao demarcar este traço “característico e original” do pensamento social brasileiro, isto é, a interferência do *poderoso* “ímã da literatura” nos estudos históricos e sociológicos (2000, p. 119), está se referindo a Euclides da Cunha, Oliveira Viana, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, autores com os quais Eurico Alves dialoga com intensidade e entre os quais pode ser alinhado. Exemplar nesse sentido seria Gilberto Freyre, de cuja obra Eurico confessa ser leitor interessado<sup>27</sup>, adotando muitas das suas teses e também em grande medida o seu “critério ecológico”<sup>28</sup> na

---

<sup>27</sup> Ver entrevista a Ivia Alves (1999, p. 105).

<sup>28</sup> No prefácio à primeira edição da obra *Nordeste*, Freyre destaca na análise ecológica a relação do homem colonizador (centro de interesse) “com a terra, com o nativo, com as águas, com as plantas, com os animais da região ou importados da Europa ou da África” (Freyre, 1989, p. 17). Em seus ensaios, Eurico Alves procura demonstrar, acompanhando José de Alencar e Euclides da Cunha, a disjunção entre o homem sertanejo e o ambiente. No sertão, eivado de mandacarus, teria plasmado “uma civilização de atitudes que são plágios sociais da catinga”, civilização de “caracteres duros, ásperos como a própria terra”. A terra quente, acre, dura e crua “fez homens rijos e rígidos e retos. Nada de amolecimentos de alfombras. Antes verticalidades do sol” (FV, p. 110). O dado ecológico se prestaria inclusive para entender a criação literária. Numa passagem que ilustra bem isso, Eurico confronta dois poetas enquanto representantes de duas civilizações, a do açúcar e a sertaneja. Diz ele em tom provocativo, ao que tudo indica endereçado a Freyre: “quem já viu civilização construída somente sobre receituário doméstico de doces e guloseimas? Que valor superior terá uma civilização somente à base de doces, ao sopro dos pontos de

interpretação da “sua” região. Tal qual o escritor pernambucano, amalgamando o “científico e o filosófico, o estético e o poético” (FREYRE, 1989, p. 23-5)<sup>29</sup>, produz uma obra de matiz impressionista, tecida a partir do contato com a “paisagem sertaneja”, da busca de referências em arquivos e da leitura dos velhos e novos livros de história. Ademais, estamos diante de uma tendência de época, em que circunstâncias, como a frágil divisão do trabalho intelectual, contribuem para interpor zonas de sombreamento nas de tentativas de demarcação precisa entre o discurso científico e o discurso literário.

Os escritos que compõem o itinerário euriquiano de (re)apresentação do passado pastoril podem ser situados numa espécie de zona de fronteira, onde se mesclam, com erudição e certa dose de originalidade, diversos campos de saber. Na montagem da representação da história do pastoreio, operação situada na tensão entre o arquivo e a ficção, Eurico agencia imagens da literatura e do discurso científico da época (História, Antropologia, Sociologia, Biologia), lançando mão também de fontes documentais, da observação etnográfica e da memória pessoal, material a partir do qual harmoniza o seu canto sertanejo.

---

açúcar, das caldas para alfenins, para cocadas e pés-de-moleque? Açúcar que mela, que tudo dissolve... Açúcar que faz gente suave, macia, que inventa poetas melados de rapadura e melaço. Entre ‘o formosa, qual pincel em tela fina’, imagem vazia, cor de ponto de cocada branca e um ‘quando o sol nas matas virgens a fogueira das tardes acendia’, poesia bruta, entre um motezinho feminino e um poema escrito em Currálinho, Santa Izabel, cantando a vida e a mulher que é toda a vida, a diferença é enorme. Dois poetas, que são símbolos de duas civilizações. Um bobíssimo, outro estúpido, masculinamente estúpido e forte. Vozes da sua gente: Maciel Pinheiro e Castro Alves”. (FV, p. 363)

<sup>29</sup> As apropriações de Freyre por parte de Eurico estão presentes e bastante disseminadas ao longo dos seus textos, mas não é objetivo desse trabalho demonstrar com detalhe esse processo de migração intertextual. Procuramos nos restringir a aspectos centrais, sendo o mais importante deles o suposto de que o ensaio Fidalgos e vaqueiros é uma réplica a Casa Grande & Senzala. Isso não desconsidera o fato de que a interpretação produzida por Eurico é também tributária do método do sociólogo pernambucano, embora sua utilização se faça ao modo euriquiano, isto é, usa o critério ecológico para visibilizar outra paisagem física e social, um “Outro Nordeste”, combatendo a proposta freyriana e, o que nos interessa mais de perto, de forma sutil e estratégica, estendendo a crítica à aristocracia do Recôncavo baiano.

Os textos que conformam seu discurso registram um interessante jogo de bricolagem, fazendo-se presente neles um intertexto de vozes consoantes e dissonantes acerca da história e da gente do sertão. Na encenação da sua mitológica, Eurico Alves vai privilegiando as falas positivas e contestando aquelas que acredita ser contrárias à verdade do sertão. Nesse roteiro, que oscila entre a assimilação e o confronto, alternando aceitação e expurgo do indesejável, incluindo e silenciando temas, imagens, ideias, proposições, retomando e remodelando o repertório já-dito sobre o sertão, vai-se percebendo as estratégias euriquianas de leitura e composição do seu discurso.

São inúmeros os registros textuais que assinalam a utilização dessas estratégias. A título de ilustração, podemos citar o diálogo com Caio Prado Jr. Embora defensor da idéia de um Brasil feudal, Eurico Alves não titubeia em concordar com aquele autor, que “embora dentro em moldes e certos critérios diferentes... tem noção melhor e mais exata do nosso mundo pastorício primitivo” (FV, p. 35)<sup>30</sup>. É de se imaginar que Eurico discorda em muitos outros pontos do autor em questão, mas na medida em que este contesta o lugar secundário a que foi relegada a pecuária na nossa formação econômica e social, ele, “analista frio e correto, ilustre sociólogo”, é convocado como voz que reforça e fundamenta a sua argumentação.

Também elucidativa das manobras e táticas mobilizadas para a (re)significação do “espaço sertanejo” é a presença de Euclides da Cunha. Na composição da fotografia do universo pastoril, o autor de *Os sertões* é explícita ou implicitamente convocado e agenciado. Mas o jogo da leitura se dá de forma no mínimo curiosa, apresentando pelo menos três dimensões de (des)encontros. Ora a fala euclidiana é tomada como referendo ou para referendar algo que se pretende instituir. São momentos em que Euclides é tomado no sentido literal, como voz da autoridade, como alguém que traduziu o sertão na sua inteireza, na sua es-

---

<sup>30</sup> Os “moldes” e “critérios” aqui referidos fazem parte do repertório marxista, ou, como diz Eurico, do olhar para a “história através da pílula do materialismo”. (FV, p. 413)

sência e verdade; como aquele que traçou o resumo correto da simbiose entre o sertanejo e a caatinga, que percebeu com retidão o processo de miscigenação sertanejo, atestando a predominância da presença branca e a quase ausência do negro, que vislumbrou com precisão a grande epopéia vaqueira na demarcação dos meridianos da pátria e na preservação do nacional autêntico. Ora é possível identificar os deslocamentos nas formulações euclidianas, momentos em que as idéias se apartam, sugerindo dissimetrias de percepção e concepção. Ilustrativo nesse sentido é o fato de Eurico procurar afirmar a originalidade da civilização do sertão pastoril (algo inadmissível para o escritor paulista) e também a retificação de imagens esculpidas por Euclides, a exemplo da religiosidade amalucada do sertanejo e o perfilamento deste como centauro-bronco ou Hércules-quasímodo. Por fim, ocorre o que denomino de fantasmagoria euclidiana, i.e, momentos em o texto de Euclides se faz uma espécie de presença-ausente, quando ele é silenciado enquanto fonte ou referência, embora já-ali.

Não é difícil observar que questões centrais da formulação euclidiana migram para o discurso de Eurico. Todavia, o autor de *Os sertões*, a despeito do caráter monumental da sua obra, é muitas vezes deixado à margem enquanto referência explícita. O que pode parecer surpreendente deixa à mostra astúcias de Eurico na representação do mundo do pastoreio. Adiantando de forma esquemática o que será desenvolvido mais adiante, é possível afirmar que na sua tessitura discursiva aparecem pelo menos três linhas de combate. A primeira e mais contundente delas refere-se à Bahia litoral. Na segunda, o alvo são as formulações de Gilberto Freyre, que têm como campo de visibilidade a aristocracia canavieira pernambucana. Por fim, é uma fala anti-paulista, não diretamente contra Euclides, mas, de forma enviesada, contra aqueles que atualizaram e suplementaram a fábula ou mito do bandeirante herói<sup>31</sup>, a exemplo de Alfredo Ellis Jr. (*História social de São Paulo*) e Cassiano Ricardo (*Martim-*

---

<sup>31</sup> Como veremos, Eurico encampa essa tese, deslocando-a de São Paulo para a Bahia, mais precisamente para o sertão pastoril.



*Cererê e Marcha para o Oeste*), ou que deram continuidade às teorias raciais, como foi o caso de Oliveira Viana. O diálogo com Euclides é portanto mediado, traduzindo-se desse modo a figura de um interlocutor ausente. (SOARES, 2002a)

Acompanhar os múltiplos ecos intertextuais e as formas de subversão inscritas no discurso euriquiano exorbita os limites deste trabalho. O que pretendo destacar é a marca antropofágica que o caracteriza. Na trajetória de corrigir cochilos dos mestres, a exemplo do “minucioso, consciencioso e indiscutível” Capistrano de Abreu (BOAVENTURA, 1955, p. 5), ou do “ponderadíssimo e produtor de belas e adequadas imagens” sobre o mundo pastoril Oliveira Viana (FV, p. 28-29), Eurico elabora uma fala no entre-lugar do clandestino sertão; tece um dizer que, embora não tanto transgressor do ponto de vista do processamento cultural, hesita “entre a assimilação e a negação do modelo original, isto é, entre o amor e o respeito pelo já-escrito e a necessidade de produzir um novo texto que afronte o primeiro e muitas vezes o negue”. (SANTIANO, 2000, p. 23)

Os estratagemas utilizados por Eurico Alves são pinceladas nesse quadro de (re)escritura da história. Trabalho de (re)invenção, que procura inscrever, de forma correta, o sertão pastoril no mapa simbólico do país, em especial da Bahia. Trabalho de instituição, lançando mão de dados que acredita serem configuradores da sociedade e do espaço sertanejo. O jogo de perguntas a respeito do sertão e do sertanejo resvala para questionamentos acerca da formação social, do caráter nacional e da identidade cultural brasileira. No desejo manifesto de dar visibilidade a um lugar-sertão, paisagem física e social vinculada à região de Feira de Santana, vai-se configurando um conjunto de elementos, características e atributos daquilo que constitui o perfil sertanejo, a invenção de uma tradição como representativa deste lugar baiano da nação. Imagística tecida nos entrecosques da memória com a história, no diálogo com a historiografia e os estudos sociais do período, permeada inclusive por reflexões acerca do exercício de historicizar.

## NARRATIVAS DA NACIONALIDADE: O LUGAR DO SERTÃO

Corrigir equívocos e romper com o silêncio no que tange ao sertão pastoril são marcas distintivas do discurso euriquiano. De acordo com o poeta-historiador feirense:

encalacra-se... à porta do gabinete do estudioso uma dificuldade. Ignora-se muito ou quase tudo da nossa vida pretérita referente ao pastoreio. Ou o que se sabe ao seu respeito é deturpação, é defeituosamente examinado, numa completa anamorfose. Estraga o silêncio a crônica dos nossos dias passados. (BOAVENTURA, 1955, p. 9)

Tal distinção permite supor a existência de alvos diferentes na operação enunciativa. Ao procurar corrigir a “propaganda parcialíssima” no que se refere ao sertão e à sociedade sertaneja, Eurico lança um olhar de suspeita sobre algo que já foi dito. O que ele ambiciona combater nessa seara é uma dizi-visibilidade construída, os defeitos e deformação de uma dada instituição do sertão. A (res)sentida ausência de sertão, o seu silenciamento, remete-nos, as mais das vezes, para um outro lugar, uma outra área cultural, a “Bahia litoral”, em cuja história e fotografia identitária não há concessão de espaço para a paisagem sertaneja. É também um dizer direcionado a sua região, ou mais propriamente a sua cidade, Feira de Santana. Embora essas investidas não se deem de forma isolada, podendo-se notar uma profunda interseção entre elas, optamos por tratá-las por partes.

A proposição de que Eurico trabalha no sentido de instituir sociológica e historicamente o sertão pastoril não significa que essa instituição seja resultado de um movimento puramente nativista, um discurso sobre um si mesmo, uma representação de um dado lugar, a partir da qual se tecem alteridades que são tomadas como âncora ou contraponto. Compreender a escritura euriquiana como um contradiscurso implica entendimento de que o sertão é também e principalmente uma invenção costurada por intelectuais do Sul do país, no mesmo movimento em que projetam uma imagem para si

mesmos e para o lugar de onde enunciam, o que esclarece uma luta de hegemonia pela competência dos discursos e pela predominância de uns espaços sobre outros. “As lutas regionalistas “ destaca Albuquerque Jr. “ atravessam a leitura da história do Brasil, que é feita para estabelecer a prevalência de uma área e de um ‘tipo regional’, na construção da nação e do seu povo”. História em que “São Paulo, Pernambuco e Bahia são tomados como células iniciais do tecido nacional” (1999, p. 101-2), rivalizando entre si e disputando a primazia desse lugar de origem.

Se durante o nosso processo de formação social o significativo sertão marca presença na imaginação social acerca do Brasil, o referente espacial, assim como o habitante do lugar, nas suas mais diversas variações de imagem (sertanejo, matuto, cabloco, caipira), somente ganha destaque a partir dos primeiros ensaios republicanos. No período compreendido entre 1870 e 1940, diz Janaína Amado (1995b), sertão chegou a se constituir em categoria central em todas as construções historiográficas que tinham como tema básico a nação brasileira. Segue essa mesma direção a fala de Nísia Trindade Lima, salientando a ênfase lançada sobre o sertanejo, que passa inclusive a substituir o indígena enquanto símbolo ou elemento representativo da brasilidade:

Os primeiros anos republicanos foram palco de um expressivo movimento de valorização do sertão, seja enquanto espaço a ser incorporado ao esforço civilizatório das elites políticas do país, seja como referência da autenticidade do nacional. (LIMA, 1999, p. 65)

Essa “aluviação sertaneja que desabou sobre o país” foi influenciada, segundo Antonio Candido, pela publicação de *Os sertões*, de Euclides da Cunha, e pela divulgação de trabalhos etnográficos e de matiz folclórica (CANDIDO, 2000, p. 105), ao que se pode acrescentar os impactos da Guerra de 1914 no que toca às alterações na forma de pensar o Brasil. Um desses impactos é a emergência de uma nova sensibilidade diante do espaço e em relação à nação, isto é, a crise do paradigma naturalista e suas explicações da realidade brasileira através de fatores geográficos e raciais.

Os movimentos nacionalistas que se sucederam após a Guerra de 14 substituíram a ênfase negativa na raça e no meio pela importância dada à saúde e à educação no processo de recuperação ou mesmo de fundação da nacionalidade. (SKIDMORE, 1976; Oliveira, 1990)

A crise da sensibilidade *belle époque* possibilita a abertura e a emergência de um período em que a “descoberta” do Brasil é novamente colocada em pauta, a partir de uma abordagem onde se destacam os saberes sociológicos, antropológicos e etnográficos na interpretação de questões sociais e culturais que matizam a realidade brasileira. Renovadas formas de regionalismo, novas maneiras de ver e dizer o que é o Brasil e o que é ser brasileiro, novas construções da identidade nacional são postas em movimento no forjar de um ideário e de uma imagética do que seria a modernidade e a modernização. A organização da nação, a procura de perfis históricos representativos da nacionalidade, a ruptura com a dependência cultural são questões colocadas em relevo pelas elites intelectuais do país.

Não se trata de percorrer esse labirinto de textos que compõem o quadro complexo e rico da cultura brasileira. No interior dessa rede discursiva que diz e ao mesmo tempo institui formas de brasilidade interessa recortar e acompanhar algumas versões que associam a nacionalidade com a história da ocupação espacial do Brasil. Entre estas narrativas, destaco *Os sertões*, de Euclides da Cunha, *Capítulos de história colonial*, de Capistrano de Abreu, *Populações meridionais do Brasil*, de Oliveira Viana e *Marcha para o oeste*, de Cassiano Ricardo. Esta opção se justifica não apenas pelo fato de Eurico Alves seguir este mesmo itinerário, mas também porque são estas interpretações que vão passar pelo crivo crítico, no seu percurso de reparar erros, imprecisões e visões distorcidas sobre o sertão.

Esse conjunto de versões, essas falas sertanejadoras, apresentam como ponto de convergência a construção da ideia de nação prefigurada pelo dualismo litoral e sertão (SOUZA, 1997), que remetem para outro par de opostos, o urbano e o rural. Parte constitutiva da imaginação social sobre o país, essa matriz é marcada por contrastes e ambivalências: o ser-

tão ora é inventado como o lugar do atraso, do inculto, da barbárie, ora é idealizado como lugar autêntico da formação da nacionalidade. Ambivalência que pode ser estendida para o outro termo, o litoral, cuja representação alterna civilidade e inautenticidade, lugar de progresso e de degradação do nacional. Outro traço comum nessa cartografia simbólica em que se inscreve o sertão: são sempre discursos cujos narradores habitam o litoral, de onde emitem suas impressões sobre o interior e a gente sertaneja.

Apesar da variedade e dispersão dessas representações é possível encontrar constantes nas narrativas que concebem o Brasil enquanto pátria geográfica. Destaca Candice Vidal e Souza que tais narrativas não se estribam no esforço de compreensão do sertão pela via da pesquisa empírica, como campo de investigação e da observação *in loco*, não constituem “um olhar ativado”, mas apropriações do sertão e da sociedade sertaneja enquanto referentes a partir dos quais pode-se emitir opiniões sobre Brasil. São tomados num sentido alegórico:

para comunicar proposições a respeito da nacionalidade. Ao objetivo narrativo primordial só importa o sertão por ser parte que faz, bem ou mal, parte do Brasil. A particularidade dos sertões concretos não é relevante para as proposições acerca do Brasil, sendo suficiente apenas a idéia de um sertão genérico. Deparamo-nos, então, com descrições macroscópicas do sertão como saídas de mapeamentos feitos à distância, de onde só se percebem impressões que transcendem a história e o espaço. O sertão, de quaisquer lugares e tempos. Um mesmo. (SOUZA, 1997, p. 57-8)

Importa assinalar aqui um denominador comum dessa geografia imaginária. Em grande parte destas narrativas o sertão marca presença como uma alteridade incômoda, imagem especular de um país fraturado tanto do ponto de vista geográfico quanto cultural ou civilizatório. Cunhando e reforçando uma identidade para si mesmos no contraponto da representação do Outro, são mapeamentos simbólicos nos quais o interior do Brasil aparece como espaço não somente situado à margem da nação brasileira, mas também como um entrave à completude da unidade nacional. A constatação de um país bifronte, de uma nacionalidade inacabada,

ainda por se fazer, movimentada a *intelligentsia* brasileira que se lança na tarefa de redimir e mesmo forjar a nação brasileira a partir dos sertões, a sua face mais autêntica. As oposições entre litoral e sertão não seriam incontornáveis, mas passíveis de solução através de um projeto nacional que incorporasse efetivamente o interior do Brasil. A idéia de construir o Brasil a partir do litoral, diz Lima (1999, p. 61), “marca o pensamento social brasileiro, mesmo [...] no que toca a autores que não têm o debate sobre raça e natureza como pontos centrais de reflexão”.

A formulação euclidiana continua exemplar nesse sentido. Marco da literatura regionalista, tropical e naturalista-realista, *Os sertões*, de Euclides da Cunha, ao mesmo tempo em que institui uma visibilidade do Brasil-interior, esboça elementos a partir dos quais vai se tecer o intrincado rendado da brasilidade. Superando o caráter inicial de reportagem, ali se configura uma poderosa narrativa que alcança larga disseminação, exercendo por longo tempo uma espécie de hegemonia ou fala autorizada sobre o assunto, e mesmo prefigurando posteriores construções de sertão e de sertanejo. Conforme assinala Durval Albuquerque Jr., durante as décadas seguintes à sua publicação (1902):

os críticos vão atribuir a este livro o início da procura pelo verdadeiro país, pelo seu povo, tendo posto por terra a ilusão de nos proclamarmos uma nação européia e mostrando a importância de sermos americanos. Com ele teríamos iniciado a busca da nossa origem, do nosso passado, da nossa gente, da nossa terra, dos nossos costumes, das nossas tradições. Teríamos ficado conhecendo, com ele, a influência do ambiente sobre o nosso caráter e a nossa raça em formação. (ALBUQUERQUE JR., 1999, p. 53)

Euclides foi um crítico contundente do que considerava uma civilização de empréstimo, cujo *locus* eram as zonas litorâneas do país. Sua obra funciona como uma espécie de discurso fundador da brasilidade autêntica, o que talvez explique a recorrente tomada do tema sertão pelos intelectuais nacionalistas como forma de contraposição ao que se considerava uma cultura de exportação, distanciada das raízes ou da essência do país.

Nas antinomias que caracterizam a construção discursiva de *Os sertões*, litoral e sertão são tomados enquanto lugares portadores de negatividades e positivities. Aquele, embora avançado em termos de progresso civilizatório, era resultado de um processo de imitação estrangeira, portanto, de descaracterização dos aspectos verdadeiramente nacionais. A “rude sociedade” sertaneja, por seu turno, apesar dos “três séculos de atraso civilizatório”, é representada como a melhor configuração do nacional, dado o insulamento a que foi submetida. Isolado no interior do país, longe das influências culturais e raciais do litoral, o sertanejo seria a nossa sub-raça mais típica, o elemento de uma pretensa unidade nacional. É nesse ambiente que “renasce, sem o perigo das migrações e do cruzamento”, em especial com os negros, “aquela rude sociedade, incompreendida e olvidada... o cerne vigoroso da nossa nacionalidade”. (CUNHA, 2000, p. 86-7)

Na nação imaginada por Euclides presentifica-se o projeto de integração do interior, “a incorporação do sertão e sua gente aos núcleos ativos da vida civil e econômica estabelecidos no litoral e nos grandes centros urbanos” (SEVCENKO, 1999, p. 149). Prescreve o revigoramento da civilização brasileira pela matéria-prima étnica e social do sertanejo, através de um conjunto de ações que reduzissem a distância civilizatória entre as duas áreas do país, sincronizando no tempo aqueles rudes patrícios retardatários. Esse assalto civilizador, a “pranchadas” se necessário, passaria pela difusão da educação escolar, do direito e da ciência, o combate às mazelas do regime oligárquico, o que pressupõe uma ação mais efetiva do Estado. Euclides pensa a incorporação do sertão a partir de São Paulo, berço da civilização mestiça dos bandeirantes e pólo da expansão territorial e econômica do Brasil. “Hoje diz ele como há 200 anos, o progresso de São Paulo pode ser o progresso do Brasil” (*apud* SEVCENKO, p. 140). O próprio sertanejo é visto como resultado da presença paulista, ou seus descendentes, no interior do Brasil, que se efetuou através da expansão bandeirante: “à parte, diz ele, os raros contingentes de povoadores baianos e pernambucanos, a maioria dos criadores opulentos, que ali se formaram [antigo Norte], vinha do sul, constituída pela mesma gente entusiasta e enérgica das bandeiras”. (CUNHA, 2000, p. 86)

O diagnóstico e as prescrições da formulação euclidiana com vistas a unificar a nação vão ser apropriadas e atualizadas por outros autores do pensamento social brasileiro. Apesar do acréscimo de elementos novos, percebe-se a manutenção do núcleo do programa de Euclides: diante de uma pátria cindida é necessário difundir a civilização pelos espaços nacionais, rompendo com a partição física e social entre o litoral e o sertão.

No traçado da rota para a nação, a depender do lugar de onde se fala, e deixando sempre à mostra uma projeção do presente sobre o passado, as formas de representar o sertão aparecem atravessadas pela ambiguidade. A epopéia dos bandeirantes é tomada não apenas como movimento alargador das fronteiras do país, mas também como responsável pelo próprio surgimento do brasileiro. Para Capistrano de Abreu, no seu *Capítulos de história colonial* (1907), outra fala-mestra no tocante à visibilidade do mundo sertanejo, a penetração bandeirante paulista, processo que se realiza de forma independente e afastada das autoridades coloniais portuguesas, teve como resultado o progressivo abasileiramento. Na tomada e ocupação do interior, diz ele,

por toda parte transparece o segredo do brasileiro: a diferenciação paulatina do reinol, inconsciente e tímida ao princípio, consciente, resoluta e irresistível mais tarde, pela integração com a natureza; com suas árvores, seus bichos e o próprio indígena. (ABREU, 2000, p. 187)

Essa ideia do sertão como lugar da alquimia da brasilidade também está presente em Cassiano Ricardo, para quem a expansão bandeirante representa o marco inicial na constituição da nacionalidade: “quando entra no mato a primeira bandeira, termina a história de Portugal e começa a história do Brasil”. (1970, p. 229)

Evidente que não é exclusividade desses autores atribuir ao bandeirantismo a responsabilidade pela origem da brasilidade. A própria ideia de epopéia bandeirante aparece vinculada ao movimento de construção da identidade paulista. A ênfase dada a São Paulo como terra de desbravadores e conquistadores do interior implica uma leitura e representação



da história do Brasil em que se coloca a estratégia de forjar um projeto de nação a partir daquele espaço. (FERREIRA, 2002; SCHWARCZ, 1993)

No entanto, se nessas narrativas as bandeiras são positivadas enquanto movimento que alarga as fronteiras do Brasil, ao mesmo tempo em que se vai constituindo o legítimo nacional, também são identificadas heranças negativas. Vê-se como resultado da conquista e ocupação do interior a criação de uma reserva de Brasil autêntico, primitivo, às margens das artificialidades litorâneas; projeta-se ali a permanência dos nossos traços étnicos mais fundos, dos elementos caracterizadores da nossa nacionalidade. Mas também se identifica no sertão uma face reversa: a rudeza, a incivilidade, a agrestia de costumes. A expansão colonizadora bandeirante teria sido forjada às margens dos influxos civilizatórios e da presença do poder público. O sertão é visto como o reino dos chefes locais, espaço de inquietude e instabilidade, de turbulência e caudilhismo, “única paragem agitada, revolta, tumultuária de nossa terra” (VIANA, 1952, p. 306). Descompassado e destoante do ritmo civilizatório e da própria evolução nacional, o sertão é retratado como obstáculo à plena constituição da unidade nacional.

A plenitude da nação requer encurtar essas distâncias geográficas e civilizatórias. É preciso marchar para o Oeste, incorporar o sertão em termos econômicos, políticos e culturais, subordinar os chefes locais ao Estado, estancando dessa forma as tendências desnacionalizadoras. Na proposição da grande marcha, como bem percebeu Candice Vidal e Souza, explicita-se o desejo de tornar o sertão a imagem do litoral. Preconiza-se uma

operação intensiva de modificação do interior que pretende, de um só fôlego, mudar costumes, mentalidade e modo de vida dos sertanejos e domesticar a aspereza da terra bruta e deserta. Há em tudo o propósito de disciplinar, pelo uso econômico e pela dependência governamental, a terra e a gente desse lugar um dia selvagem, retardatário e insurgente. (SOUZA, 1997, p. 117)

Eurico Alves, ao mesmo tempo em que propõe outra leitura do sertão pastoril, coloca-se na contramão desse “imperialismo intra-frontei-

ras”<sup>32</sup>, política que ganha força principalmente após a chamada revolução de 30, em razão da maior centralização do Estado nacional. Colocando-se como porta-voz da terra e da gente sertaneja, reivindica uma atitude de respeito às suas tradições, o reconhecimento da importante contribuição do sertanejo para a história da formação social brasileira. História, segundo ele, não escrita corretamente, tracejada de forma preconceituosa e parcial, produto do olhar estrábico de grupos dominantes do litoral.

Em carta dirigida à Câmara de Vereadores da cidade de Feira de Santana, na qual propõe a criação do Museu do Vaqueiro, datada de 13 de maio de 1961, Eurico reafirma com clareza uma convicção que perpassa toda sua obra:

Alhures, escreveu-se a historia de uma casta a jeito de História do Brasil. Os escribas que tracejaram as linhas, que se apelidam de História do Brasil, guardam, via de regra, o mesmo defeito do colonial Rocha Pita, com a sua encantadora História da América Portuguesa. São de uma casta a ela ligados. Tratam apenas de pôr em relevo a figura dos que compunham o grupo então dominante, muito embora os arquivos não os justifiquem. Relato apenas do litoral. O sertão, para tais historiógrafos, era apenas o quadro-negro, onde desenhavam a giz o plinto das estátuas que eles mesmos iam erigindo ao seu modo. (BOAVENTURA, 2006, p. 136)

Embora muitas vezes resvale para uma postura de vitimização, Eurico não deixa de acentuar repetidas vezes a responsabilidade das elites sertanejas na persistência dos erros e do desvio de percepção a respeito do pastoreio. Atribui a elas parcela da culpa, por se deixar ir, de forma acrítica e sem análise, “na canção louvaminheira”, aceitando a “anedota à guisa de História” (p. 136). “Pôr os pontos nos iis” (FV: 204): é a proposta de Eurico enquanto estudioso preocupado com a formação social do pastoreio.

---

<sup>32</sup> A expressão sintetiza a posição defendida por Nelson Werneck Sodré, em *Oeste* (1990, p. 201)

## O SERTÃO VISTO DE DENTRO: A (IN)VERSÃO EURIQUIANA

Decerto que Eurico Alves discordaria do caráter de invenção atribuído aos discursos literário e histórico, tão em voga nos tempos atuais. É outra a sua perspectiva da história e dos estudos históricos. Seu discurso deixa transparecer a importância do processo histórico, juntamente com fatores ambientais (clima, solo) e raciais como elementos determinantes na formação social de um povo. Do ponto de vista do conhecimento, expressa a certeza na possibilidade da reconstituição exata e rigorosa do passado, daquilo que realmente aconteceu, desde que justificada pela documentação, atestada pelo arquivo.

Ao criticar as versões elaboradas no “litoral”, a marca de casta que elas expressam, ele não está aderindo a uma história que privilegia as representações. Embora reconheça as circunstâncias de tempo e lugar que atravessam a operação histórica, a metamorfose dos eventos em produto historiográfico, ele não admite o dado ficcional dessa produção, desconsiderando o caráter volúvel e loureiro da história, os “seus caprichos de dama elegante”, conforme a corrosiva ironia de Machado de Assis (1992, p. 20-1). Seu discurso resvala de uma apropriação irônica da história. Para ele, importa que não se

veja a História pela pínula caricata do personagem de Machado de Assis, o interessante Brás Cubas, vivendo a ‘História, a volúvel História que dá para tudo’. Que se ouça... a palavra de [Oswald] Spengler: ‘[...] sin duda hay História para todos, pôr quanto cada hombre, com la totalidad de su existencia vigilante, es miembro de la história’. (BOAVENTURA, 2006, p. 131)

Eurico defende a ampliação do repertório da História do Brasil, de forma que sejam considerados e incorporados outros atores sociais, diferentes grupos ou comunidades, outros espaços culturais do país. Mas a ênfase sempre recai sobre o esquecido e discriminado sertão. Sua escritura sempre expressa um movimento pendular: é um discurso voltado para dentro, na tentativa de persuadir o “sertanejo”, ou, mais precisamente, as

elites do pastoreio, da sua condição e importância histórica. Também é uma fala direcionada para um “outro”<sup>33</sup>, situado no “litoral”, que quando não silencia, descaracteriza ou não reconhece o estatuto histórico do passado pastoril, da história do boi e do couro:

Tem a sua historia o nosso sertão desdenhado. E quem poderá negá-la? Tem-na vibrante e movimentada. Que importa seja escrita com a ponta das guiadas dos broncos vaqueiros, pontuada pelas reticências bizarras dos cardos à toa ou pelos pontos de interjeição dos agressivos mandacarus solitários? Que importa seja imposta, vez ou outra, pela boca afogueada dos clavinotes revoltos? Tem sim a sua história o sertão. (BOAVENTURA, 1955, p. 4-5)

Seu trabalho é marcado pela busca de inserção do sertão pastoril no conjunto da História do Brasil. O assentamento deste registro, o traçar de uma historiografia onde haja lugar para vaqueiros rudes, tropeiros, coronéis e jagunços, requer um outro olhar para a história. Significa refutar ou pelo menos pôr sob suspeita o fazer histórico que privilegia certos eventos monumentais, descartando também a ideia de hierarquia entre os passados das distintas áreas culturais do país. Ao procurar dar visibilidade à história do pastoreio, postula a não existência de um passado maior ou menor do que outro. A história, diz ele, com certa dose de sarcasmo:

não se escreve apenas com estilhaços de granadas em guerras e batalhas. Nem vive unicamente dos crachás e encomendadas comendas, muita vez preciosíssimas. Na poeira de uma vaquejada, no eco dos aboios dos vaqueiros que desciam do Piauí, tangendo eirados bois, recordando o poderio das fazendas distantes e de malhadas cheias, percebe-se a voz da história do Brasil. Tão brilhante, tão rico de humanidade, tão efervescente de lances

---

<sup>33</sup> A produção de Eurico é tecida fora dos ambientes acadêmicos, embora, como já salientado, o autor mantenha relação “deglutidora” com os estudos científicos, apropriando-se deles como estratégia de legitimação do seu discurso. Considerando a conjuntura, esse “outro” a que me refiro remete para certas centrais de produção e distribuição de sentidos, em especial os Institutos Históricos e Geográficos.

heróicos, tão expressivo, como as páginas que se soletram entre a fumaça das chaminés dos engenhos de açúcar, ou no escuro dos garimpos e entre o riso rubro do cafezal orgulhoso. (BOAVENTURA, 2006, p. 170)

Mas Eurico não escapa às armadilhas da dama caprichosa. Na construção de uma dada forma de ver e dizer o sertão, na defesa do dado regional (às vezes municipal, tomando como referência Feira de Santana) enquanto trecho da História Nacional, ele também privilegia um determinado grupo social, tomando a sua memória, as suas tradições, os episódios vinculados ao seu passado histórico como representativos do lugar sobre o qual fala. Na leitura e significação da história do Brasil, Eurico vai deixando sinais do espaço que ele representa e da posição social de onde ele emite seu discurso. É um olhar que vislumbra a história ora do solar da casa-de-fazenda, ora da sua extensão urbana, o sobrado aristocrático.

Seu trabalho de revisão se dá consoante o desejo de inscrever o sertão pastoril e a aristocracia dos currais nas malhas do discurso oficial. Não se trata, desse modo, de dar voz aos de baixo, aos outros marginalizados e ex-cêntricos, de revelar as “faces obscuras” varridas dos compêndios da História, tomando de empréstimo uma expressão de Jorge Amado (1984, p. 15), embora aqui e ali eles apareçam como coadjuvantes na estetização dos fatos e na composição do cenário, como é o caso dos vaqueiros, tropeiros, missionários, negros escravos e jagunços.

O trabalho principal de Eurico Alves nesse itinerário de invenção do sertão é, sem dúvida, o livro *Fidalgos e vaqueiros*. Embora encontremos em outros ensaios e crônicas a permanência de uma abordagem histórica que pretende visibilizar esse espaço, é em *Fidalgos* que ela se apresenta de forma mais elaborada. Nesse ensaio, Eurico procura instituir uma versão sobre o processo de formação do mundo do pastoreio. Agenciando eventos históricos e enquadrando uma memória daquela área, produz uma “mitologia” acerca da origem e desenvolvimento da sua região, cujo centro inicial é São José das Itaporocas (atual distrito de Maria Quitéria) e depois a cidade de Feira de Santana.

As primeiras quatro partes do trabalho (Nômades e Vaqueiros, A música dos primeiros aboiados, Reticências Esquecidas e Paisagem humana do Pastoreio) tratam da penetração e conquista do interior baiano nos primeiros dois séculos do período colonial, destacando-se a importância da pecuária enquanto fator de alargamento do território e origem da formação social, a qual Eurico Alves denomina “civilização do couro”, retomando a conhecida definição de Capistrano de Abreu. As cinco seguintes (Perfil da casa-de-fazenda, Fidalgos que sabem aboiar, A paisagem decora a casa-de-fazenda, Sob a luz dos candeeiros belgas e Prestígio social da casa-de-fazenda) são dedicadas à chamada “civilização do pastoreio”, a qual teria se gestado no século XVIII e alcançado o seu apogeu no século XIX. Aspectos socio-históricos, políticos e culturais são inventariados, a exemplo da hipertrofia do poder privado (coronéis) e a participação na vida política e econômica da então Província da Bahia, além dos hábitos e costumes da gente sertaneja. Na décima parte (O adro emoldura a casa-de-fazenda), Eurico discute a origem e o desenvolvimento de Feira de Santana, inscrevendo também aí perfis da aristocracia do pastoreio naquela área. Por fim, a última parte, como indica o próprio título - Elegia das sombras que adormecem - em tom conclusivo, é um canto enlutado e triste à decadência da aristocracia dos currais.

Como pensamento de transição, não lhe escapam alguns pressupostos teóricos do paradigma naturalista, retomando temas, conceitos e estratégias que o caracterizam, a exemplo da ideia de raça e do meio como fatores determinantes dos comportamentos sociais. No tocante a este aspecto, como também no que toca à defesa de uma suposta tradição localista e privatista no processo de colonização do Brasil, o interlocutor privilegiado de Eurico é Oliveira Viana. Mas também se afasta daquele modelo de interpretação, atentando para os condicionamentos históricos e culturais na constituição do sertão e do sertanejo. Nesse sentido, ele se aproxima de algumas teses de Gilberto Freyre, a exemplo da superioridade do mestiço, a defesa da civilização nos trópicos e do ponto de vista regional como norte para os estudos da sociologia e da história, do caráter dinamizador da família patriarcal no processo colonizador, da tendência ao patrimonialismo como herança portuguesa e da importância da preser-

vação da tradição. Mas vai se contrapor à maioria das conclusões do sociólogo pernambucano, na medida em que elas buscam dar visibilidade à aristocracia da Zona da Mata pernambucana. Eurico opera também com a ideia, comum naquela época, da presença de estruturas feudais na conformação do Brasil colonial.

O texto-obra é atravessado por imagens e idéias que buscam legitimar o sertão pastoril e sua gente a partir de uma caracterização negativa do que foi eleito como seu oposto, isto é, o litoral/urbano. Nele aparecem dois temas centrais articulados entre si: o isolamento/esquecimento do sertanejo (ora como forma de denúncia social, ora como explicação do sentimento de autossuficiência e independência das fazendas - e dos fazendeiros) e a oposição sertão-litoral, o primeiro compreendido enquanto lugar da genuinidade do ser brasileiro, como também da bravura e da virilidade; o segundo, como ambiente de degenerescência, da indolência, da inautenticidade.

Na representação do sertão pastoril encontra-se uma narrativa da epopéia dos bandeirantes baianos mesclada com uma descrição idealizada da vida autossuficiente das grandes propriedades fundiárias. Embora marcadas pela oposição litoral e sertão, as ideias e imagens do sertão são tecidas em um sentido invertido, ou seja, na perspectiva do interior para o litoral. Falando de dentro do sertão, insurgindo-se contra certas dizibilidades construídas, Eurico constrói representações do sertão pastoril carregadas de positividade. É um canto apologético, de homenagem. Seu discurso, ao mesmo tempo em que vai desconstruindo certas maneiras de ver, dizer e pensar o sertão, sejam elas de cunho historiográfico, sócio-anropológico, sejam literárias, vai tecendo outros sentidos para o seu lugar, para sua região; é um dizer que explicitamente se constrói contra o litoral e o urbano. Nele se pinta um retrato-sertão bucólico e idealizado<sup>34</sup>: sertão da caatinga ampla e dolorosa, mas amiga (FV, p. 81), “enor-

---

<sup>34</sup> Ao contrário de autores como Jorge Amado (de Seara vermelha), Graciliano Ramos e João Cabral de Melo Neto, Eurico é dado a transcendências líricas. Sobre as imagens de sertão dos dois últimos autores, ver Pereira (1997).

me e bom” (FV, p. 145), lugar da alegria, da melopéia do aboiado; imenso, como um coração, de amplas noites, frescas e calmas (FV, p. 25). Sertão de fazendeiros fidalgos e autossuficientes, que sabem aboiar e falam grosso, “rosado” (FV, p. 57); de vaqueiros orgulhosos, ousados, independentes (FV, p. 45), dotados da virilidade da vida sadia, no trabalho masculino de vencer a ganância do sol; de gente selecionada pela natureza na luta ingrata contra os seus elementos, “que aprendeu com o sol a clareza das atitudes limpas” (FV, p. 218); “homens de fibra de aço, temperado, batido a golpes de infortúnio” (FV, p. 82). (Ser)tão masculino, lugar da valentia, da coragem,

“[...] de homens sem meios tons nas atitudes, sem vacilações, de atos bruscos, fortes, duros como espinhos de mandacarus. Ásperos como gumes de serrotes de pedra em riste, largados na catinga. Homens verticais como o sol”. (FV, p. 159)

Sertão épico e heróico, autêntico, célula máter da nacionalidade, que resistiu ao adocicado do engenho. Em tudo nele contrasta o Recôncavo/litoral: lugar dos gritos histéricos de feitores sádicos, da tristeza da escravidão na amargura do açúcar, dos mangues lamacentos, da indolência, preguiça e ociosidade do “branco aristocrata que tinha aversão ao trabalho” (FV, p. 56), da elite “caricata, lírica e contemplativa” (FV, p. 183). Em outro dos seus ensaios, fazendo referência às “páginas agradáveis” da obra de Freyre, mostra o sertão como reverso do Nordeste açucareiro, onde:

perpassa uma humanidade cujo sangue parece todo dissolvido em glicose, derretendo-se em enxúndia açucarada por todos os lados. Nos engenhos permaneceu a rede para o aumento da banha nas conspícuas barrigas posudas. Às vezes, sem dinheiro para agüentar a pose ou equilibrando-se nas gâmbias das dívidas e das moratórias. (BOAVENTURA, 1955, p. 2)

Ao tematizar o sertão, Eurico Alves procura romper com um lugar comum nos estudos sociais até aquele período: a ideia da atividade pecuária como complementar à do engenho. Ele defende a centralidade desta atividade na vida econômica e social do país:



Recordando-se o fastígio, a opulência que a cana derramou no Recôncavo, modelando o fenômeno social que se conhece por civilização do açúcar, e brilho momentâneo das minas, tem-se que evocar a civilização do pastoreio, sua contemporânea e que a ambas sobreviveu. (FV, p. 15)

Eurico considera que o estudo completo da formação social brasileira requer “se abeberar da crônica vibrátil da vida pastoril” (BOAVENTURA, 1955, p. 8). Seguindo no rastro de, entre outros, Oliveira Viana e Gilberto Freyre, defende a centralidade da vida rural na formação do Brasil, colocando em destaque nesse processo o papel da família patriarcal. Foi, segundo ele, a criação de gado que teceu a unidade nacional. Ao contrário dos paulistas, que agiram negativamente como predadores de índios, portanto como despovoadores, e cujo espírito nomádico colocou em risco a unidade do país<sup>35</sup>, foram os vaqueiros-bandeirantes baianos que civilizaram e ensinaram o verdadeiro sentido da conquista do sertão, que num “versículo de grande epopéia” sustentaram “nos ombros todo o peso da pátria e riscaram com a ponta do ferrão a projeção do seu futuro” (BOAVENTURA, 1955, p. 2):

Foi o pastoreio a razão maior da penetração da terra sertaneja. Deu-lhe o gado a garatuja longa e farta das estradas reais, tecendo fortemente a unidade nacional. (FV, p. 45)

Teve objetivo civilizador a primitiva figura do boiadeiro baiano, indiscutivelmente. Esta, sim, foi a missão da pecuária. Não foi nunca dependente do engenho. Foi a sua proteção, o seu amparo [...] Negá-lo é torcer os fatos, inverter a história. (FV, p. 50)

Seu discurso mantém e atualiza uma visão heróica. Ao reafirmar o caráter épico da ação bandeirante, Eurico Alves preserva a ideia do heroísmo colonizador e da democracia racial como constitutivos da formação social

---

<sup>35</sup> Segundo Albuquerque Jr., a oposição entre nomadismo e sedentaridade perpassa a literatura de interpretação do Brasil, dependendo da posição regional de quem fala. Se for para enfatizar São Paulo, como pólo dinâmico do Brasil colonial, da origem nacional, dá-se realce ao nomadismo, e o oposto ocorre se se quer destacar o papel do Nordeste como célula inicial da civilização. (1999, p. 102)

brasileira. Através de imagens idílicas procura amenizar a violência das relações sociais e étnicas que caracterizou o processo colonizador:

E o vaqueiro redimiu a miséria do índio. Se o canavial desconheceu o racismo, [...] parindo nas suas senzalas mulatos em penca, filhos de senhores brancos com negras, o sertão pastoril estabilizou e segregou o índio, com seus mestiços, com a cobertura da índia pelo vaqueiro branco, depois, pelo fazendeiro fidalgo. Não por nojo à negra. Nunca. Apenas determinismo do ambiente. (FV, p. 24)

Sua versão da história do sertão pastoril é tecida nos marcos da história oficial, pois coloca em relevo feitos heróicos e civilizadores, movimentos espetaculares de desbravamentos e descobertas. História costurada em “ritmo de tragédia e lances de epopéia” (BOAVENTURA, 1955, p. 2), como já havia anunciado Capistrano de Abreu.

O Brasil teria nascido no compasso do aboiado civilizador que se espalha pelo sertão adentro; seria o resultado da arrancada sertaneja de intrépidos mamelucos que riscaram o mapa da pátria nos rastros das boiadas; que combateram a indiada quando necessário, mas sobretudo souberam balançar a “rede de Iracema”, catequizando pelo sexo e conquistando biologicamente o sertão, e deixando como herança um selecionado étnico do legítimo brasileiro:

Foi o reduto pastoril modelador das nossas etnias mais puras. [...] Incumbiu-se a gente do nosso pastoreio de decifrar uma expressiva civilização no isolamento atordoante do sertão. E conseguiu firmar a base da nossa nacionalidade e o seu mundo. Não foi o litorâneo enamorado do mar quem o conseguiu. Foi o homem que o mar esqueceu no mar parado da catinga, derramada e alongada por longas e lentas léguas lentamente. (FV, p. 345)

Retomando Euclides, Capistrano e Cassiano Ricardo, Eurico atualiza a idéia do sertão como lugar onde se gesta o brasileiro, como guardião da nacionalidade autêntica. Mas o faz operando rasuras, pois desloca a ação civilizadora bandeirante do Planalto de Piratininga (São Paulo) para Tatuapara, célula inicial do pastoreio no Brasil. Apesar de surgir “namorando o mar”, essa mansão autenticamente pastoril teria sido o ponto de

partida para a arrancada sertaneja; do seu patriarca, Garcia d'Ávila, se teve a “lição de esquecer o litoral e escapular para o sertão” (FV, p. 22). Em termos comparativos, o bandeirantismo baiano seria superior ao paulista:

E estes caçadores [bandeirantes paulistas], dos brasis cobiçados, devastariam o sertão, se os vaqueiros não se detivessem para as cruzas com as índias assimiláveis. Agiram negativamente os caçadores de incolas e o sertão nada lhes deve. Apenas a negativa lição do despovoamento. Ao vaqueiro, sim. Deve a vida social que nele abrolhou intensamente. (FV, p. 23)

Não se diga nunca que foi diminuto o esforço, que foi apagado o trabalho do vaqueiro na voragem do sertão. Basta que se examine tudo com cuidado. Qual o maior trabalho, o de penetrar o sertão, abrir as picadas com as bandeiras, ou de nele permanecer sozinho, esquecido da Corte, sem proteção da força reinol, sem o custeio pelo Reino das suas necessidades, unindo, pelo trabalho, pela vaquejada e pela lavoura, os horizontes abertos, agüentando as refregas com a indiada terrível, passando as privações naturais ao sertão e entregar aos séculos que chegaram a unidade da pátria? (BOAVENTURA, 2006, p. 132)

Na verdade, Eurico faz um duplo deslocamento, pois se opera com a mitologia da Bahia como berço de origem da civilização brasileira, transporta o ponto zero da nacionalidade do litoral para o sertão, estratégia que põe em relevo o lugar de onde ele fala, a zona de Feira de Santana, já que ali teria se formado autêntica civilização do pastoreio:

Incontestavelmente, na região sobre o domínio espiritual da Capela e depois Matriz de São José das Itapororocas, concretizou-se autêntica civilização do pastoreio, vindo também de longe os raios da sua vida. Civilização a seu modo, apresentando, porém, vários pontos de contacto na paisagem humana com o açúcar. Sem, contudo se modelar [...] decalcada na que se fixou à beira da marema lá baixo. (FV, p. 16)

Ao se contrapor aos discursos fundadores da nacionalidade brasileira, Eurico Alves busca instituir outras verdades para o sertão. Ele se insur-

ge contra o regionalismo paulista que se colocava como superior e se sustentava no “desprezo pelos outros nacionais e no orgulho pela sua ascendência européia e branca” (ALBUQUERQUE JR., 1999, p. 45) e replica as idéias de G. Freyre, na obra *Casa Grande & Senzala*, que percebeu na sociedade açucareira da Zona da Mata pernambucana a célula original da civilização brasileira e generalizou sua análise para todo o passado colonial nordestino e brasileiro. Vale dizer que neste ponto Alves age de forma semelhante ao sociólogo pernambucano, pois também generaliza seus estudos sobre a formação e desenvolvimento da “aristocracia do pastoreio”, cujo recorte espaço-temporal está circunscrito principalmente na zona da atual Feira de Santana, para todo interior da Bahia, do Nordeste, e até mesmo do Brasil.

Eurico imagina uma nação que vai se configurando com o alargamento do espaço (SOUZA, 1997). Sua obra expõe a história da conquista e ocupação das terras do interior da Bahia, ao mesmo tempo em que vai tecendo os significados econômicos, sociais, culturais, pátrios desta saga bandeirante, suas singularidades e contribuições para a construção da nacionalidade e de uma região ecológica e cultural. É um trabalho de afirmação do sertão como diferença em relação aos processos civilizatórios litorâneos, embora tome esta paisagem como una, coesa em si mesma. Embora perceba uma Bahia múltipla (do açúcar, do cacau, das minas), opera um apagamento da diversidade do mundo sertanejo. O sertão é representado como um mesmo, como um espaço homogêneo, essencializado, portador de uma identidade compacta: se o sertão pastoral expressa um mundo dentro do Brasil, também na Bahia a “paisagem inteira é uma só toda ela” (FV, p. 81). Esquecido e desprezado pelos homens do litoral, no sertão teria se forjado uma nova miscigenação, um laboratório antropológico dos traços mais fundos do ser brasileiro, de um povo vencedor pela sua estupefante adaptação, “um todo único referente à humanidade que nele se escondia”. (FV, p. 73)

A figura do vaqueiro como elemento matricial da nacionalidade aparece associada à do mestiço. O Brasil nasce através do mameluco, herói geográfico, “homem que nasceu do ventre bruto da terra, dos ventres

selvagens das índias núbias, espalhando pelo sertão o seu aboiado civilizador” (BOAVENTURA, 1955, p.1). A expansão territorial, a conquista do colosso geográfico brasileiro, diz ele no texto-carta *Museu do vaqueiro*, foi trabalho dos vaqueiros mestiços. Foram eles que fizeram a unidade desse Brasil imenso:

E, se hoje, se ouve o Hino Nacional vibrando do alto Amazonas turbulento à harmonia serena do pampa, se se vibra nessa paisagem tão vasta, evocado, do norte ao sul, os mesmos fastos militares dos nossos soldados, foram os vaqueiros, foram os coronéis senhores das velhas fazendas que construíram, com seu denodo e a sua assistência, a unidade desse colosso. (BOAVENTURA, 2006, p. 132)

Na trilha aberta por Gilberto Freyre, Eurico vê o hibridismo racial e cultural como um fator positivo, no que se distancia dos discursos naturalistas de Nina Rodrigues e Oliveira Viana, que colocavam as questões ligadas à raça e ao meio como marcadores da diferença entre o Norte e o Sul. Discorda contudo do sociólogo pernambucano quanto à miscigenação do mundo do pastoreio. Para ele, a miscigenação sertaneja se deu basicamente entre brancos e índios, sendo a participação negra bastante restrita, seja na alimentação, na coloração da pele, seja na religiosidade. Sertão: lugar de outra mulatinidade, terra de encourados e masculinos vaqueiros, paragem de outros duendes e outras assombrações, onde “o álaçre rumor dos sinos das ermidas pastoris não eram abafados pelo rústico e rude rumor dos rudos e arrastados atabaques dos candomblés” (FV, p. 68). Ali, no sertão, teria se formado o tipo brasileiro padrão, o mestiço eugênico. Se Oliveira Viana falava de uma pureza maior do sertanejo em relação ao litorâneo, já que nele havia pouco sangue negro e índio, Eurico Alves refuta: os mestiços eugênicos têm forte presença do sangue indígena (FV, p. 74). Foram eles (os mestiços) que:

abraçaram a terra desconhecida num conúbio de aventura. E veio o Brasil propriamente nascer do seu gesto de coragem, quando saíram a tocar os rebanhos em procura do desconhecido que os horizontes lhes ocultavam. Só o mestiço, com o tratado de paz

que o sexo ditou, pôde desvendar o sertão... Das mãos dos mestiços surgia a figura da Pátria. (FV, p. 43/44)

Aparentemente, a figura do vaqueiro é um elemento central na interpretação de Eurico Alves. Foi, segundo o autor, seu trabalho viril e o eco triunfal e forte da sua voz no toque das boiadas que fez nascer a vida da pátria. Foram eles, os vaqueiros, que descobriram as terras ignoradas do sertão, que levaram a civilização para o interior, que marcaram a ferro os meridianos da pátria, que lançaram o pólen da civilização do pastoreio, construindo “o alicerce da futura casa-de-fazenda, casa-grande definitiva, que se ostentou garbosa nos nossos campos” (FV, p. 100). Os vaqueiros, diz ainda Eurico:

venceram o deserto que o bandeirante [paulista] criou. Abraçaram as últimas sombras humanas que se esconderam dos predadores de índios. E brilhante foi o seu esforço pela lição sexual que deram, amando as mulheres nativas, eternizando-se no milagre maior dos seus ventres fecundos. Só isso é motivo de valor inigualável. Fizeram do sexo a primeira letra para a crônica do Brasil sertanejo. [...] Maior que o trabalho do desbravador foi o do vaqueiro, agüentando nos ombros feridos do mato e mato brabo o corpo da Pátria que nascia, defendendo-lhe a virgindade cabocla na luta contra tudo que a podia diminuir e lhe cortar a pureza do seu todo. Aqui e bem lá no alto. Em todo canto onde se alevantou um curral, onde se fincou no avarandado a vara do carreiro, a guiada. (FV, p. 141)

Civilização pastoral, em tudo diferente do Litoral/Recôncavo: um outro modo de vida, uma outra economia, outra cultura (FV, p. 17), menos no que se refere à riqueza, à vida fidalga e ao gosto aristocrático da sua gente. Ao contrário, no sertão teria se gestado uma aristocracia superior, pelos sentimentos elevados, pela hombridade, pela altivez, pelo gosto pelo trabalho. Seu discurso expressa um esforço de pensar essa diferença em relação a processos culturais das áreas litorâneas. Diferença construída com os fios da memória e da experiência de um dado grupo social, do qual ele fazia parte.

Opera-se então um deslocamento: civilizando-se o “curral” – “que se touca de elegância, etiqueta e distinção, com cristais baccarat, com a

louça fina, com luxo” ( FV, p. 18-9) – emerge a casa da fazenda e o seu senhor. A figura do vaqueiro (que as mais vezes se confunde com a do fazendeiro proprietário – fidalgos que sabem aboiar) serve como pretexto para dar visibilidade à aristocracia rural, ou dos currais. Isso esclarece o próprio título do seu principal ensaio: *Fidalgos e vaqueiros* não trata do estudo de duas categorias sociais e ocupacionais, mas em grande parte dos senhores das casas-de-fazenda, dos centauros-pastoris que dominavam a região. Talvez em razão dessa ambigüidade, Wilson Lins, prefaciador da obra, indicava que no ensaio somente o título “era fraco”, acreditando que lhe cairia bem melhor o de *A aristocracia dos currais*<sup>36</sup>.

Ancorado num pensamento que valoriza a tradição e o patriarcalismo, Eurico tende a escamotear as clivagens ou hierarquias sociais. As relações entre os fazendeiros fidalgos e os vaqueiros, convivência entre desiguais, aparecem como simétricas, marcadas pelo respeito, pela liberdade e solidariedade (nesse aspecto, o jagunço seria o tipo representativo). A exemplo de Freyre, no que toca às relações nos canaviais da Zona da Mata, projeta para o pastoreio uma hierarquia harmoniosa, desloca os conflitos raciais, de classe e de grupos sociais para o âmbito da cultura (ALBUQUERQUE JR., 1999, p. 95). Utilizando-se de imagens idílicas das relações sociais, tece a narrativa de uma história incruenta, amenizando, quando não elidindo, as contradições reais do processo histórico, esvaziando possíveis antagonismos. Para ele, no pastoreio era mais humano o domínio branco, mesmo quando se tratava da relação com os escravos:

O trabalho másculo do campo não humilhava nem diminuía o homem como o do eito, aos olhos delicados do seu branco. Diferente do da bagaceira de que fugira o branco, ou embranquecido, sobretudo, para que o senhor do pastoreio dele se ausentasse de todo. É livre o vaqueiro. Não o desmerece o senhor da casa-de-fazenda. Não o diminui. (FV, p. 26)

---

<sup>36</sup> Não sabemos se com a anuência de Eurico, mas, segundo nos informa Dórea (1978, p. 53), foi com o título de *A aristocracia rural* que o livro foi encaminhado para o Instituto Nacional do Livro, na sua primeira tentativa de publicação.

Sofreu, porém, o regime escravo tons diferentes do que suportou no eito dos engenhos. [...] aqui [no pastoreio] o esforço do negro não [sofreu] a mesma humilhação de alhures. [...] E o senhor, aqui, conservava mais humanidade no tratamento do servo. Exemplava-o, mas lhe não humilhava o seu trabalho, de forma alguma. E isso é uma grande coisa. E ponto que diferencia e ressalta a civilização do pastoreio. (FV, p. 222)

No fundo, o que se observa é que Eurico procura traçar uma espécie de biografia coletiva da aristocracia sertaneja baiana, apesar do esforço de síntese e dos vãos panorâmicos pelo interior-sertão do Brasil. Sua pretensão é esboçar o retrato de uma dominação em crise, de uma camada social naquele momento “envolta na dolorosa legenda do esquecimento” (FV, p. 319). Aristocracia fundada na riqueza, no poderio, na autoridade, no orgulho e na tradição familiar (FV, p. 101), fidalgos de atitudes e de trabalho, de nobreza verdadeira, de respeito e moral absolutos (FV, p. 163). Procura construir outra imagem para os coronéis do pastoreio, geralmente retratados como violentos, retrógrados, autoritários e anacrônicos. Imagem cujas tintas da caricatura e da deturpação vieram da cidade grande, da capital (FV, p. 348). Para ele, o retrato pintado “caberia melhor, e em primeira mão, na carapaça dos políticos do litoral” (FV, p. 346). Pelo seu crivo, os chefes sertanejos são figuras heróicas, elementos de ordem e de paz, “cuja evocação não humilha nenhum sertanejo de fibra” (FV, p. 362). No sertão teria se formado um “alto espécimen” social:

No ambiente presidido pelo antigo pastoreio dos solares pastoris, moldou-se, sob o culto da honra, do nome, do caráter, uma robusta civilização, cujo alicerce se afundava no rigorismo de austera moral. (FV, p. 309)

O elenco de predicativos tenciona reverter a imagem negativada dos coronéis. Para Eurico, é preciso ainda escrever a história dos botocudos coronéis, situando os homens e os fatos no seu tempo, na sua paisagem. Figuras de relevo sem par no cenário nacional, os coronéis ajudaram a fazer e consolidaram a extensão do mapa do Brasil, servindo de veículo de civilização do interior, que suprimiram o sertão da Justiça sempre negada



pelo litoral; teria sido sob sua influência que se ostentou uma tradição político-social de respeito, soletrada na “cartilha de fidelidade absoluta a palavra dada” (BOAVENTURA, 1955, p. 23-27). Na defesa dos chefes locais, Eurico se utiliza de argumentos como o isolamento e esquecimento do sertão e também a manipulação política das elites cidadinas:

Pelas contingências do ambiente, pelo criminoso abandono a que os relegava a Capital, encarnavam tais coronéis o Poder reinol (depois republicano), a sua Justiça e sua Lei. Ninguém lhes dava Justiça, nem lei. Tinha o senhor sertanejo de ser Juiz e Legislador nos seus domínios. (BOAVENTURA, 2006, p. 135)

Era em cima dos trabucos dos tabaréus que cavalgava o prestígio dos chefes da Capital. Na grita ensangüentada das fauces orgulhosas dos clavinotes matutos, que se espreguiçava à sombra da Justiça que a cidade ultrajava o sertão, com seus enviados mentirosos. [...] A cidade opulenta desrespeitava a Justiça para poder manter-se na graça do Coronel. Coronéis desprotegidos dos bonitões da Cidade e que deles necessitavam mais do que os serviam. E por que se atirar contra a sombra ainda humanizada desta gente, deste mundo antigo e belo a pena do silêncio, quando não a da sátira idiota, da ironia mal dirigida, reflexo de um sentimento individual da culpa de que tanto falam os psicanalistas? (BOAVENTURA, 1955, p. 26)

Além dos argumentos de feição histórica, Eurico aplica também, num tom de vitimização, seu conhecimento de magistrado como recurso de defesa dos coronéis matutos, “ludibriados na sua boa fé pelos doutores da Capital”:

Chefes de jagunços... Há no Código penal um instituto que nulifica qualquer título de delito para certas ações. A legítima defesa é este instituto. O jagunço é manifestação de legítima defesa do sertão ante a injusta agressão da cidade luxuosa. Vamos ler, algum dia, a crônica desta vida de chefe de jagunços. (BOAVENTURA, 2006, p. 136)

Como acredita terem feito os vaqueiros bandeirantes baianos com a música selvagem dos aboiados em tempos idos, Eurico Alves parece querer fazer chegar seu canto aos ouvidos do *mar*, do Recôncavo. Pretende desocultar o sertão, tirar do esquecimento a realidade construtora do pastoreio, romper com o injustificado silêncio contra a sua história, com a viuvez das bibliotecas no que tange a informes sobre sua vida e sua gente. Seu discurso busca o reconhecimento dos cidadãos, dos “elegantes da beira-mar” (FV, p. 420) que não querem perceber corretamente a importância da civilização do pastoreio, que só enxergam a figura escultural e primitiva do vaqueiro, como ornamento e não como alicerces da economia nacional; ao mesmo tempo em que denuncia o abandono dos sucessivos governos, o silêncio e a surdez dos estudiosos, que ainda não a projetaram devidamente em ensaios (FV, p. 34, 45, 71, 141, 156), procura (re)inscrever o sertão e seus fidalgos no mapa e na geografia simbólica da Bahia e do Brasil.

Diante de um “ambiente ecológico” em vias de dissolução, seu trabalho procura recompor territórios existenciais, identitários e de poder. Nesse percurso, é possível vislumbrar um enfrentamento das representações negativadas do sertão elaboradas em outras áreas culturais do país. É possível conjecturar ainda sobre o desejo de Eurico de ser lido por Gilberto Freyre e pela inteligência brasileira da época. Mas, sem dúvida, seu discurso traz uma dimensão que aponta para questões histórico, social e localmente enraizadas, uma vez que se faz presente na costura discursiva a busca de inscrição do sertão pastoril nos compêndios da história baiana e principalmente a disputa em torno da memória de uma cidade, Feira de Santana. Nesse sentido, é possível vislumbrar no horizonte de expectativas da recepção as elites feirenses, embora os recorrentes gritos de alerta quanto ao esquecimento do sertão e sua gente tragam para a cena um “outro” do discurso: a intelectualidade e as elites políticas baianas. A teia argumentativa é estrategicamente montada nesse sentido.

Na própria denúncia da ausência de sertão no repertório da história nacional está astutamente interposta uma crítica ácida ao modo como foi urdida a história baiana, pois o que ali é dado a ver circunscreve-se ao

universo sociocultural da Capital e seu Recôncavo. Contestando essa visão, Eurico propõe uma história cujo foco se desloca do universo canavieiro, recaindo sobre o pastoreio. Pretende, desse modo, incorporar o sertão-pastoril ao repertório sociocultural baiano, demonstrando a participação da face sertaneja em momentos cruciais do processo histórico da Bahia:

Toda a gente espalha por aí afora que o sertão é coisa vazia. Vazia como uma auréola decorativa. E a que envolve nossa paisagem, para muita gente, está apenas cheia de sol. Sol e aboio. E, se assim fosse, isto seria pouco? E não é assim, todavia, todos sabem. O que nos falta é exibir a prova do que se afirma, por exemplo, de que fizemos largo capítulo da história baiana. Isto. E a prova está aí. Basta que se vá ao arquivo público e se leia o material, a documentação da vida pretérita sertaneja. (BOAVENTURA, 2006, p. 106)

Eurico reclama do silenciamento do sertão na história “heróica e gloriosa” da Bahia, a exemplo das lutas pela independência do Brasil e do movimento federalista da Sabinada. Mas o “largo capítulo da história baiana” vai além disso. A estes e outros marcos centrais da montagem da história “litorânea” da Bahia, como a chegada das caravelas cabralinas, ele opõe outras sequências históricas, capítulos outros de uma outra história, mais heróica, mais épica, mais pátria: a conquista do espaço, a responsabilidade pela extensão e ocupação do colosso territorial brasileiro, a preservação dos traços mais genuínos do ser brasileiro. Para alinhar a história a partir do sertão, Eurico apropria-se da mitologia bandeirante, transplantando-a para a Bahia. Coloca aspas e rasuras nessa invenção vinda das bandas do Sul, mas dela se utiliza, já ressignificada, para contestar os enredos “litorâneos”.

Ao procurar desvelar o passado pastoril, Eurico vai deixando sinais das circunstâncias de tempo e lugar que configuram o presente da sua escritura. Veredas que parecem convergir para um ponto de encruzilhada, um lugar-sertão baiano. Caberia então problematizar como o autor tensiona o seu campo de experiência com um horizonte de expectativas ou de espera, que projetos ele pretende legitimar (REIS, 1999, p. 10). É o que será desenvolvido no capítulo seguinte.



# CAPÍTULO III



## DE SOMBRAS, RUÍNAS E SAUDADE: A BAHIA SERTANEJA

E, em muitos pontos, o cupim e o vento e o vazio doloroso das ausências fidalgas completaram o abandono. Começaram de agir na faina destruidora. E, em pouco tempo, o corpo da paisagem era um arabesco de ruínas amarguradas, chorando no descampado vazio.

(Eurico A. Boaventura, *Respeitosas ruínas do passado pastoril*).

Tudo longe. Longe a geografia, longe as fazendas, longe hoje as sombras humanas, que movimentavam a minha curiosidade de menino tabaréu. Tudo longe! Só está perto a saudade...

(Eurico A. Boaventura, *Folclore no caminho*).

Como está longe esta paisagem! Atualmente, as distâncias se aniquilaram com as pesquisas do átomo. Mas esta paisagem está bem longe.

(Eurico A. Boaventura, *Festa de Senhora Santana*)

Tudo isto ficou do outro lado da vida. Onde ficou tudo isto, amigo Proust?

(Eurico A. Boaventura, *Festa de antigamente*).

A saudade é um sentimento pessoal de quem se percebe perdendo espaços queridos de seu ser, dos territórios que construiu para si. A saudade também pode ser um sentimento coletivo, pode afetar

toda uma comunidade que perdeu suas referências espaciais ou temporais, toda uma classe social que perdeu historicamente a sua posição, que viu os símbolos do seu poder esculpidos no espaço serem tragados pelas forças tectônicas da história.

(Durval M. Albuquerque Jr., *A invenção do nordeste*)

## DE LEMBRAR E ESQUECER

A escritura de Eurico Alves é atravessada por duas posturas em relação à história (ciência) e ao passado, atitudes antes complementares do que concorrentes entre si. A primeira é marcada por uma espécie de curiosidade intelectual a partir da qual pergunta-se pelo que “realmente aconteceu”, postulando lastro documental, objetividade e realismo no trato da realidade. A outra, sinaliza para um olhar retrospectivo perpassado por uma emoção nostálgica, para um retorno no tempo pela via da imaginação e de uma memória afetiva, regresso esse povoado de sensações entusiásticas, muitas vezes tangenciando o ufano e deixando à mostra o seu reverso, o ressentimento. Os textos euriquianos são alinhavados com fios da experiência vivida, trazem sempre algo de visceral. Marcadamente autobiográfica, sua escrita deixa à mostra um trabalho com o cérebro, mas também com o coração. E não deixa de, com lirismo, acentuar a poesia que envolve o ambiente e dele emana como condição para sua relevância e fascínio histórico.

Em *Reticências esquecidas*, uma das partes de *Fidalgos* que trata da religião do ambiente pastoril, tema, segundo ele, como tantos outros, ainda não considerado nos estudos acerca da realidade social brasileira, excetuando a “epopéia que Euclides da Cunha traçou da religiosidade bronca do vaqueiro nordestino”, que não corresponderia à normalidade da religião no sertão, Eurico vai deixando pistas acerca das normas que orientam sua relação com a pesquisa e o fazer historiográfico. Ali, a estética proustiana é invocada como guia para que muita coisa não seja desdenhada na reconstituição de uma história ainda adormecida sob a “pesada poeira dos cartórios e arquivos”:



Que se olhe o passado, este nosso passado, com o encantamento de um Proust, gozando a melancolia suave e quase feminina que lhe vinha das impossíveis viagens ao fundo das idades apagadas, como confessa *No caminho de Swann*. Que se não depreciem os indícios dos tempos mortos, os fragmentos da vida extinta aparentemente. Porque o nosso passado está todo impregnado e oculto nestes nonadas, nestas reticências de veludo que as sombras traçam...O trabalho é somente descobrir este grande e vasto mundo das pequenas coisas... (FV, p. 71)

O passado do sertão pastoril é (re)criado e revivido com encanto e também através de uma forte identificação afetiva. Aí se misturam objeto de estudo e objeto de desejo. No próprio ato de recomposição, a memória vai sendo revitalizada por meio de uma relação pessoal, subjetiva e amorosa com os tempos idos. De forma sempre declarada faz-se presente a opção por uma paisagem, a do pastoreio, paisagem que, de resto, não existe mais ou que já se encontrava, naquele momento (tempo da narrativa), profundamente modificada:

A minha paisagem constante é a da minha terra, aberta no alto do planalto, embalada pela grita febril do sol sertanejo e acariciada pela melopéia dos aboios, que vinham das fazendas em volta, ou se derramavam do Piauí distante, do sertãozão bem longe, cuja lembrança tem sugestões de mistérios. Dos aboios que se despediam da cidade, ao fim da feira, nas segundas-feiras, voltando o gado para a malhada distante. Música a completar a moldura da paisagem. E tudo é mugido de bois, é cantiga de vaqueiros, é samba de terreiro, é cantiga de adjutório, é grito de ferras, interjeições de guia e de carreiros, o velho carro de boi a ranger estrada afora, ou são as loas, ao rápido rodar da casa-da-farinha, ou se passando o fumo, no terreiro em frente. [...]

A minha paisagem é assim, meio tabaroa, meio selvagem... Pura e simples como uma admiração de criança.

Não quero o dourado coruscante das minas, não quero o luciluzir das gemas nos garimpos. Não quero cheiro de caldeira cozendo mel e açúcar. Não quero pancada de pés secando café. A minha vida tem o ritmo da rajada atrás da rês arisca. (BOAVENTURA, 2006, p. 239-240)

Eurico empreende o trabalho de historiador no sentido de preservar, sob o manto homogeneizador de uma região e de uma coletividade, a memória de um grupo social e de uma dominação. Pretende proclamar a verdade acerca dessa gente desaparecida, trazer à tona essa página social que os cidadãos procuram esconder. Procura inscrever uma sequência do passado no presente e projetá-la no futuro como continuidade. Os parágrafos finais de *Fidalgos* são conclusivos quanto a essa busca ou tentativa de fazer permanecer os traços da extinta sociedade patriarcal:

No rouco e rude rumor das rústicas cancelas, no lépido escavacar dos cascos nos currais, esconde-se de nós a história adormecida da vida das casas-de-fazenda, dos velhos casarões do âmbito pastoril. Faça-se o reconto do seu nascimento e fixe-se a sua projeção no futuro que construiu, para seu estudo perfeito. E se verá, em relevo, a indisfarçável e robusta civilização do pastoreio.

É preciso ainda aparecer o analista, o pintor da civilização do pastoreio entre nós. Da civilização desaparecida, cuja força ainda dinamiza a nossa civilização atual, sacudida agora por tentativas de industrialização mais fortes. Civilização não desaparecida, e cuja vitalidade se documenta nos velhos solares esquecidos na amargura ensolarada da catinga. (FV, p. 421)

Bela adormecida no sono do tempo, a civilização pastoril encontra em Eurico o seu príncipe encantado. À moda impressionista, é ele próprio um pintor da sua história, embora sempre reclame a necessidade de outras pinceladas para completar o painel. Tal qual um redentor busca a sua ressurreição, recolhendo e fazendo ecoar essas vozes que vêm do passado. A narrativa euriquiana, costurada a partir da seleção de registros políticos e econômicos, eventos cotidianos, elementos da geografia e da cultura, extraídos de uma história que indicaria um passado comum compartilhado pelos habitantes da região, pode ser compreendida como parte de uma mobilização intelectual no sentido de garantir a continuidade de uma memória que se pretende representativa de um coletivo. Nos entrechoques do indivíduo com o social, e frente ao declínio de uma tradição, Eurico assume o lugar de homem-memória, procurando garantir a permanência de um universo sociocultural, seja pela via do registro escrito, seja

indicando vestígios onde ele pode ser encontrado e repostado, seja sugerindo lugares para a sua guarda, cristalização e culto. Ele ocupa o lugar de guardião de uma memória que não mais se faz presente, ou quando nada uma memória de um mundo em vias de extinção, cuja procura já é indiciária da sua agonia enquanto vivência e sentimento de pertença de um grupo. Sua escritura exprime essa ambigüidade, pois situada na tensão entre o desejo de continuidade e a sensação de perda que acompanha a consciência de um tempo perdido. De acordo com Pierre Nora:

Quando a memória não está mais em todo lugar, ela não estaria em lugar nenhum se uma consciência individual, numa decisão solitária, não decidisse dela se encarregar. Menos a memória é vivida coletivamente, mais ela tem necessidade de homens particulares que fazem de si mesmos homens-memória. (NORA, 1993, p. 1)

Memória nada inocente, pois, como sugere Jacques Le Goff, ocupa um lugar estratégico no jogo da lembrança e do esquecimento, que configura as sociedades históricas, constituindo-se numa dimensão do social onde se tornam visíveis os embates em torno da luta política:

tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1996, p. 426)

No caso de Eurico, é patente a vontade de lembrar, a luta para bloquear o esquecimento da civilização do pastoreio. Seu discurso, tecido a partir das coordenadas deixadas pelo rastro das boiadas, vai deixando também marcas que denunciam a posição social de onde se lança a projeção. Deixa à mostra também um presente incomodado e ansioso diante das transformações históricas que dão novo ritmo e nova fisionomia ao ambiente do pastoreio. É um dizer que remete para um tempo de outrora, sinalizando para a busca de um tempo perdido, para a tentativa de resgate de um tempo morto, de uma idade apagada. No centro desse interesse, ou empe-

nho, destaca-se o desejo de harmonizar o passado com o presente, procurando impor ao futuro a imagem que uma dominação tem de si própria. No esboçar da representação, Eurico põe em realce uma paisagem física e social da Bahia e, no interior dela, um lugar essencial, a cidade de Feira de Santana, eleita lugar-Capital do sertão ou da civilização pastoril.

A partir dessas considerações, acompanho, no interior da narrativa, a luta de representações que se faz em torno de um espaço regional (o sertão, imaginado enquanto contraponto ao litoral/Recôncavo) e de uma cidade, vislumbrada ou eleita como emblema daquele espaço, Feira de Santana.

## O QUE ERA SÓLIDO DESMANCHA-SE NO AR<sup>37</sup>: UMA REGIÃO EM RUÍNAS

Em *Nordeste*, estudo ecológico do canavial nordestino, área que se estende “por terras de massapê e várzeas, do Norte da Bahia ao Maranhão, sem nunca se afastar muito da costa”, Gilberto Freyre (1989, p. 17) procura esboçar a fisionomia de uma região que, outrora centro da civilização brasileira, se encontrava naquele momento (1937) em acentuado processo de decadência. Leitor também desta obra de Freyre, Eurico Alves certamente discorda desta centralidade civilizatória litorânea, como também do perfil “aquilino, aristocrático e cavalheiresco” traçado pelo sociólogo pernambucano para a “civilização do açúcar”. Talvez um ponto de concordância seja quanto ao que, nas palavras de Freyre, aquela civilização comporta de “mórbido” e “sádico” (FREYRE, 1989, p. 18). Uma coisa é certa, porém: há um ponto de convergência entre a obra freyriana e a narrativa de Eurico, e aqui destaco o ensaio *Fidalgos e vaqueiros*. Tal como Freyre, Eurico anuncia (e denuncia) a decadência da *sua região*, o *sertão-Bahia pastoril*, procurando também sensibilizar, senão os brasileiros como

---

<sup>37</sup> Esta imagem remete para o trio Marx-Engels-Berman, à famosa frase “Tudo que é sólido desmancha no ar” do Manifesto Comunista, que se transforma em título de livro de Marshall Berman (1986) sobre a aventura da modernidade.

um todo, pelo menos baianos e especialmente feirenses, para a degradação e descaracterização em que se encontrava aquele conjunto regional.

A estetização euriquiana configura-se como uma leitura da ascensão, apogeu e queda desse espaço regional, na perspectiva da dominação que lhe corresponde. Expressa com dramaticidade e angústia a consciência de um tempo-espaço que se esvai. É emblemática enquanto representação do trepidar de uma ordem social, pois põe em confronto duas temporalidades: a do tempo referido, desenhado positivamente, com pinceladas da grandiosidade das origens, da idealização de um passado glorioso, pátrio e opulento; tempo em que tudo parecia sólido: as casas-de-fazenda, com suas paredes de pedra e móveis de madeira de lei, com seus patriarcas de austeridade inquebrantável; a outra, a do tempo da narrativa, marcada pela percepção das transformações no processo histórico, deixando à mostra o caráter do provisório das coisas e dos homens, obrigando o olhar a vislumbrar um espaço em ruínas, os escombros de uma região, cujos símbolos de poder ali esculpidos parecem desmanchar-se no ar:

Ruíram muitas dessas casas-de-fazenda evocadas. Aqui próximo o sobrado do Tigre desapareceu. Do mesmo modo, o da Agostinho Duarte, velhíssima fazenda ainda fundada pelo Coronel José Batista Carneiro. Da casa-forte da fazenda Sobrado, na zona de Gameleira, existente até as primeiras décadas deste século, já nada mais resta, a não ser a voz tenuíssima da lembrança e da saudade. O sobrado heril das Caraíbas, velha e augusta construção igualmente vestida de séculos, rolou envolto no pranto silencioso das sombras. O enorme e afamado e pesadão e amplo casarão das Areias [...] arreou com o peso da chuva, com as cicatrizes com que o tempo lhe desenhou a sua legenda, pondo regueifas de cal no arcabouço em ruínas. Afundou-se no chão adentro. As portas largas [...] acenando num último gesto moribundo, no silencioso rito torturante das tábuas que se fendiam, contra a inclemência diabólica do tempo. [...] E como que ainda se ouvem gluglu das velhas sedas, o retinir das velhas esporas de prata, o vagido do negro exemplado e o grunido sexual das escravinhas na senzala, de noite, as risadas discretas das inhazinhas em intimidade, a doce soada melancólica do Ofício de Nossa Senhora, ao cair da noite dos sábados diluídos no calendário, redimindo o crime do tempo

impiedoso e frio. [...] Mais distante, Prazeres e Brejo, esmigalharam-se às mãos frias do tempo. Impiedade dos homens... (FV, p. 157-8)<sup>38</sup>

Situado no final da curva dessa decadência, o discurso de Eurico exprime uma falta, resulta desse sentimento de perda inexorável. Ele surge como reação ao paulatino desaparecimento de um passado corroído e condenado pela história. É o sentimento de perda que o impulsiona a pensar e descobrir a região, que faz emergir a sua consciência da necessidade de que ela e seus símbolos sejam examinados, perfilados, biografados e conservados. (FV, p. 133)

A escritura euriquiana nasce empenhada em inventar uma tradição, procura costurar elos de continuidade entre um passado em ruínas e a nova ordem que vai sendo instaurada. Ela comporta estratégias de identificação, não apenas através da tentativa de instituir um passado comum e compartilhado pelos habitantes da região, como também pela positividade atribuída a esses tempos pretéritos, em cuja origem e desdobramento histórico são assinalados o caráter épico, pátrio e nacionalizador. As tradições inventadas, diz Eric Hobsbawn, podem ser classificadas em três categorias superpostas:

a) aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo e de uma comunidade reais ou artificiais; b) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, status ou relações de autoridade, e c) aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de idéias, sistemas de valores e comportamentos. (Hobsbawn & Ranger, 1997, p. 17)

No plano da articulação discursiva que visa representar e ao mesmo tempo instituir o sertão e o seu habitante, Eurico segue pelas três veredas. De um lado, procura demarcar uma origem, econômica, social, cultural,

---

<sup>38</sup> Esse tema é retomado em *Respeitosas ruínas do passado pastoril*, onde Eurico faz uma veemente e emocionada defesa da preservação do patrimônio arquitetônico do pastoreio. Em *Freguesias centenárias*, sua atenção se desloca para o descaso e descaracterização da arquitetura religiosa.

étnica, dos fundadores da região, assinalando o pertencimento de todos os habitantes a um mesmo passado e mesma ancestralidade. De outro, embora traga para a cena personagens coletivos que fizeram a região (vaqueiros, tropeiros, missionários, escravos, etc.), o faz de maneira hierarquizada, pois a ênfase principal recai sobre os fidalgos, que fizeram a glória do lugar. Por fim, o próprio gesto de dar visibilidade ao sertão é indiciário de uma ação pedagógica. No trabalho de descoberta e preservação das “verdadeiras raízes” culturais da região, inscreve-se o interesse em socializar valores e normas de comportamento associadas à ordem patriarcal, projetando-se o passado como continuidade, embora já com uma outra finalidade, a permanência de lugares e códigos de valores culturais ameaçados.

O que é notável nesse empreendimento é a consciência de que quase tudo ainda está por ser feito. Eurico percebe que, ao contrário de outras áreas culturais do país, o sertão, a sua região, ainda não dispõe de registro historiográfico, ou, quando rompido o silêncio, como procuramos esclarecer no capítulo anterior, faz-se de maneira equivocada e preconceituosa. Demonstra também consciência de que as bibliotecas e as escolas estão vazias de informes sobre a vida do pastoreio:

A vida pastoril, a legenda das figuras que movimentaram o cenário rural da nossa redondeza, a crônica das nossas casas-de-fazenda, dos nossos solares pastoris foram postos de lado, porque só se lia o que se passava no canavial ou noutras áreas culturais do país. Derramava pesado silêncio sobre a vida do nosso pastoreio a história do Brasil para as crianças. Para as grandes e pequenas... E, hoje, mais do que nunca se fecha a boca do tempo, escondendo a crônica dos nossos pastores. Por culpa nossa... E ainda por culpa nossa também, a nossa paisagem rural está estrelada de cicatrizes que a ruína de muita casa-de-fazenda criou. (BOAVENTURA, 2006, p. 169)

Eurico parece perceber também a extensão da tarefa de fazer ecoar a voz do sertão pastoril. Não é por outra razão que, em seus escritos, solicita a presença de folcloristas e sociólogos da “terra” para que isso seja feito, que reclama das elites o engajamento na luta e o implemento de

ações no sentido de preservar o patrimônio arquitetônico, histórico e cultural da região. Na mesma direção, recheia seus textos de sugestões acerca de inúmeros aspectos históricos ainda não abordados ou que ainda requerem um maior aprofundamento em termos de pesquisa. O resgate do mundo do pastoreio, além do trabalho de muitos, demandaria um mergulho profundo na história, uma descida nas suas profundezas, no seu “âmago”. Para tanto, é preciso ir além do trabalho “só de poeta”, e buscar instrumental histórico e sociológico<sup>39</sup>. Uma passagem de *Fidalgos* pode ser tomada como chave para especular sobre o deslocamento de Eurico da poesia para o ensaio e a crônica histórica a partir da década de 1940. Está presente ali uma distinção entre o fazer poético e o fazer científico, este entrevisto como hierarquicamente superior àquele:

A literatura ficcionista, na brilhante fase do romantismo, pelos seus maiores nomes, entendeu de louvaminhar o índio, de dar-lhe mesmo projeção brilhante no nosso mundo. No entanto, ficaram apenas os românticos indianistas no seu agradável lirismo, na virgem de lábios de mel, no Ubirajara, no herói que protegia os fidalgos de Oiticica, ou o solar de Paquequer, animados por Alencar. Fizeram trabalho só de poetas. Não desceram ao âmago da história, dando ao íncola as cores certas, positivas. (FV, p. 187)

Eurico parece convicto de que o resgate e a visibilidade do sertão pastoril é um empreendimento que se coloca para além do trabalho “só de poeta”. O que, de qualquer modo, ele já havia feito. Possivelmente mirando-se no exemplo de Cassiano Ricardo, que, de poeta em *Martin Cererê*, transforma-se no sociólogo de *Marcha para o Oeste*, envereda pelos caminhos da produção ensaística, procurando desenvolver sob o formato do discurso científico muitas das teses e idéias presentes na sua poética. Por outro lado, essa migração pode ser interpretada como desejo de elaborar um discurso que tem poder legitimador ou que é reconhecido naquele momento: o discurso histórico-sociológico.

---

<sup>39</sup> Retomo e amplio um insight de Juraci Dórea, para quem “não foi, certamente, outra coisa, senão o profundo interesse pelos esquecidos valores culturais da região, o que levou Eurico a inclinar-se para o terreno das pesquisas sociológicas...”. (1978, p. 44)



Na montagem do enredo da transição que leva ao declínio a civilização do pastoreio, dois aspectos chamam a atenção. O primeiro deles é que Eurico Alves, na sua tessitura explicativa, deixa de lado fatores ligados ao clima e à raça, distanciando-se portanto das formulações naturalistas. Ele agencia mudanças históricas ligadas ao processo de urbanização e industrialização, situando na raiz da inflexão fatos históricos como a Guerra de 1914, a implantação da República e a Revolução de 1930, acontecimentos em geral externos ao mundo pastoril. Depois, o que é uma marca característica do seu discurso, procura ressaltar diferenças entre o “sertão” e o “mar”. Eurico argumenta que os fatores que atingiram o sertão foram de ordem diversa do que se observou no canavial/Recôncavo. Para ele, por exemplo, a abolição da escravatura não afetou a economia pastoril, pois esta não dependia do trabalho cativo. No pastoreio, o trabalho era de todos, “tinha-se o trabalho como coisa elevada e não motivo de desdém de beijo arrebitado de branco indolente” (FV, p. 410). Acentua ainda ele:

Zombou o boi da fuga do escravo, que auxiliava a policultura nas adjacências dos currais. Desprezou, quanto o pode, o novo sentido de vida que a República instilou nos espíritos. Reação imóvel do silêncio apenas. Daí se verificar o declínio social do fazendeiro, propriamente, com a erupção do vulcão europeu [guerra de 1914], incendiando o mundo, completando o trabalho de sapa da República jovem com o grito alucinante de um urbanismo sem base própria. A indústria se prenuncia na cidade. Remígio de um começo de indústria tateante. Ruíram os últimos escrúpulos para a gananciosa carreira do enriquecimento ilícito. É bom chamariz a engorda. (FV, p. 412)

Para Eurico, aqueles acontecimentos seriam responsáveis pela metamorfose de hábitos que sacudiu a sociedade brasileira. Revelando certa nostalgia em relação ao Império<sup>40</sup>, época presidida pela moralidade, na qual a aura social do renome era mais importante do que a riqueza material, Eurico vê a República como detonadora do colapso do velho e tradi-

---

<sup>40</sup> Para Eurico, a avidez de ganho rápido somente infesta a roça depois de 1930. “Até então, a fazenda respirava a saudade moral do regime deposto em 89”. (FV, p. 413)

cional modo de vida brasileiro, principalmente na sua “segunda versão”: aquela que adveio com a chamada Revolução de 1930. Teria sido sob a sua sombra feminina e desprovida do prestígio da tradição que se alastrou a corrupção, a mercantilização, o espírito aventureiro do comércio, o desejo de enriquecimento e prosperidade material<sup>41</sup>:

No Feira Tennis Clube, no Clube de Campo Cajueiro, o luxo dos engordadores de agora, a vida fácil dos seus filhos endinheirados. Mas apesar de tudo, o ruralismo domina o ambiente até a nova República [1930]. A explosão do Serajevo auxilia esta história, que se completa com a quadra de trinta. Em 1914, humoristicamente conta Pierre Monbeig, ‘o Brasil parece que iniciou uma como mudança de pele, procurando substituir a velha túnica de colorido europeu pelos novos hábitos made in América’. Deve ser observado, entretanto, que esta mudança de pele à teiú não se restringiu unicamente ao Brasil e sim se alastrou a todo mundo. O universo inteiro auto-transformou-se. E assim se viu o sertão também modificado nos seus mais velhos hábitos. Mas este vento recrudescceu a sua violência sobre o sertão após a revolução outubrista. (FV, p. 417)

A referência um tanto desdenhosa aos novos atores sociais (os engordadores) e seus novos símbolos de status (os referidos clubes são fundados, respectivamente, em 1948 e 1962), evidencia um momento em que a transição de uma sociedade agrária e patriarcal para uma socie-

---

<sup>41</sup> Na crônica Comércio (BOAVENTURA, 2006), Eurico esboça como se desenvolvia a atividade comercial na Feira de Santana do final do século XIX e início do século XX. Tempo, segundo ele, de “comércio bom de verdade” (p. 74), em que não imperava o espírito mercantil, em que “se vendia até vergonha e honestidade”, em que os homens que negociavam (seu pai também era comerciante) “tinham enorme retidão e critério” (p. 75). Contrastando passado e presente, Eurico destaca a superioridade de outrora: “Tempo bom... Um contrabandista era coisa de história agitada de pirata dos mares. Um homem desonesto era assim como um leproso dos tempos bíblicos. Ficava isolado. Isolado mesmo. Nenhum homem de conceito queria aproximação com o marcado” (p. 80). Visão nostálgica, em que lamenta “que toda gente não tenha nascido nos tempos bons, de serenidade espiritual” (p. 83), serenidade talvez maculada pela presença de gente como Amadeu Sabak, proprietário da Padaria da Fé, “possuído, como bom descendente de judeus, da terrível e obsedante ânsia de enriquecer”. (p. 75)

dade mercantil já se completara. Eurico Alves, partindo desse presente, traça a linha evolutiva dessa mutação do regime pastoril, do declínio da região. Um presente desagradável, orientado pela lógica de produção capitalista, no qual o patriarcalismo dos fazendeiros fidalgos é substituído pelo comercialismo dos engordadores de gado, em que o espírito mercantil rompe com as ligações “afetivas” do fazendeiro com seu criatório e também com os vaqueiros e agregados:

Conta-se que a industrialização moderna da usina matou o lado humano do engenho. Desquitou o trabalhador da sombra amiga da casa-grande. Um fato. Na fazenda de engorda, a comercialização de hoje do boi separou o agregado e até mesmo o vaqueiro do coração da família patriarcal. [...] A afeição desapareceu no contato entre o fazendeiro e o empregado. Já não se interessa a casa-de-fazenda afetivamente pelas arribanas que lhe cercam a sombra. (FV, p. 161)

Eurico constata e critica as mudanças provocadas pela avançada moderna. Mutação que atinge duas culturas, a canaveira, denunciada por Gilberto Freyre, e a do pastoreio. Naquela, o patriarcalismo dos engenhos teria sido substituído pelo “burguesismo das usinas”; nesta, os velhos fazendeiros criadores foram abrindo caminho para o “engordador comercialista”. Em ambas as transformações, um mesmo efeito: perda do encanto e da beleza envelhecida dos solares e seus “séculos de assombrações”. Mas, com relação ao pastoreio, constata sobretudo a ruptura com o “halo da tradição”, com um tempo de glória, prestígio e honra que configuravam a dominação patriarcal:

Presentemente, uma nova onda de novos fazendeiros invade a portada de muito solar abandonado, morando, porém, na cidade, sem lhes dedicarem, os novos, o orgulho [e] amor dos velhos fazendeiros... Não se sente o reflexo do passado sobre o status do indivíduo... Aqui e ali muita gente passou a desamar os solares rurais, pela impotência espiritual da época em lhes alcançar o sentido místico da sua tradição, o encanto do seu silêncio respeitável e encanecido, emoldurado pela pátina leve do tempo, que rolou sobre seus telhados escurecidos agora pelo bafo frio

das noites, que vieram do fundo das idades envelhecidas. Desapareceu a paisagem humana que floresceu ainda no século passado e veio até os nossos dias, quando o sopro da grande guerra varreu da vida o encantamento das velhas páginas vividas. Hoje, invade o velho ambiente outra gente sem tradição nobilíssima, que morreu. É gente de hoje. Nascida agora. Apressada. Ansiosa. E sob a expectativa de que um novo Moisés lhe renove o milagre de, de logo, transformar a boiada em pá-de-ouro para sua sede de dinheiro, como se viu na Terra Santa. (FV, p. 418-9)

O arquivo de textos que compõe o discurso de Eurico Alves expressa um posicionamento frente ao conjunto de mudanças que se processa no cenário histórico brasileiro e seus impactos ou desdobramentos na Bahia e na “região” de Feira de Santana. Num momento em que se acentua a crise do poder oligárquico-coronelístico e de retorno das elites do Recôncavo, alijadas temporariamente do poder pela Revolução de 30<sup>42</sup>, ao comando da política baiana, seu discurso busca repor a “verdade histórica” da Bahia e do sertão. É um trabalho com a memória, de busca das origens, de reconstituição histórica, numa tentativa de reafirmação de sociabilidades e sensibilidades patriarcais ameaçadas pela ascensão da sociedade urbana e industrial. Um olhar para trás visando, através da história, recompor territórios existenciais, tentativa que, ao fim e ao cabo, desliza para a estratégia de legitimar e justificar certas práticas e estratégi-

---

<sup>42</sup> O recorrente acento negativo do movimento de 1930 talvez se explique pelo desarmamento dos coronéis (“Tece a crônica oral lendas e novelas sobre a vida cavaleiresca da gente que se escondeu no sertão, por completo, após a guerra de 1914, tendo movimentado alacrememente a vida das casas-de-fazenda. Gente que desapareceu com a revolução de trinta, quando se saiu aforçorosamente à cata de todo chefe sertanejo, para lhes tomar clavinotes e comblains, com que se defendiam das injustiças da ingrata cidade orgulhosa” diz ele em FV, p. 301, ideia reafirmada mais adiante: “A revolução de trinta, desarmando os coronéis e os campos, deu-lhes a tristeza de morte...”, p. 418). Na verdade, na Bahia, contrariando os princípios que nortearam a tomada de poder pelo movimento de 30, não se rompeu com o pacto oligárquico. Ao contrário, a intervenção de Juraci Magalhães teve como base de sustentação os coronéis do interior, embora sob novas bases. É possível especular também sobre o impacto da morte dos grandes ícones do coronelismo baiano: Horário de Matos, assassinado em Salvador no ano de 1931, e Franklim Lins de Albuquerque, que veio a falecer em 1944.

as de exercício do poder. Como afirma Albuquerque Jr. referindo-se aos *inventores* do Nordeste tradicionalista, entre os quais Eurico poderia ser perfilado:

A procura por uma identidade regional nasce da reação a dois processos de universalização que se cruzam: a globalização do mundo pelas relações sociais e capitalistas, pelos fluxos culturais globais, provenientes da modernidade, e a nacionalização das relações de poder, sua centralização nas mãos de um Estado cada vez mais burocratizado. A identidade regional permite costurar uma memória, inventar tradições, encontrar uma origem que religa os homens do presente a um passado, que atribuem um sentido às existências cada vez mais sem significado. (1999, p. 77)

Intercalando nacionalidade e tradição, lirismo e saudade, o discurso de Eurico Alves soluca a desagregação do mundo patriarcal, agrário e pré-capitalista. O destaque ao dado regional desdobra-se de um contexto de transição e crise, de perda de poder das elites regionais “sertanejas”, seja em razão do deslocamento do eixo econômico e político para o centro-sul do país, seja em decorrência da centralização do poder em torno do Estado, centralização reforçada pela chamada Revolução de 30. O esforço de reterritorialização tradicionalista se traduz em contestação por parte de uma elite aristocratizante que vinha perdendo força social e política. É isso que leva a uma revisão, à busca de um tempo perdido. Testemunhando o estremecer de uma ordem social, o discurso euriquiano expressa uma denúncia da perda de poder dos coronéis, do distanciamento do centro de decisões políticas, da ruptura histórica também no campo da cultura, na medida em que emergem novas sensibilidades e novas sociabilidades:

Na nossa zona, o eclipse do prestígio da fazenda, prestígio social e político, se origina do urbanismo, mormente após a primeira guerra mundial, do impulso comercial da cidade, quando a política sertaneja se firma decisivamente no eleitorado. Passam os pastores apenas a assistentes do espetáculo das cidades. É a vez da rua. O doutor chega com vontade. Declina-se a gerontocracia... O carro-de-bois deixa caminho aos fordecos de bigode, ou a um

escandaloso Mercedes, que, na segunda década do século, agitava as ruas da minha cidade. Outros nomes são motivo de conversa da gente austera. Ouve-se agora o nome de Ruy Bacelar, de Bernardino Bahia, Francisco Ramalho, Quintiliano Martins Júnior, João Mendes da Costa. Está ficando em arquivo a figura de João Manoel Alves de São Boaventura, ou de Izidoro Alves de São Boaventura, herdando o seu prestígio ao filho doutor, José Alves Boaventura, que quase se perpetua na presidência do Conselho Municipal. (FV, p. 412-3)

Eurico Alves evoca a história para tentar mostrar que no sertão estava o passado glorioso da Bahia, a fonte de tradicionalismo e reduto das nossas formações étnicas mais puras. Ao fazê-lo, impõe um movimento contrário ao das elites intelectuais e políticas do litoral/Recôncavo baiano, que elegeram como símbolo o passado do Recôncavo e seus valores aristocráticos (SILVA, 2000b; LEITE, 2002). Para ele, é preciso restituir a verdade histórica, examinando “face a face as duas figuras – o homem do pastoreio e o da cana, como fatores da economia nacional e construtores da base da nossa formação social” (FV, p. 230), comparando as civilizações do sertão e do litoral. Duas civilizações, dois símbolos: o chicote e a guiada. A aristocracia sertaneja, segundo ele, teria se formado na alegria do trabalho, segurando a guiada, “esperando o boi num assomo de masculinidade e coragem serena”. No engenho, ao contrário, vigorava a cadeira-de-balanço e vibrava o chicote como norma aristocrática (FV, p. 383). Aí teria se forjado uma elite caricata, despreparada:

O preparo dos que se dizem formar a nossa elite é diminuto. Frágil. Conheço dessa gente que se doutorou casualmente e nem um livro leu no espaço de dez anos, enquanto se dispunha a ganhar economicamente a vida, segundo espontânea confissão. Preparo por presunção. E conhecimento que mal chega para péssimos discursos de campanhas eleitorais, vazias de expressão e mentirosas. (FV, p. 89/90)

Na crítica explícita às elites do litoral, revela-se a melancolia frente à degradação dos costumes e a perda da tradição. Eurico Alves reage às novas sociabilidades que estão emergindo em decorrência da expansão da

vida urbana e industrial, das mudanças no sistema eleitoral e das melhorias nos sistemas de transportes e comunicações, transformações estas que fazem ruir a velha estrutura de dominação oligarco-coronelista:

E, no pastoreio, cristalizou-se, contudo na sua gente, a serena aristocracia do trabalho, aristocracia pastoril que a República forcejou esquecer inutilmente. Desta atitude negativa do novo regime político do país, a etiologia de tanta derrocada moral da sociedade. Sobretudo, no período que surgiu depois da revolução de 30, quando se pregou, principalmente pelo exemplo, a falta de atitudes como norma política, a coragem de mentir à palavra dada, de fugir do compromisso aceito, como meio de ascensão e de enriquecer, mesmo com falcatuas de toda parte. Fez acentuar a tendência inaugurada e implementada após a implantação da República. Sentiu, a malhada, o corrosivo efeito desta fase da vida nacional. (FV, p. 209)

Efeito corrosivo que atinge não apenas a malhada e a dominação patriarcal que ela representa, mas também o adro que lhe servia de moldura. A narrativa euriquiana também toma como objeto as mutações que vão dar nova fisionomia à cidade considerada ponto de confluência do sertão: Feira de Santana.

## **DESCARGAS DE ELETRICIDADE: UMA CIDADE EM MUTAÇÃO**

Tomando como referência a cidade de nascimento, Eurico Alves lança um olhar para o processo de urbanização que altera sociabilidades, coloca em cena novos atores sociais e econômicos e desloca o centro político e econômico do mundo rural para o urbano. As cidadezinhas e vilas, que antes apareciam como um “quadro para a apresentação da vida das fazendas além malhada”, como “a projeção elegante das fazendas, com a fixação das feiras de gado semanais” (FV, p. 394), como diz ele reportando-se inicialmente a São José das Itaporocas (atual distrito de Maria Quitéria) e depois a Feira de Santana, passam por transformações que as tornam

livres da dependência do campo, vão deixando de ser o palco de exibição do poderio e prestígio dos senhores da fazenda. Eurico atribui à mudança do solar para o sobrado, decorrência do urbanismo nascente, um dos motivos principais que levaram à transferência do poder político e econômico do meio rural para o urbano, por consequência, à decaída da dominação senhorial:

A decadência da projeção social e política da fazenda surge de ter o centro econômico se deslocado do solar para o sobrado, para o comércio. Sobrado como ressonância do solar. A rua nunca seria o plinto para uma mansão do tipo rural, daí se procurar o sobrado ou casa alta. [...]. A rua do ABC – avenida de chácaras e mais chácaras – era agradável e repousante miniatura das fazendas apagadas á distância. Com a vinda de algumas famílias rurais para a vila e para a cidade, depois da Grande Guerra de quatorze, não é propriamente decadência das fazendas que se registra e sim da auréola de prestígio social e mesmo econômico que a cercava. (FV, p. 415-6)

No centro dessa região, uma cidade, considerada a melhor projeção da sombra da casa-de-fazenda, a extensão mais expressiva do domínio patriarcal. Embora quase sempre afastado de sua cidade natal por razões de ordem profissional<sup>43</sup>, Feira de Santana é referência central na escritura de Eurico. Com razão, destaca Juraci Dórea o lugar privilegiado que a cidade ocupa em poemas, crônicas e ensaios:

Feira de Santana é compreensivelmente, na obra de Eurico Alves, tema essencial e recorrente. Primeiro, porque ele tinha pela terra natal uma paixão incontrolável, um amor sem medidas. [...] Segundo, por ser a Feira de Santana de Eurico Alves uma cidade idealizada, uma cidade que ele revela a partir de um processo de arqueologia sentimental, onde se mesclam realidade, memória e poesia. (DÓREA, 1999, p. 71)

---

<sup>43</sup> Conforme Dórea (1999, p. 72-3), Eurico Alves exerceu a magistratura em diversas localidades baianas: Capivari (atual Macajuba), Tucano, Riachão do Jacuípe, Poções, Canavieiras, Alagoinhas, Vitória da Conquista e Salvador.



Terra natal e dos Alves de São Boaventura, “cujas raízes se confundem com a história da cidade” (DÓREA, 1999, p. 72), lugar de encontro de referências familiares, espaço de reminiscências da infância e da meninice. Também cidade-origem, presente de Deus e dos vaqueiros (BOAVENTURA, 2006, p. 101), tomada ao mesmo tempo como portal de entrada e cabeça de uma região, lugar-Capital do mundo sertanejo, modelo e espelho para outras que compõem aquele cenário<sup>44</sup>. Feira de Santana é a cidade-síntese, pois lugar onde tradição, memória e identidade se tocam e se entrelaçam, porque contexto a partir do qual Eurico exercita o seu pensar/sentir e tece a sua rede de significados.

Grande parte da produção discursiva do autor, em especial daquela elaborada a partir do seu retorno ao mundo do sertão, em 1933, tem como cenário Feira de Santana. Também se destaca na obra de Eurico Alves o empenho no resgate da história da cidade e a luta pela preservação de uma memória social do pastoreio que gravita em torno dela. Ainda segundo Dórea, “pode-se até discordar dos conceitos e pontos de vista defendidos pelo poeta, mas não se pode negar o mérito de sua obra como contribuição para o estudo da paisagem e das gentes do sertão”. (DÓREA, 1999, p. 73)

Através dos seus escritos, é possível acompanhar um olhar sobre as alterações na fisionomia urbana, nas relações sociais, de trabalho, na vida cotidiana, como também dos impulsos modernizadores que sacodem a paisagem da cidade. Transformações que põem em xeque construções identitárias e ameaçam as velhas hierarquias, passíveis de serem observadas no próprio itinerário desse olhar, que vai deslizando de uma posição eufórica e ufanista para um sentimento progressivamente marcado pela

---

<sup>44</sup> Essa centralidade, ao que parece, não é uma questão apenas de bairrismo, mas decorrente da posição de destaque que a cidade vai ganhando no cenário baiano, ficando atrás apenas da capital do Estado, Salvador. Também pelo aspecto simbólico como centro da civilização pastoril, pois historicamente posicionada como lugar para onde convergia todo o sertão, compreendendo além dos atuais estados do Nordeste, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso. A proeminência de Feira de Santana, largamente destacada em Fidalgos e vaqueiros, é também cantada em verso, como no poema *Canção da cidade adolescente* (“Na palma da tua mão anda o destino das tuas irmãs, minha lírica cidade”), e prosa, como se pode ver na crônica *Cartas da serra II* (BOAVENTURA, 2006): “E aqui, na nossa cidade do planalto, teria a gente meios de começar a escrever esta história [do sertão]”.

disforia. Inicialmente, de certo orientado pelos princípios do “tradicionalismo dinâmico”, Eurico vislumbra uma cidade que avança equilibrando-se entre a tradição e a modernidade, o velho e o novo, o passado e o presente, como se pode observar nos fragmentos do poema *A canção da cidade amanhecete* (1937), reproduzidos abaixo:

Feira de Santana, minha cidade adolescente!

Entre a fidalga melancolia das ruas aristocráticas  
e o alegre movimento do bairro comercial,  
há vivo rumor que se espalha pelas suas ruas largas e retas como  
gargalhadas ao sol,  
encantadora polifonia de sibilinas sirenes serrando a  
carne morena das distâncias,  
latejar e choques de lépidas máquinas velozes, velocíssimas,  
rodando, correndo, avançando,  
febril alarido de vozes tumultuosas,  
trauteando a canção triunfal da alegria.

Vozes de longe, de outras cidades perdidas no sertão e de cidades  
do mar,  
vozes desconhecidas, vivendo na algaravia musical das ruas da  
minha lírica cidade;  
vozes comerciais planejando negócios, calculando despesas,  
vozes rudes dos sertões bravios e longínquos,  
canariando rua boca besuntada de sol  
[...]  
vozes do norte, do sul, do centro, de todas as terras produtoras  
em volta  
e, sobretudo,  
bailando no ar aromal da cidade adolescente,  
a voz sonora dos bairros elegantes, das vivendas de luxo dos jardins  
floridos.  
Colorido vozeirão da cidade amanhecete!

Mesclando realidade e projeção antecipatória, Eurico descreve uma cidade onde parece conviver em harmonia duas temporalidades. Com propriedade, Olivieri-Godet chama a atenção para o desejo de síntese harmônica que se apresenta na representação poética da cidade, embora não seja desprezível o relevo posto na “voz sonora dos bairros elegantes e

vivendas de luxo”, o que sugere uma ideia de mudança capitaneada pela tradição:

O que nos parece mais significativo nessa encenação moderna de sua cidade é o fato de o autor fazer conviver, na heterogeneidade das imagens, o mundo rude do sertão e os símbolos da modernidade. No encontro desses aspectos consistiria a modernidade desejada da cidade. Os versos do poema constroem a utopia de um espaço que reconcilia rural e o urbano, o sertão e o mar, o Brasil colonial, fundamentalmente agrícola e pastoril e o Brasil moderno, comercial e industrial. (1999, p. 34)

Seja como for, a perspectiva de conciliação, a busca de consonância “entre a fidalga melancolia das ruas aristocráticas e alegre movimento do bairro comercial” não resiste por muito tempo. O que parecia potencialidade no amanhecer da cidade, na “poesia da madrugada do seu destino”, vai tomando uma direção e uma feição distintas do que sonhava o poeta. Com certa dose de mal-estar, Eurico retrata em escritos posteriores uma Feira de Santana em mutação acelerada<sup>45</sup>. A população cresce, aumenta o número de imigrantes, os meios de transporte e comunicação interligam-na com a capital e o interior do “sertãozão”, transformações urbanísticas modificam o mapa e a arquitetura física e social da cidade, acentuando a linha divisória entre o rural e o urbano. Antes “um claro sorriso de tranqüilidade”, a cidade se movimenta com rapidez, de “uma hora para outra”, como diz ele na crônica *A velha e a nova cidade*<sup>46</sup>:

---

<sup>45</sup> Popino (1968) e Freitas (1998), destacam o crescimento populacional urbano de Feira de Santana no período em questão, especialmente a partir dos anos de 1940, quando a cidade se torna um movimentado entroncamento rodoviário.

<sup>46</sup> Não conseguimos precisar a data desta crônica. Considerando o tempo referido, talvez a partir do olhar da memória, pode-se notar que Eurico não está sozinho na percepção das transformações urbanas de Feira de Santana. Hugo Navarro, em carta ao falecido poeta Aloísio Rezende, publicada no jornal *A Folha do Norte* de 12/01/1951, destaca as mudanças que passam a habitar a cidade. Diz ele, “A tua cidade, bisonha, e, certamente, com algo de pitoresco e de romântico à época em que viveste, derramou-se, esbateu-se sobre o planalto com o afã de quem tem um encontro com o progresso. Os palacetes alinham-se como nunca se alinharam. Rasgaram-se avenidas, tentáculos gigantesco que parecem querer abarcar a orbe. [...] A população sofreu extraordinária mudança. Há nortistas e nortistas, com todos os sotaques e todas as peixeiras”.

E mal se consegue atualmente passar pela Praça João Pedreira, a do Comércio, com tanto carro estacionado nos dois lados e outros em movimento atribulado.

Até a quarta década do século metamorfoseava-se a velha cidade provinciana, em lenta sugestão de Capital minúscula. Em 1940, daí para a frente, todavia, operou-se repentina transformação aqui na vida urbana. Como seguro petardo de progresso da noite para o dia, o comércio sacudiu a cidade. Ondas e mais ondas de nortistas, de nordestinos sobretudo, (...) por aqui batiam. Outra já era a linguagem ouvida pelos cantos de rua, no meio das praças, no campo-de-gado, até mesmo na então heráldica e orgulhosa Avenida Senhor dos Passos. Elogiavam-se ou saudavam-se os arrivistas com expressões envoltas de poeira quente: Cabra da peste! Cabra da bicha! Filho da gota serena! E aqui o burburinho de sombras saltando de paus-de-arara de auto-ônibus de longe, de muito longe.

A maioria dos que pulavam dos carros se enquista na cidade, se ajeita no comércio. Acomoda-se depois, na sociedade, em tudo. Vira até doutor. [...]

Agitou-se a cidade.

Carros pesados atravessam o horizonte novo com buzinas estridentes [...]

E os velhos patronímicos conhecidos, Carneiro, Dias de Carvalho, Macedo, Simões, Portugal, Caribé, Alves Boaventura, Ramos, Rebelo de Figueiredo, Bahia, Santos Silva, Ferreira de Oliveira, Barbosa, Mendes da Costa, Marques Cerqueira, Martins da Silva estão agora caminhando ao lado de outros cognomes recentes e bem diferentes, vindos lá de longe. [...]

Vamos passeando pelas velhas ruas da cidade, da antiga cidade, que foi o encanto de muita gente que ficou no passado, e que se partiu desse mundo. De onde e onde a interjeição de desconhecido nome: Quem é? É um pernambucano. Belo palacete! É de um paraibano. Boa loja! É de um cearense. Bem sortido armazém! É de um alagoano.

Bela chácara esta de outro nortista... Reaprende-se aqui a corografia brasileira, a evocação do lugar de origem de tanta gente,

que aqui veio endinheirar-se, ajudar a enriquecer de novo a velha paisagem. (BOAVENTURA, 2006, p. 84-5)

De forma semelhante ao desenho traçado para representar o declínio da aristocracia rural e seus símbolos de poder, essa cartografia urbana também traz as marcas dos efeitos corrosivos do tempo. O poeta-ensaísta passa a ser um espectador atento e angustiado do doloroso espetáculo das transformações urbanas da “sua” cidade. A paisagem física e social da outrora pacata e silenciosa Feira de Santana<sup>47</sup> vai sofrendo os influxos da modernidade. A cidade cresce, se agita, os chalés e as chácaras aristocráticas, “meridianos sociais da [sua] meninice” (BOAVENTURA, 2006, p. 86), vão sendo destruídos. Novos projetos civilizatórios são postos em movimento, cuja tônica é o paulatino apagamento dos traços da cultura camponesa ligada ao mundo pastoril<sup>48</sup>. Eurico estranha as novas relações sociais que se estabelecem, agora mediadas pelo dinheiro, a mercadoria, o cálculo racional e frio do lucro. Em uma de suas crônicas, *A paisagem urbana e o homem*, o poeta lança um suspiro de indignação frente à ruptura das ligações afetivas e orgânicas entre as pessoas, relações que vão sendo substituídas pelo individualismo, pelo utilitarismo e pela impessoalidade

---

<sup>47</sup> Pelas lentes da memória, contrapondo-se à nova fisionomia urbana, Eurico sempre reativa a imagem de uma Feira de Santana de outrora, pura, inocente, pacata e silenciosa, dotada de clima especial e habitada por gente sincera: “cidade do silêncio e da melancolia”, título de uma crônica publicada em 1932. (BOAVENTURA, 2006, p. 46-52)

<sup>48</sup> Os trabalhos monográficos de Clovis Frederico de Oliveira (2000) e Aldo Morais Silva (2000a) mostram como um ideal de cidade civilizada foi sendo gestado em Feira de Santana na primeira metade do século XX. Embora divergindo na abordagem e perseguindo problemáticas distintas, os autores convergem quanto à centralidade do comércio como elemento articulador da construção de um ideal de progresso e civilidade. Silva discute o abandono da representação de Feira de Santana como cidade de “sã natureza”, em virtude da especialidade do clima, para “uma visão da cidade como espaço civilizado e progressista, cuja expressão mais concreta seria a maximização de suas potencialidades comerciais” (p. 8). Oliveira, por sua vez, procura se deter nos “movimentos de negação do passado de feira de gado da cidade”, demonstrando como os novos padrões civilizatórios trazem como marca a busca de apagamento de uma memória ligada à tradição rural. Para ele, a ideia de uma nova “urbe” foi forjada em um espaço de conflitos, destacando-se o combate às “heranças da cultura negra, [a]os vaqueiros e outras formas de ação que lembrassem o passado pastoril da cidade”. (p. 18)

que caracterizam as sociabilidades burguesas. Já saudoso de um tempo que corria sem pressa, “aristocraticamente sem pressa”, de uma época privilegiada, em que a aristocracia comercial se reunia para a “alegria de sorrir”, seu discurso agora se configura como registro de reação às novas vagas de modernidade que vão sendo instauradas em Feira de Santana:

Cadê a paisagem tão amiga e a humanidade que a movimentava?. Hoje, a vida é uma descarga de eletricidade. Não há mais um fardo, um caixote junto aos balcões amigos... para a prosa da tarde. Há cafés. Paga-se antes de tomar os cafés. E café em pé, apressado. Paga-se com uma ficha antes de receber a xícara. Conversa-se nas portas dos cafés do mundo todo. Entabulam-se negócios, firmam-se promissórias bem gordas, ao tempo em que o café é servido. Criam-se e desfazem-se patrimônios ali.

Fala-se muito. Só não se criam aquelas velhas amizades, que as antigas palestras alimentavam. Fazem-se conhecimentos, mas que um aval qualquer desfaz. É pena... (BOAVENTURA, 2006, p. 95)

Esmaece a euforia inicial sobre o destino da cidade. Um tom pessimista vai ganhando acento. O descontentamento e desencanto com relação às alterações na fisionomia da cidade e, ao mesmo tempo, às novas sociabilidades que emergem nesse processo de mudanças tornam-se um traço marcante no seu discurso. Em uma das suas *Cartas da Serra*, Eurico já vislumbra uma cidade “desnaturada” pela inclemência dos novos tempos. Cidade que vai ganhando ares de metrópole, deixando de ser lenta sugestão de Capital minúscula. Evocando um tempo em que Feira de Santana “não passava de agradável alegoria de sutil poema de Francis James” (BOAVENTURA, 2006, p. 102), pois guardava aspectos de uma fazenda sertaneja, ainda bastante arborizada e com suas “sonolentas” chácaras aristocráticas localizadas no amplo e comprido ABC, Alves ressentia-se de um processo de urbanização que desfigura a cidade, fazendo-a perder a sua beleza original, seu “sentido de estesia”; queixa-se dos traçados arquitetônicos de inspiração estrangeira que, com seus “mostrengos de cimento, a que se dá o nome pomposo de casa”, violentam as características ecológicas da região:

Mudaram-se os tempos. Já Feira de Santana de hoje é uma sugestiva ilustração de nervoso verso de Émile Verhaeren, ou a reticência de um trecho de *Toda América*, de Ronald de Carvalho. Dinamismo, vida nova, movimento e movimento. Nunca se poderá mais dizê-la “Cidade do Silêncio e da Melancolia”. Foi-se esse tempo... Carros, autocaminhões, ônibus sacolejando a paisagem, grita de buzinas vigorosas, alto-falantes desmentem esta legenda. Que coisa diferente!... Edifícios que sobem vaidosos pelos músculos seguros de seis e sete andares. Lá virão histórias de direito de condomínio. Lá virá problemas de vizinhança num prédio só. (BOAVENTURA, 2006, p. 102)

No gesto de protesto frente à modificação da paisagem urbana, delinea-se sobretudo o avanço de uma cidade cuja nova fisionomia vai se construindo sobre os escombros de uma velha ordem e seus símbolos. Alterações que vão lançando para os subterrâneos da história antigas tradições e colocando em risco uma memória e uma identidade tecidas em torno do lugar. História que começa a ser construída a partir de novos signos e novos mitos de origem, ameaçando de apagamento a “legenda gloriosa do passado pastoril”<sup>49</sup>. Tal qual um relâmpago social, emprestando do próprio autor uma imagem sobre a guerra de 1914, a cidade há pouco amanhecendo já vai encontrando o seu crepúsculo, quando não a sua noite.

É diante desse perigo, e em razão dele, que Eurico, procedendo da mesma forma que em relação à ameaça de desaparecimento da paisagem rural, reclama pela presença de sociólogos e folcloristas que estudem, interpretem e classifiquem a cidade, sua vida, as “sombras” e os “segredos” do seu passado (BOAVENTURA, 2006, p. 87-8). Também aqui, ele próprio, no gesto criador da escritura, assume o lugar de redentor e revelador dos sinais de um tempo ameaçado de dissipação. Itinerário lírico, atravessado pelo desejo de trazer de volta um passado nostálgico e idealizado; cartografia amorosa de antigos territórios sociais e existenciais

---

<sup>49</sup> Sobre os mitos de origem de Feira de Santana, ver Andrade (1990), Oliveira (2000), Silva (2000a). Importa observar que Eurico se contrapõe à história (re)inventada a partir da ênfase na localização geográfica de Feira de Santana, por conseguinte ao papel atribuído à condição de entroncamento comercial.

que foram sendo revolvidos e soterrados pelas transformações históricas que sacudiram a paisagem urbana e social da cidade.

Oscilando entre a história e a memória, entre a transformação e a continuidade, entre a modernidade e a tradição, Eurico elabora representações de uma região e de uma cidade-símbolo, Feira de Santana. Representações que apontam para um embate pela permanência física e social da paisagem sertaneja/pastoril. Na verdade, uma luta pelo espólio das suas ruínas. Daí a prescrição para que se criem e preservem lugares que lhe sirvam de suporte: os museus, os arquivos, o registro escrito, os vestígios e monumentos que materializam e dão guarida ao passado. Receituário que incorpora a preservação do patrimônio arquitetônico rural, das “respeitosas ruínas do passado pastoril” que simbolizam a pujança de uma região:

Precisamos reavivar e salientar a nossa paisagem. E com urgência devemos providenciar para que a velha paisagem não se aniquile, nem ao menos se enfraqueça, ante o movimento, dinamismo criador e efervescente da hora atual. Porque, no passo em que se vai, dentro em pouco, teremos canhestra miniatura de uma paisagem estrangeira, mal acomodada ao quadrante sertanejo. (BOAVENTURA, 2006, p. 178)

Prescrição que se estende aos registros que compõem a memória paisagística e histórica da cidade, que atestam uma origem, uma tradição, um tempo outro sobre o qual se assentaria o desenvolvimento atual. “Feira de Santana não é só a balança do gado, nem a roça de algodão, nem o trapiche de fumo. Nem só a Mesa de Rendas. Feira de Santana é mais do que isto tudo”, verbera Eurico em carta-crônica – *Carta da serra I* “publicada no jornal *A Folha do Norte*, em 1960, e endereçada ao então prefeito e amigo Arnold Silva, que retorna ao poder “inspirado pela legenda gloriosa do nosso passado” (BOAVENTURA, 2006, p. 103). Alimentando, talvez por isso, um fio de esperança, sugere que seja feito um “avanço verde” na cidade, aproveitando-se de plantas rústicas e primitivas da região. Argumentando não ser necessário “apelar-se para a sensibilidade decorativa de Burle Max”, defende que os jardins sejam feitos com



plantas adaptadas ao ambiente: alecrins, mandacarus, licuris, bromélias, gravatás, etc., de forma que a paisagem “permaneça sertaneja”:

Amigo Arnold Silva, você que lê a crítica dirigida aos que procuram imitar costumes de países e terras diferentes, que sabe como é ridículo o escotismo de muita gente, faça a nossa paisagem permanecer sertaneja. Bem sertaneja, emoldurando os suntuosos arranha-céus, coisa que se encontra em todo canto, desde os que encantaram Paul Morand, até os da nossa Capital. Com os nossos parques, as nossas plantas matutas, os visitantes terão algo que ver aqui chegando. (BOAVENTURA, 2006, p. 105)

Persistência do sertão, ameaçado de perder sua genuinidade brasileira, salvar o “espírito” da cidade, a sua sertanidade, lentamente corroída pelos novos tempos, garantir a “verdade” da “terra”, seus autênticos valores culturais. Na inquietação diante do sepultamento contínuo e acelerado do passado, vão-se definindo dimensões do projeto do poeta-ensaísta. Frente à ameaça de dissolução da paisagem sertaneja, recorre à história e à memória como exorcizadores dos fantasmas do presente; evoca imagens de um passado de tradição, tentando recompor a harmonia e o equilíbrio perdidos com a novolatria e os “arreganhos de modernidade absoluta” (BOAVENTURA, 2006, p.180). Na tentativa de fazer ouvir essas vozes do passado, “vozes que murmuram nas sombras” (FV, p. 329), a escritura euriquiana pretende prolongar o passado no presente. Faz da história um ancoradouro da memória.

## HISTÓRIA E MEMÓRIA: UM LUGAR DE ENCRUZILHADA

Talvez não soe exagerado afirmar que história e memória são vias paralelas de acesso ao passado, partilhando assim um mesmo campo e muitas vezes a mesma tarefa: fazer lembrar, bloquear o esquecimento. Mas tal partilha, em geral, não passa de uma semelhança de superfície. A idílica imagem do Monte Parnaso, onde a bela musa Clio, filha de Zeus com Mnemósine (a Memória), segura nas mãos o estilete da escrita e a trombeta

da fama, pertence ao mundo atemporal dos mitos (PESAVENTO, 2003). No mundo humano, a relação entre mãe e filha parece marcada pelo estranhamento e mútua desconfiança. Não raro, pelo antagonismo. Aprendemos a algum tempo que o passado é um território contestado, que ele não é uno, nem fixo, menos ainda neutro, mas está sujeito a manipulações e deformações. Os acontecimentos históricos valem muitas vezes pelas bastardias que eles prometem. Razão porque o passado é sempre conflituoso, um campo de apropriações em disputa, para ele convergindo pontos de vista distintos e diferentes formas de narrativa.

Enquanto humanos, somos seres de história e de memória. Lembramos. E esquecemos. A despeito da nossa vontade, o passado anda sempre espreitar o presente, sendo preciso levar em conta as historicidades da relação com o tempo. História e memória não são algo natural e acabado, mas um rebento do seu tempo, o que requer considerá-las nas diversas formas que adquirem em configurações sociais e históricas específicas. De fato, são diversas as modalidades de produção de referenciais passados, dos termos e conceitos aplicáveis a essa produção. Pode-se, conforme Júlio Pimentel Pinto,

falar genericamente em construção de identidades, ou, como prefere Eric Hobsbawm, em invenções de tradições, para descrever a criação de marcas que, hipoteticamente surgidas do passado, justifiquem inserções na realidade presente; ou em comunidade imaginária – bonito termo trazido por Benedict Anderson – que trata das imagens coletivas que o presente oferece ao passado, atribuindo sentidos ao que não necessariamente tem no momento de ocorrência. Ou, talvez, se deixar guiar pela matriz benjaminiana que fala do acúmulo de detritos que as representações vão impondo à história passada e quanto se vai ficando distante da efetiva experiência vivida à medida que os vencedores de todas as épocas seguem o seu cortejo triunfal. E por esse mesmo caminho, pode-se chegar à noção de memória histórica [...] preocupada com o resgate das falas sepultas de projetos condenados à dimensão do silêncio pela teia do fato que o sucesso de seus adversários políticos construiu. Também é possível falar num mundo exclusivo de discursos e de uma história que, dissolvida em historiografia, vive segundo o primado do texto

e onde memória e história não se diferenciam mais. Finalmente, é cabível recusar essa mistura, definir com precisão o que se entende por história e o que se concebe como memória e identificar cuidadosamente esse movimento de constituição de referenciais passados justificadores do presente por meio da localização – física ou imaginária – de lugares de memória. (PINTO, 1998, p. 289-290)

Construir ou preservar registros indicadores de uma identidade e uma tradição, romper com o silêncio e o esquecimento a respeito da comunidade sertaneja (ela própria imaginada), imprimir, através da memória, o passado como permanência, catalogando os lugares da sua presença e procurando demarcar espaços para sua celebração e culto, são elementos constitutivos da “teia dos fatos” que configura a estetização euriquiana. Portanto, ela pode ocupar as várias molduras. Difícil também estabelecer um limite preciso entre o que nela vem a ser história e o que pode ser identificado como memória. Situada na fronteira porosa entre a história e a ficção, mescla de vivência – concreta e imaginária – e operação intelectual, a escritura de Eurico talvez possa receber um enquadramento de interseção: história-memória, tomando de empréstimo um termo utilizado por Pierre Nora (1993) para identificar um estágio intermediário entre a história, entendida como atividade crítica e deslegitimadora do passado vivido, e a memória, que atuaria no sentido contrário, assumindo o papel de discurso legitimador do passado. História-memória, pois ancorada na percepção de que o passado não é verdadeiramente passado, de que um esforço de lembrança pode ressuscita-lo, na qual o presente torna-se, “ele próprio, a sua maneira, um passado reconduzido, atualizado, conjurado enquanto presente por esta solda e por esta ancoragem”. (NORA, 1993, p.19)

Este enquadramento demanda uma melhor explicitação, trazendo para a discussão alguns especialistas. Evidente que podemos considerar que história e memória guardam diferenças entre si, apesar de possuírem um substrato comum e evocarem a mesma dimensão temporal, o passado. Maurice Halbwachs (1990) assinala que a memória social (ou coletiva) é da ordem do vivido física e afetivamente por um grupo ou comuni-

dade. Implica desse modo no sentimento de pertencimento grupal e também um modo de relação com o tempo. A memória, segundo ele, mantém uma linha de continuidade entre passado e presente, retendo daquele apenas “aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém” (HALBWACHS, 1990, p. 81). Assim sendo, é possível sublinhar a distinção entre aquelas duas formas de relacionamento com o passado. Para Halbwachs, a memória social finda quando não há mais suporte de um grupo, iniciando-se a partir daí a história. A própria expressão memória histórica seria inadequada, já que agrega dois termos antagônicos em diversos aspectos. Com o desaparecimento do grupo, diz ainda ele, a única forma de preservar as lembranças “é fixá-las por escrito em uma narrativa [...], uma vez que as palavras e pensamentos morrem, mas os escritos permanecem”. (p. 80)

As reflexões do sociólogo francês, publicadas em 1950, vão ser retomadas e ampliadas pelo historiador Pierre Nora a partir da década de 70 do século passado. Procurando explicar o desejo de memória que caracterizaria o mundo contemporâneo, Nora contextualiza modificações históricas que estariam na base do sentimento de ruptura com o passado e da ameaça de perda das identidades. A mundialização, decorrente das revoluções modernas e impulsionada pela rapidez dos meios de comunicação de massa e pela expansão do mercado capitalista, teria provocado a alteração do tempo e, desse modo, a aceleração da história:

Aceleração da história. Para além da metáfora, é preciso ter a noção do que a expressão significa: uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa desaparecida – uma ruptura de equilíbrio. O arrancar do que ainda sobrou de vivido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição do ancestral, sob o impulso de um sentimento histórico profundo. (NORA, 1993, p. 7)

Para Nora, essa rapidez da história, onde a duração do fato vincula-se à duração da notícia, marcada pela produção incessante do novo, produz uma ruptura com o passado, deixando a sensação de que vivemos em um presente contínuo e povoado de incertezas a questão da identidade.

O desejo de memória, diz ele, “a curiosidade pelos lugares onde [ela] se cristaliza e se refugia, está ligada a esse momento particular da nossa história”. (1993, p. 7)

O historiador francês também distingue história e memória, revelando ângulos de aproximação com o pensamento de Halbwachs. Também para ele a memória está ligada à realidade vivida e aos grupos que lhe dão suporte. Havendo registro, distanciamento, problematização e crítica, não se está mais dentro da “verdadeira memória”, mas dentro da história:

Memória e história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é sempre reconstrução problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque afetiva e mágica, a memória [...] se acomoda a detalhes que a confortam [...]; a história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna prosaica... (1993, p. 9)

Júlio Pimentel Pinto, analisando o lugar da memória na obra de Jorge Luis Borges, também discute as relações entre história e memória. Estabelecendo um diálogo teórico com os autores supracitados, reitera o caráter opositivo entre as duas formas de lidar com o passado, identificando um parentesco maior da memória com a ficção do que com a história:

Mais do que pura representação, a memória afirma-se diferentemente da história pela capacidade de assegurar permanências, manifestações sobreviventes de um passado muitas vezes sepultado, sempre isolado do presente pelas muitas transformações, pelos cortes que fragmentam o tempo. Memória

como lugar de persistência, de continuidade, de capacidade de viver o hoje inexistente. Ao realizar essa projeção do passado no presente, identificando as marcas de uma continuidade pouco notável, a memória nega a alteridade de que a história sempre trata: onde a história encontra diferenças, a memória produz semelhanças, lógicas, regularidades. Inventa-se assim o mesmo, o igual, para sublinhar a identidade que na passagem de uma temporalidade a outra se perde. O tempo não é, para a memória histórica, algo a ser simplesmente reencontrado: para a memória – nascida dessas perdas – nunca houve perdas, nunca houve cortes. O tempo costurado é mostrado uno, sem fissuras, sem obstáculos em sua trajetória. (PINTO, 1998, p. 292-3)

Delineia-se, dessa forma, com clareza, a oposição entre história e memória. Dicotomia rígida que, no caso de Nora, e cujos ecos encontramos em Júlio Pimentel, toma como referência uma dada conjuntura intelectual, marcada pelo advento de uma história-historiografia, que “se empenha em emboscar a si mesma”, examinando criticamente o seu próprio fazer, os mecanismos de elaboração do seu discurso, introduzindo assim a “dúvida no coração, a lâmina [crítica] entre a árvore da memória e a casca da história”. (NORA, 1993, p. 10)

Esta distinção, porém, não se aplica ao discurso de Eurico Alves. Seus escritos passam ao largo dessa história irreverente e iconoclasta. No seu discurso aparecem amalgamadas história e memória, aquela em geral sendo posta a serviço desta. Na reconstituição do passado do pastoreio, o racional e o afetivo caminham de mãos dadas. Embora tentando revelar o passado “tal qual aconteceu”, Eurico lança mão da memória do grupo como campo de referência pessoal para tecer a representação. Não se trata, portanto, de escrita impessoal, pois remete para o pertencimento a um grupo social e para a apropriação de um tempo significativo, para um jogo de lembranças e esquecimentos situados ou extraídos na ordem do vivido. Concomitante ao trabalho de instituição da paisagem sertaneja registra-se o próprio traçado da tentativa de preservação de uma memória e de uma identidade em vias de desaparecimento. A escritura expressa uma vontade de passado, de memória, deixa sinais da intensa busca de exorcizar os fantasmas das mudanças que assolam e assombram a “sua

região”, e por conseqüência a sua cidade de origem. É nesse sentido que Eurico Alves pode ser perfilado como um homem-memória, ao mesmo tempo historiador e memorioso. Ele se utiliza da história para ocupar o lugar de guardião da memória e das tradições sertanejas. A circulação pelo mundo de Clio é uma fórmula encontrada na luta para deter os apagamentos provocados pelo que ele chama de avançada moderna. Eurico se aproxima da história com o intuito de preservar a memória como força salvadora das contingências do tempo, revelando-se nessa operação uma forma de recusa ao que se convencionou chamar de modernidade. Enquanto discurso ancorado na tradição, toma “a história como lugar de produção de memória, como discurso da reminiscência e do reconhecimento” (ALBUQUERQUE JR., 1999, p. 79). Discurso que tenta paralisar a história, expressando o desejo de prolongar o passado no presente.

Seus textos trazem esta marca de ambigüidade, pois ao mesmo tempo em que mergulha na história, acentua a percepção de uma paisagem em ruínas, dos escombros de uma ordem social. No acompanhar a curva de decadência da sociedade patriarcal, emerge a consciência do caráter corrosivo do tempo, das mudanças históricas que fizeram sucumbir a aristocracia dos currais. Eurico Alves parece perceber a historicidade das coisas do mundo, enxerga a história enquanto descontinuidade, o caráter provisório e mutável que ela comporta. Nos registros poéticos dos anos trinta e também nos seus ensaios e crônicas das décadas seguintes, é visível o embate contra a face irônica e iconoclasta do tempo. As percepções capturadas pelo olhar sensível do poeta e transformadas em matéria poética, migram e são re-trabalhadas na prosa, seja ela literária ou de cunho mais histórico e sociológico. Em *Fidalgos*, por exemplo, em tom melancólico e transcendental, pronuncia ele a sua “elegia das sombras que adormecem”. Com ternura e tristeza, anuncia o declínio de uma civilização, a pastoril, civilização que, utilizando uma das suas belas imagens, vai “afundando-se nas cinzas dos dias desaparecidos”:

Como os homens, as regiões, as culturas têm destino que se igualam. [...] Apagam-se e se renovam os dias. Passam, caem as duas decúrias iniciais do século. Começa a paisagem a chorar a

desolação de alguns solares rurais, frente ao novo prestígio da vida urbana. Novo ritmo de vida marca o destino da região. Despovoam-se algumas fazendas de alguns aristocratas, a pouco e pouco, completado o êxodo com a guerra de quatorze. (FV, p. 409)

Embora possa ser sublinhado o caráter reativo à ameaça de perda de uma identidade individual e coletiva, não se observa, no plano da articulação discursiva, a operação com a idéia de um tempo uno, sem fissuras. Eurico fala de dentro da memória, mas também se projeta para fora dela. Esclarece uma posição situada no furacão de uma descontinuidade. Diante de uma tradição que sucumbe, Eurico procura preservá-la enquanto memória, agora legitimada pelo discurso historiográfico. Sua obra expressa esse desejo de permanência do passado no presente. Passado glorioso, que deve ser primeiramente reconhecido, seja pelo sertanejo, seja pelo cidadão. Depois deve ser cultuado, sendo tomado como exemplo pelas gerações futuras. No combate ao esquecimento e ao silêncio lançados sobre mundo da pastorícia, Eurico extrapola os círculos restritos do debate intelectual, reclamando para os de sua região, em especial as elites, intervenções no sentido de uma ação cultural e pedagógica.

Nessa tentativa de entrelaçamento da história com a memória insinua-se a busca de cicatrizar as feridas do tempo, uma estratégia de sobrevivência emocional frente ao rápido desaparecimento da tradição. Eurico Alves faz (e pede que seja feito) o inventário dos lugares onde o passado se encarnou, elege os símbolos que o caracterizam, defende a preservação dos seus vestígios (documentos e monumentos), a conservação dos seus despojos em museus e arquivos:

Arrebanhe-se tudo o que ainda se pode encontrar de documentação a respeito. Reúna-se toda tradição oral em gravadores. Fixe-se a vida do sertão. Desde o curral até as casas luxuosas que a riqueza de uma boiada manteve e ainda mantém. Das confortáveis mansões, que foram inegavelmente as nossas casas de fazenda, ora mais ora menos modestas, até as arribanas dos agregados. Tudo isto é vida. Do luxo das famílias patriarcais que dirigiam os currais e as malhadas de mantimentos, até os



trabucos que sustentaram as célebres lutas de famílias. (BOAVENTURA, 2006, p. 139)

É para notado que Feira de Santana está em mudança. Por isso urge que se fixe [em] estudo, em gravação, em fotografia, em depoimento do que ainda possuímos de primitivo, de puro na nossa demopsicologia. E isso é um trabalho que demanda amor ao rincão e ao seu povo e, sobretudo, certa dose de cultura, de conhecimento. Estamos mudando, estamos sofrendo influências enormes, arriscados a perder um mundo de valores. (BOAVENTURA, 2006, p. 112)

Procura instaurar lugares de memória, que, conforme definição de Pierre Nora, “são, antes de tudo, restos”, nostálgico empreendimento de piedade em um mundo cada vez mais desritualizado:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há mais memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. [...] Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva. (NORA, 1993, p. 13)

Sintonizado com as mudanças que se processam no mundo e no cenário brasileiro, Eurico Alves acompanha e reflete sobre os avanços tecnológicos que encurtam distâncias, comprimem as relações de espaço e tempo, acelerando o movimento da história. Demonstra clareza na percepção da modernidade como uma onda irreversível, e também dos perigos que ela representa para a permanência do passado, a sua ameaça à

manutenção dos códigos culturais “sertanejos”. Seus textos são índices de uma identidade em crise, cujo sintoma é a procura incessante de afirmar na e através da história uma tradição, o que na verdade significa re-elaborar o dado tradicional, inventá-lo para novos fins. Expressam também a disputa pela preservação de uma memória de uma região e de uma cidade. Memória que se esvai, que vai sendo aniquilada pelas ondas da modernidade, que se vê cada vez mais ameaçada pelas novas hegemonias sociais da região, cujo ideário de progresso posto em curso vai corroendo os traços da tradição pastoril.

O discurso de Eurico Alves, enquanto esforço de reterritorialização tradicionalista, pode ser tomado como resistência ao aniquilamento do passado. Isso não significa, contudo, que o futurista da juventude tenha se tornado um refratário às mudanças, um defensor de um tempo imóvel. Sua postura, embora romântico-conservadora, não é reacionária e regressiva em relação ao progresso. Seu empenho se dá no sentido da busca de conciliação entre o tradicional e o moderno, entre o passado e o presente. Baseia-se na crença ou pressuposto de que o presente necessita do passado como âncora de sustentação, “como lição de eternidade para nossa vida efêmera” (BOAVENTURA, 2006, p. 180). Isso significa fidelidade aos princípios que orientaram uma vertente do movimento modernista baiano, cujos participantes, Eurico entre eles, gravitavam em torno da revista *Arco&Flexa*. Princípios que são retomados, por exemplo, na argumentação em defesa da preservação do patrimônio arquitetônico do pastoreio. Referindo-se às ações de Godofredo Filho e José Valadares na defesa dos “solares urbanos da Bahia” e de Gilberto Freyre, com relação à arquitetura colonial pernambucana, Eurico se lança em defesa das “respeitosas ruínas do passado pastoril”, advogando a possibilidade de conciliar o velho e o novo:

Nestes vetustos testemunhos da nossa arquitetura secular podem muito bem harmonizar passado e presente, para sua atual atualização. Questão apenas de boa vontade e de amor à tradição. Não tradição parada, inexpressiva.. Mas tradição criadora, no caso. É para [ser] bem lembrada a prédica de Carlos Chiacchio sobre o tradicionalismo dinâmico, espalhadas nos seus magníficos rodapés

do A Tarde e em Arco e Flexa, no seu primeiro número. (BOAVENTURA, 2006, p. 167)

A crença na possibilidade de síntese harmônica, a utopia conciliatória entre o tradicional e o moderno, também se faz presente em uma longa carta enviada à Câmara de Vereadores de Feira de Santana (1961), na qual, reproduzindo as teses e argumentos desenvolvidos em *Fidalgos*, propõe a criação do museu do vaqueiro:

O presente, ilustres Edis, não tem vida autônoma e nem capacidade de subsistir sozinho. Engana-se quem, embevecido pelo fulgor da sua hora [...] acredite se bastar o momento que se vive, para sua realidade. Vive o presente das forças que o passado lhe empreste e com o alento que o futuro lhe possa oferecer. E sem a vitalidade, vinda do passado, não se há de falar, nem pensar no futuro. Urge, pois, que a nobre Câmara de Vereadores de Feira de Santana seja o liame unindo o nosso trepidante presente à grandeza do nosso passado, para a imponência miraculosa do nosso futuro, que já se delimita. Cuidemos do nosso passado. (BOAVENTURA, 2006, p. 131-2)

A busca de um tempo fissurado pela emergência de uma nova ordem social, o empenho na recolha de fragmentos de um passado já sepultado ou agonizante, a luta para devolver ao movimento da história momentos que dela foram arrancados, evidenciam o desejo de evitar a morte de uma temporalidade, de um tempo-passado, tempo que remete para uma ordem social e suas simbologias de poder. O prolongamento da tradição, que se procura realizar pela via da intensa procura de inscrição do pastoreio na máter de todas as memórias, a memória do tempo, através da edificação ritualística do “templo do passado” para render “homenagem aos mortos” (BOAVENTURA, 2006, p. 141), são manifestação de um projeto onde se entrecruzam o ético, o estético e o político. A escritura em si mesma, e as práticas que elas sugerem (museus, arquivos), desenhando-se como artifícios de proteção do passado, são lugares de memória. São indicadores da reação a um presente que ameaça dissolver uma dada tradição, que faz trepidar o terreno sobre o qual foram edificadas certas construções identitárias.

Seu discurso é uma espécie de canto de exilado, de quem vai se sentindo estrangeiro em sua própria “terra”. Uma fala de estranhamento diante das transformações sociais operadas pelo modo capitalista de agir e pensar que migra sertão adentro. Diante das mudanças, dos novos hábitos e valores sociais, que se traduzem, por exemplo, no desejo de enriquecimento rápido e nas relações com o gado, que deixa de ter biografia, no abandono da vida pastoril, que se curva diante dos sedutores encantos femininos das cidades, Eurico busca refúgio no passado. No rastro das boiadas vai cartografando uma geografia sentimental, uma tentativa talvez de recompor territórios existenciais que foram solapados pelas correntezas do rio da história. Afetivamente envolvido com Feira de Santana, portão de entrada da civilização do pastoreio, vê com amargura as novas sociabilidades e sensibilidades instauradas pelos influxos urbanos e industriais. Na cidade que progressivamente vai se tornando o maior entroncamento rodoviário da Bahia, quiçá de todo o *Nordeste* do Brasil, cidade aberta e receptiva aos que chegam “de fora”, Eurico Alves, um de seus filhos mais ilustres, por ironia da história, vai se tornando, ele próprio, um forasteiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estória não quer ser história. A estória, em rigor, deve ser contra a História. A estória, às vezes, quer-se um pouco parecida à anedota.

(Guimarães Rosa, *Tutaméia*)

Toda denominação apaga necessariamente outros sentidos possíveis, o que mostra que dizer e o silenciamento são inseparáveis: contradição inscrita nas próprias palavras.

(Eni Orlandi, *As formas do silêncio*)

Chego ao final dessa travessia leitora por entre “sertões” e “recôncavos”. O desembarque no plural já expressa uma mudança de rumo no transcurso do exercício de análise: o que parecia uno foi revelando toda sua carga de multiplicidade. Restam na capanga algumas conclusões, parciais e provisórias, e a convicção das muitas lacunas nesse itinerário pelo emaranhado simbólico das caatingas sem fim da sertanidade. As primeiras já se encontram dispersas ao longo do texto, em especial no capítulo terceiro. De forma sintética, como manda a “boa regra” metodológica, retorno a elas. Em seguida, procuro sugerir veredas para enredar outras estórias e histórias.

Duas suspeitas orientaram esse trabalho. Na primeira delas, considerava que a emergência de temáticas ligadas ao sertão na produção literária e na narrativa histórica de Eurico Alves indicava uma reação à perda de espaços de poder e à instauração de novas sociabilidades e sensibilidades decorrentes do modo capitalista de agir e pensar que migra sertão adentro. Na segunda, prenunciava que, no cenário baiano, o discurso de Eurico Alves, na medida em que buscava descortinar a paisagem sertaneja, dar-lhes visibilidade, desocultá-la, tencionava operar a fundação de outra Bahia, para além do litoral/Recôncavo. Com algumas reformulações, ambas as suposições não deixam de fazer sentido ao final do percurso. Porém, uma dimensão não prevista foi aparecendo no transcorrer da análise, especialmente depois que foi possível acessar material ainda inédito do autor (ensaios e crônicas). A partir daí, embora sem desconsiderar o prognóstico inicial, tornou-se mais claro o vetor localista do discurso euriquiano, deslocando a atenção da análise para questões ligadas às lutas de representações em torno da história e da memória de um espaço regional e, no interior dele, uma cidade: Feira de Santana.

Nesse ponto de encruzilhada não soa exagerado afirmar que no conjunto de textos que compõem o discurso de Eurico Alves apresenta-se verdadeira odisséia na procura de inventariar elementos garantidores de uma identidade: a sertaneja. Predomina ali um esforço para (re)inventar uma tradição, a tentativa de imprimir uma imagem e um texto fundador para um lugar-sertão da Bahia. Empenho que se materializa pela via de uma poesia costurada com retalhos de um passado rural e pré-capitalista, cujo elemento central é a figura do vaqueiro e a cultura que lhe caracteriza, ou ainda harmonizada num canto de celebração às cidadezinhas que parecem paralisadas no tempo, como âncoras de uma sociabilidade tradicional; manifestado também pelos caminhos de uma prosa-poética, marcada pela elegia da desagregação da velha ordem aristocrática e seus solares abandonados, que soluçam o amargor do envelhecer e se encurvam para o sono dos tempos.

Constitui-se assim um discurso-memória, tecido com reminiscências nostálgicas, filiais/familiares, de apego ao passado e saudade dos dias

que se foram. Um dizer que busca estruturar uma memória-sertão, assinalando os lugares da sua presença: os solares como patrimônio arquitetônico, a paisagem da caatinga, episódios e personagens históricos, tipos humanos, tradições e costumes, estilos/modos de sociabilidade, odores e sabores. Dizer situado para além do diagnóstico, pois prescritivo, indicador de formas de intervenção. A própria escritura já é uma prática, pois através dela, de certo modo assumindo o lugar de guardião dessa memória, Eurico Alves põe-se na trincheira de luta pela preservação das “coisas do lugar”, sugerindo providências dos poderes públicos, a exemplo da criação de parques, arquivos e museus. Porém, acima de tudo, é no próprio ato culturalmente criador da escritura que melhor se define seu projeto. Ela, a escritura, transforma-se em lugar privilegiado dessa memória-identidade-sertão que se pretende preservar, configurando-se também como um lugar de memória.

Como procuramos demonstrar, Eurico Alves escreve em um instante de perigo, sua escrivinha está assentada num terreno abalado por transformações históricas que fizeram sucumbir a velha ordem patriarcal, colocando em colapso territórios identitários e deixando em ruínas uma geografia de poder. Uma das conseqüências dessas mudanças que sacudiram a sociedade brasileira desde as primeiras décadas do século passado foi a emergência de novas formas de ver e dizer o regional. Enquanto discurso regional ancorado na tradição e na saudade, o dizer euriquiano pretende instaurar uma identidade para um lugar-sertão e seus habitantes. Para isso, utiliza como estratégia a oposição a um espaço-outro, o litoral/Recôncavo. No gesto de inscrever no sertão a origem da nacionalidade brasileira, destacando as contribuições civilizadoras da atividade do pastoreio, na busca de inscrição de um lugar-sertão no mapa geográfico e simbólico da Bahia, Eurico Alves objetiva recompor, ao menos simbolicamente, através da memória, territórios existenciais, sejam eles individuais sejam de um grupo, no caso, as oligarquias rurais do sertão baiano. Para tanto, evoca a história, busca restaurar ou manter viva uma tradição; através da (e na) memória procura recuperar sensibilidades e sociabilidades ameaçadas pela modernidade capitalista. Interpretamos esse movimento

de construção de um desenho geográfico sertão, de inventário de dados econômicos, sociais, políticos e culturais, e também o esforço de elaboração e registro de uma memória regional, como motivado pela necessidade de reterritorialização.

Um sintoma disso é a própria pergunta pela identidade e, a partir dela, a busca de suportes que se acredita capazes de lhe conferir materialidade: história, memória, tradição, espírito sertanejo. O que fiz nesse trabalho foi espreitar as condições de possibilidade, as intenções e os projetos inscritos no questionamento. Limitei-me a desdobrar essa “reinterpretação fundadora”, procurando entender como se dá a conversão do “défice de sentido da pergunta no excesso de sentido da resposta” (SANTOS, 1999, p. 136). E são muitos os sentidos e significados que são tecidos, já que o tema sertão é central no discurso euriquiiano. Ele se faz presente de várias formas: como elemento a partir do qual se imagina a Nação e a identidade nacional, como espaço-outro da Bahia, espaço singular do ponto de vista cultural e ecológico, como referência para sentir/pensar e re-escrever a história do Brasil e também como suporte de identidade. Sentidos e significados que apontam para um nascedouro e um ponto de confluência: a disputa pela memória de uma região e de uma cidade, cuja emergência é indiciária do despedaçamento de territórios identitários vinculados a uma sociabilidade patriarcal.

A pretensão desse trabalho foi visualizar como no discurso de Eurico Alves o sertão foi sendo instituído, como ali se produziu uma dada maneira de ver e dizer um lugar e uma gente “reais”, como foi sendo tecida uma forma de apresentar sua história e o que foi sendo silenciado na operação de enquadramento. Nos esquivamos da tentação de repor a verdade historiográfica através de uma suposta fidelidade factual e documental. Não tratei, portanto, de restituir a “verdade sobre o sertão”, de substituir uma representação falsa por outra mais verdadeira. A própria ideia de invenção exposta no título deste trabalho aparece associada à imaginação e criação e não à noção de falsidade. Essa postura deriva do entendimento de que o sertão, e da mesma forma a identidade sertaneja, não pertencem à ordem da natureza, mas são construções históricas, resultado de discursos e práticas que assim os configuram no curso do tempo.



Procuramos mostrar que a Bahia sertaneja, apresentada no discurso euriquiano tem um perfil romântico-conservador, na medida em que agencia características e atributos representativos de um grupo outrora dominante na região, criando no gesto de homogeneização zonas ou espaços de silêncio sobre outras seqüências e outros sujeitos históricos. A nossa intenção crítica foi torcer e deslocar imagens e enunciados, de modo a fraturar e ampliar a diferença pensada por Eurico Alves. Buscamos fazer o discurso funcionar de outro modo, pois pensamos que são variadas as formas de representar o lugar-gente-sertão, que é possível reinventar e amplificar as definições que atravessam e pretendem dizer um recorte geográfico e humano concretos. Para tanto, é preciso estar atento às invenções do cotidiano, suas ilhas e redes de significação, romper com formas estabelecidas de pensar e dizer o local e o regional, re-escrever a geografia pelas bordas dos mapas oficiais, projetando uma terceira margem da história para abrigar o periférico, o ex-cêntrico, o arrabalde, as faces obscuras; possibilitar a emergência de formas de representar o lugar-sertão como uma realidade plural, porque diversas as suas paisagens e tipos humanos; descontínuo, ambíguo e multifacetado porque humano; que rejeita fronteiras e temporalidades fixas por ser histórico.



## REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. 7. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

AGUIAR, Flávio e outros. *Gêneros de fronteira: cruzamentos entre o histórico e literário*. São Paulo: Xamã, 1997.

ALBUQUERQUE, Wlamira. *Algazarra nas ruas*. Campinas, SP: EDUNICAMP/ Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN: Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. Um leque que respira: a questão do objeto em história. In: BRANCO Guilherme Castelo; PORTOCARRERO, Vera. *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau, 2000. p. 117-137.

ALENCAR, José de. *O sertanejo*. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1964.

ALVES, Ivia. *Arco e flexa: contribuição para o estudo do modernismo*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1978.

\_\_\_\_\_. O jovem Eurico e a modernidade. In: OLIVIERI-GODET, Rita (Org.). *A poesia de Eurico Alves: imagens do campo e da cidade*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo: Fundação Cultural: EGBA, 1999. p. 49-70.

AMADO, Janaína. Construindo mitos: a conquista do Oeste no Brasil e nos EUA. In: PIMENTEL, Sidney Valadares; AMADO, Janaina (Org.). *Passando dos limites*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1995a. p. 51-78.

\_\_\_\_\_. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995b.

AMADO, Jorge. *Seara vermelha*. Rio de Janeiro: Record, 1981.

\_\_\_\_\_. *Tocaia grande: a face obscura*. Rio de Janeiro: Record, 1984.

ANDERSON, Benedict. Memória e esquecimento. In: ROUANET, Maria Helena (Org.). *Nacionalidade em questão*. Tradução de Maria Helena Rounet. Rio de Janeiro: UERJ, 1997. p. 60-97.

\_\_\_\_\_. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ANDRADE, Celeste Maria Pacheco de. Bahias de Amado: a ficção fundando uma outra geografia. In: FONSECA, Aleilton; PEREIRA, Rubens Alves (Org.). *Rotas e imagens: literatura e outras viagens*. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2000. p. 199-208.

\_\_\_\_\_. *Origens do povoamento de Feira de Santana: um estudo de história colonial*. 1990. 165f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1990.

ANDRADE, Manoel Correia de. *O Nordeste e a questão regional*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993. (Série Princípios).

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. A baía de Todos os Santos: um sistema geo-histórico resistente. *Bahia, Análise e Dados*. Salvador, v. 1, p.10-23, 2000.

ARCO & FLEXA: edição Fac-similar. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1978. Revista literária de 1928/1929.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a memória e a história*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

ASSIS, Machado. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Ática, 1992.

BAHIA. Governo do Estado. *Bahia: o Brasil nasceu aqui*. Salvador: Omar G., 2000.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad. Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERND, Zilá. *Literatura e identidade nacional*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BOAVENTURA, Eurico Alves. *Esquecidas linhagens tabaroas*. Feira de Santana: Centro de Estudos Feirenses/Casa do Sertão, 1955. (Pasta de Eurico Alves)

\_\_\_\_\_. *Fidalgos e vaqueiros*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.

\_\_\_\_\_. *A paisagem urbana e o homem*. Feira de Santana: UEFS, 2006.

\_\_\_\_\_. *Poesia*. In: BOAVENTURA, Maria Eugênia (Org.). Salvador: Fundação das Artes: Empresa Gráfica da Bahia, 1990.

BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: EDUNICAMP, 2001.

BURKE, Peter. As fronteiras instáveis entre História e ficção. In: AGUIAR, Flávio et al. *Gêneros de fronteira: cruzamentos entre o histórico e literário*. São Paulo: Xamã, 1997. p. 107-115.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1964.

\_\_\_\_\_. *Literatura e sociedade*. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

CASTRO, Silvio. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Porto Alegre: L&PM, 1996.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1992.

\_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano 1: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1992.

\_\_\_\_\_. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, v. 11, n. 5, 1991.

CHIAPPINI, Ligia. Do beco ao belo: dez teses sobre regionalismo e literatura. *Estudos Históricos*, v. 8, n. 15, 1995, p. 153-159.

CUNHA, Euclides. *Os sertões*. 39. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

D'ANDREA, Moema Selma. *A tradição re(des)coberta*. Campinas, SP: EDUNICAMP, 1992.

DÓREA, Juraci. *Eurico Alves: poeta baiano*. Feira de Santana: Casa do Sertão: Lions Clube de Feira de Santana, 1978.

DÓREA, Juraci. Eurico Alves e a Feira de Santana. In: OLIVIERI-GODET, Rita (Org.). *A poesia de Eurico Alves: imagens do campo e da cidade*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo: Fundação Cultural: EGBA, 1999. p. 71-80.

FAIRCLOUGH, Norman. Teoria social do discurso. In: \_\_\_\_\_. *Discourse and change*. Trad. Maria Izabel Magalhães. London: Polity, 1992.

FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção história (1870 – 1940)*. São Paulo: UNESP, 2002.

FONSECA, Aleilton Santana da. *A poesia da cidade: imagens urbanas de Mário de Andrade*. 1997. 312f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira)

– Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 6. ed. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. Trad. Lucia Fraga de A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. A Bahia em pedaços ou uma política de oligarcas e (neo)oligarcas. *Cadernos CEAS*, Salvador, n. 153, p. 13-24, 1994.

\_\_\_\_\_. Eu vou para a Bahia: a construção da regionalidade contemporânea. *Bahia, Análise e Dados*, v. 1, p. 24-37, 2000.

FREITAS, Nacelice Barbosa. *Urbanização em Feira de Santana: influência da industrialização (1970 -1996)*. 1997. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987. Original de 1933.

\_\_\_\_\_. *Nordeste*. Rio de Janeiro: Record, 1989. [Original de 1937]

\_\_\_\_\_. *Sobrados e Mocambos*. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. Original de 1936.

\_\_\_\_\_. *Seleção para jovens*. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1980.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva]. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HOBBSAWM, Eric J.; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOBBSAWM, Eric J.. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito, realidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

HUNT, Lynn. História, cultura e texto. In: \_\_\_\_\_. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p.1-29.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Trad. de Ricardo Crus. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

KRAMER, Lloyd S. Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominik LaCapra. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 131-175.

LACERDA, Aurélio Gonçalves de. *Seca, cangaço e messianismo no romance do nordeste*. 2002. Tese (Doutorado em Letras e Linguísticas) – Instituto de Letras, Universidade Federal de Bahia, Salvador, 2002.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. de Bernardo Leitão. 4. ed., Campinas, SP: EDUNICAMP, 1996.

LEITE, Rinaldo. A Bahia na história: heroísmo, sacrifício e abandono. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, “HISTÓRIA, CIDADES E SERTÕES”, 2002, Ilhéus. *Anais... Ilhéus*: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2002.

\_\_\_\_\_. *E a Bahia civiliza-se... Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de civilização urbana – Salvador, 1912-1916*. 1996. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

LIMA, Francisco Ferreira. A Bahia de Gabriel Soares de Souza. *Quinto Império*, Salvador, v. 1, p. 49-63, 2000.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ: UCAM, 1999.



LINS, Wilson. *O médio São Francisco: uma sociedade de pastores e guerreiros*. São Paulo: Nacional, 1983.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma Província do Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MENEZES, Djacir. *O outro nordeste: formação social do nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

MORAES, Walfrido. *Jagunços e heróis: a civilização do diamante nas lavras da Bahia*. 4. ed. Salvador: EGBA: IPAC, 1991.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. 9. ed. São Paulo: Ática, 1994.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 1-27, 1993.

\_\_\_\_\_. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques ; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

O'BRIEN, O'Brien. A história cultural de Michel Foucault. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 33-62.

OLIVEIRA, Clovis Frederico Ramaiana Moraes. *De empório a Princesa do Sertão: utopias civilizatórias em Feira de Santana (1893-1937)*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. A questão nacional na primeira República. In: COSTA, Wilma Peres da.; LORENZO, Helena Carvalho de. *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: EDUNESP, 1997. p. 185-193.

OLIVEIRA, Vera Lúcia. *Poesia, mito e história no Modernismo brasileiro*. São Paulo: EDUNESP; Blumenau, SC: FURB, 2002.

OLIVIERI-GODET, Rita. O sertão e urbe: imagens do arcaico e do moderno na poesia de Eurico Alves. In: \_\_\_\_\_. *A poesia de Eurico Alves: imagens do campo e da cidade*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo: Fundação Cultural: EGBA, 1999b. p. 17-47.

\_\_\_\_\_. (Org.). *A poesia de Eurico Alves: imagens do campo e da cidade*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo: Fundação Cultural: Em presa Gráfica da Bahia, 1999a.

ORLANDI, Eni Pulcineli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_. E vão surgindo os sentidos. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *O discurso fundador: a fundação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Pontes, 1993. p. 11-25.

\_\_\_\_\_. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: EDUNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_. *Terra à vista!: discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: EDUNICAMP, 1990.

PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias (1889-1943): A Bahia na Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PAZ, Otávio. *Signos em rotação*. São Paulo: Perspectiva, 1990.

PEREIRA, Rubens Alves. É de sonho e de pó: Brasil, Nordeste – travessias. *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 17, p. 27-56, jul./dez. 1997.

\_\_\_\_\_. Minha terra tem pasárgadas (Diálogo: Eurico Alves/Manoel Bandeira). In: OLIVIERI-GODET, Rita (Org.). *A poesia de Eurico Alves: imagens do campo e da cidade*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo: Fundação Cultural: EGBA, 1999. p. 81-102.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Contribuição da história e da literatura para a construção do cidadão: a abordagem da identidade nacional. In: LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: EDUNICAMP, 1998. p. 17-40.

\_\_\_\_\_. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

\_\_\_\_\_. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

\_\_\_\_\_. *O imaginário das cidades: visões literárias do urbano*. Porto Alegre: UFRS, 1999.

\_\_\_\_\_. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*, v. 8, n. 29, p. 279-290, 1995.

\_\_\_\_\_. Paraísos cruzados: encantamento e desencantamento do mundo em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. In: BRESCIANI, Maria Stella; CHIAPPINNI, Lígia (Org.) *Literatura e cultura no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 29-38.

\_\_\_\_\_. Ressentimento e ufanismo: sensibilidades do sul profundo. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Capinas: EDUNICAMP, 2001. p. 223-238.

PINTO, Júlio Pimentel. *Uma memória do mundo: ficção, memória e história em Jorge Luis Borges*. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POPPINO, Rollie E. *Feira de Santana*. [Trad. Arquimedes Pereira Guimarães]. Salvador: Itapoã, 1968.

RAGO, Margareth. As marcas da pantera: Foucault para historiadores. *Resgate*, n. 5, p. 22 -32, 1993.

RAGO, Margareth. Sonhos do Brasil (Prefácio), 1996. In: ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN: Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para o oeste: a influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970. 2 v. Original de 1940.

\_\_\_\_\_. *Martin-cererê: o Brasil dos Meninos, dos poetas e dos heróis*. 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.

RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas-SP: Papyrus, 1997. Tomo 3.

RISERIO, Antonio. *Avant-gard na Bahia*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

\_\_\_\_\_. A Bahia com “H” – uma leitura da cultura baiana. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade. Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 144-165.

ROSA, João Guimarães. Grande sertão: veredas. In: \_\_\_\_\_. *Ficção completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1994.

SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como uma invenção do Ocidente*. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTANA, José Carlos Barreto. *Arte e ciência: Euclides da Cunha e as ciências naturais*. São Paulo: Hucitec, 2001.

SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SANTOS, Boaventura Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEIXAS, Cid. *Triste Bahia, Oh! Quão dessemelhante: notas sobre a literatura na Bahia*. Salvador: EGBA, 1996.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (res)sentimento*: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: EDUNICAMP, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Aldo José Morais. *Natureza sã, civilidade e comércio em Feira de Santana*. Elementos para o estudo da construção de identidade social no interior da Bahia (1833-1937). 2000. 212f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000a.

SILVA, Paulo Santos. *Âncoras da tradição*: luta política, intelectuais e produção do discurso histórico na Bahia (1930 – 1949). Salvador: EDUFBA, 2000b.

SKIDMORE, Thomas *Preto no branco*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOARES, Valter Guimarães. *Conversa de arquivo*: Eurico leitor de Euclides. Salvador, 2002b. Comunicação apresentada no Simpósio Internacional os Sertões: Permanências e Rasuras. Não publicado.

\_\_\_\_\_. Dos Gerais a Itapororocas: vastos sertões. *Humanas*, Feira de Santana, v. 1, n. 2, p. 149-176, 2002.

\_\_\_\_\_. (Es)quadros do sertão baiano: a viagem de Spix e Martius. *Cadernos de Literatura e Diversidade*, Feira de Santana, v. 1, n. 2, p. 27-34, 2001.

\_\_\_\_\_. *Imagens da Bahia*: sertão e cidade no discurso de Eurico Alves. Ilhéus, 2002a. Comunicação apresentada no Encontro Estadual de História, “História, Cidades e Sertões”. Não publicado.

\_\_\_\_\_. Outros sertões: a Bahia de Eurico Alves. *Revista Sitientibus*, Feira de Santana, n. 24, p. 109-126, jan./jun, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste: ensaios sobre a grande propriedade pastoril*. São Paulo: José Olímpio, 1990.

SOUZA, Candice Vidal e. *A pátria geográfica: litoral e sertão no pensamento social brasileiro*. Goiânia: UFG, 1997.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA, 2001.

TELLES, Gilberto Mendonça. História e ficção. In: \_\_\_\_\_. *A escrituração da escrita: teoria e prática do texto literário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p. 375-392.

\_\_\_\_\_. O lu(g)ar do sertão na poesia brasileira. In: \_\_\_\_\_. *A escrituração da escrita: teoria e prática do texto literário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p. 127-139.

\_\_\_\_\_. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro*. 14<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, Vozes, 1997.

VALVERDE, Luiz Antonio de Carvalho. *Percursos narrativos de Wilson Lins: uma trilogia do coronelismo*. Dissertação (Mestrado em Literatura e Diversid) - Universidade Estadual de Feira de Santana, 2002.

VELOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 89-112, 1993.

\_\_\_\_\_. A literatura como espelho da nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1988, p. 239-263.

VENTURA, Roberto. *O estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil – 1870-1914*. São Paulo: Companhia da Letras, 1991.

\_\_\_\_\_. Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha. In: BRAIT, Beth (Org.). *O sertão e os sertões*. São Paulo: Arte & Ciência, 1998. p. 63-79.

VIANA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Trad. Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Trad. de Alípio Correia F. Neto. São Paulo: EDUSP, 1995.

## Colofão

Formato	16 x 23 cm
Tipologia	Revival565 BT
Papel	75 g/m <sup>2</sup> (miolo) Cartão Supremo 250 g/m <sup>2</sup> (capa)
Impressão	Setor de Reprografia da EDUFBA
Capa e Acabamento	Cartograf
Tiragem	500 exemplares